



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Comunicação Social

**A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo:  
Uma análise de 1994 a 2003**

**Renata Gomes da Costa de Marca**

**Rio de Janeiro  
2006**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Comunicação Social

**A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo:  
Uma análise de 1994 a 2003**

**Renata Gomes da Costa de Marca**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador:

Prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Renata Gomes da Costa de Marca

**A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo:  
Uma análise de 1994 a 2003**

Projeto Experimental apresentado à Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, submetida à avaliação da seguinte Banca Examinadora:

---

Orientador Prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

---

Professora Fernanda Gloria Bruno

---

Professora Maria Helena Junqueira

Rio de Janeiro

2006

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me darem todo o incentivo financeiro e, principalmente, emocional para que eu pudesse cursar a Universidade e ter a oportunidade de concluir esse curso.

Às minhas irmãs, pela paciência, pelas horas roubadas no computador, pelas incômodas luzes acesas na madrugada e pelo auxílio sempre presente.

Ao meu namorado, por suportar as minhas ansiedades, compreender as minhas ausências, me auxiliar neste trabalho e me acompanhar sempre.

Ao meu orientador, professor Paulo Vaz, pela paciência, pelo auxílio e pela motivação e a todos os outros professores que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

A Deus, pela oportunidade de aprender sempre.

## RESUMO

DE MARCA, Renata Gomes da Costa. **A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo: Uma análise de 1994 a 2003.** Rio de Janeiro, 2006. Projeto Experimental (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz.

Este trabalho busca analisar como o tema da pedofilia é abordado pelo jornal de maior tiragem e circulação do país, a *Folha de São Paulo*, no decorrer de uma década. A pesquisa contempla aspectos quantitativos e qualitativos a fim de rastrear a ótica predominante no tratamento da pedofilia e os posteriores questionamentos e reflexões engendrados pelos resultados. O exame da trajetória dessa temática, de 1994 a 2003, destina-se a uma melhor apreensão da pedofilia na medida em que o jornal impresso, como um veículo de comunicação de massa, participa dos dinâmicos processos de subjetivação na construção de significados, sentidos e representações sociais. Como parte complementar à pesquisa, fez-se uma reflexão acerca da trajetória da infância e das (re)configurações familiares bem como da realidade do abuso sexual infantil a fim de contextualizar o objeto de estudo à luz da contemporaneidade, servindo esse levantamento como base para indagações e discussões. Por fim, busca-se compreender se os múltiplos aspectos do problema da pedofilia são abordados pelo jornal, apresentando as ferramentas indispensáveis para que o leitor desenvolva uma real noção da problemática e construa reflexões produtivas bem como discussões diversificadas sobre o assunto.

## SUMÁRIO

<b>1 – Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2 - A Trajetória Da Infância .....</b>	<b>8</b>
2.1 - A Infância da Idade Média à Idade Moderna .....	8
2.2 – A Criança Moderna: Cidadã do Futuro .....	15
<b>3 – As Relações Familiares e suas Dinâmicas .....</b>	<b>22</b>
3.1 – As Relações Familiares da Idade Média à Idade Moderna .....	22
3.2 – A Família Moderna e o Dispositivo de Sexualidade .....	30
3.3 – O Feminismo e a (Re)Configuração Familiar Contemporânea .....	37
<b>4 – O Problema da Pedofilia .....</b>	<b>42</b>
4.1 – A Sexualidade Infantil .....	42
4.2 – O Abuso Sexual Infantil .....	50
4.3 – O Trauma e suas Implicações .....	62
<b>5 – Estudo de Caso - A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo: Uma Análise de 1994 a 2003 .....</b>	<b>73</b>
5.1 – Aspectos Quantitativos .....	74
5.2 – Aspectos Qualitativos .....	101
<b>6 – Conclusão .....</b>	<b>110</b>

## Referências Bibliográficas

## Anexos



## 1- Introdução

Este trabalho surgiu do desejo de compreender o motivo de uma evidente valorização da pedofilia na mídia, nos últimos anos. Um assunto que até cerca de uma década atrás não apresentava nenhuma expressividade nos meios de comunicação passou a ser temática freqüente em jornais impressos, revistas, telejornais, programas de televisão, documentários, entre outros.

Um tema tão sério e complexo quanto polêmico, a pedofilia assume o aspecto do grande demônio contemporâneo a ser combatido não só pelo incômodo generalizado que esse problema provoca na sociedade, mas também pela construção e legitimação de seu sentido e significado como tal através das relações dinâmicas e intersubjetivas, das quais os meios de comunicação fazem parte.

Certamente, o modo de apresentar o assunto varia de acordo com cada veículo, adequando-se aos tipos de recursos disponíveis e obedecendo às características inerentes e específicas a cada meio de comunicação. Não se ignora também que um mesmo tipo de meio apresenta abordagens variadas decorrentes das disputas mercadológicas e da concorrência que há muito permeia o campo da comercialização de informações. Sendo assim, há jornais, por exemplo, que apresentam suas reportagens de forma mais sensacionalista, enquanto outros optam por outros tipos de abordagens diversificadas, variando de acordo com o público-alvo.

Estudar como a pedofilia é retratada na mídia é um tema, particularmente, fascinante e com muitas análises, questionamentos e reflexões esperando para serem feitos. Contudo, para compreender-se o todo, é necessário fragmentá-lo a fim de evitar-se que lacunas sejam deixadas, turvando, mais a frente, a visão da totalidade. Portanto, a opção por um único meio de comunicação foi necessária para que se pudesse contribuir com reflexões consistentes, embora pequenas perto do todo, mas sinceramente desejosas em cooperar com as discussões referentes ao campo da comunicação, especialmente, no tocante à pedofilia.

Dentro desse contexto, o jornal impresso se destaca. Uma de suas características mais marcantes e impressionantes é a sua tradição, pois é utilizado como meio de comunicação há bastante tempo, isto é, muito antes de telejornais, *internet*, rádio, entre outros. Além disso, o surgimento das tecnologias da informação, com suas peculiaridades e



vantagens como a velocidade de informação, por exemplo, não foram suficientes para fazer do jornal impresso um meio fadado à extinção. Ao contrário, ele continua sendo ainda um dos mais utilizados como forma de obtenção de notícias. Por isso, um veículo significativamente produtor, partícipe e consumidor de subjetividades, contando ainda com a vantagem de fazer parte desse processo há muitos anos.

Diante desse quadro, a escolha da *Folha de São Paulo* baseou-se no fato de ser um jornal bastante reconhecido, com um público fiel e, principalmente, por ser o jornal com maior tiragem e circulação do país, líder em vendas desde 1984, segundo informa o Instituto Verificador de Circulação. Sendo assim, em se tratando de jornal impresso, a *Folha de São Paulo* é o que atinge o maior número de leitores nacionais, apresentando, portanto, significativo papel na produção e na construção de significados, sentidos e representações sociais. Além disso, suas ações estão imersas e presentes na maneira como o público apreende as notícias que divulga e visualiza os temas que a compõem.

Rastrear a configuração da pedofilia nas reportagens da *Folha de São Paulo* implica desvelar como essa temática é compreendida pela sociedade e corroborada pelo jornal. Esse movimento, obrigatoriamente, deve estar consciente da constituição do jornal impresso como um meio de comunicação, imbuído de uma função social: a de democratizar as informações. Logo, a pesquisa se propõe a analisar se a *Folha* contempla os múltiplos aspectos da tão polêmica pedofilia, munindo a população com as ferramentas necessárias para a produção de críticas, reflexões e questionamentos, contribuindo, de maneira geral, para a elucidação desse assunto ainda tão obscuro.

O objetivo do trabalho não é julgar se o jornal está sendo honesto ou ético ao retratar a pedofilia. A intenção é descobrir como essa abordagem se constrói, como a notícia se configura para o público, quais aspectos da pedofilia são privilegiados, a fim de delinear um panorama sobre o qual se pode levantar perguntas e reflexões, traçar análises e discussões acerca do papel do jornal como meio de comunicação social e da sua atitude em relação à pedofilia, um assunto extremamente interessante, mas ainda muito obtuso.

Ressalta-se ainda que essa busca não coloca o jornal como um meio autoritário de imposição de opiniões, mas sim um veículo que publica a sua versão dos fatos, de maneira que o leitor dialoga com aquelas notícias, não as digerindo passivamente, evidenciando um complexo sistema, no qual o jornal reflete o contexto social, ao mesmo tempo em que o

reforça. Assim, todos participam desse processo de subjetivação que envolve a construção de sentidos de temas tão complexos quanto a pedofilia. Portanto, a análise da abordagem dessa temática na *Folha de São Paulo* também almeja colocar em evidência o caminho que a pedofilia toma dentro desse sistema dinâmico de maneira a explicitar como esse assunto é compreendido pelo público e pelo próprio jornal.

Para isso, utilizou-se uma metodologia que buscou alicerçar a pesquisa em bases sólidas, a fim de engendrar análises e reflexões legítimas, livre de possíveis desvios. Isso quer dizer que, primeiramente, buscou-se fazer uma revisão bibliográfica capaz de oferecer suporte teórico na tentativa de apreensão do assunto pesquisado e no desenvolvimento do objetivo proposto com a intenção de estabelecer uma ponte segura entre teoria e prática.

O trabalho alicerçou-se em teóricos como Phillipe Ariès, essencial para o entendimento da trajetória da infância e da família através dos tempos. Baseou-se em autores como Michel Foucault e Zygmunt Bauman, necessários para a discussão moderna de poder e sexualidade e da sua inversão na pós-modernidade. Além de utilizar autores como Ian Hacking, Christiane Sanderson e Richard Mc Nally a fim de esclarecer os atuais debates e polêmicas que envolvem o abuso sexual infantil e os traumas.

Após a pesquisa teórica, que também utilizou outros autores, buscou-se desenvolver uma conexão entre as teorias empregadas, tentando-se estabelecer um diálogo entre os autores, a fim de constituir um suporte capaz de dar consistência às análises e reflexões. Feita a revisão bibliográfica, efetivou-se a constituição do estudo de caso, com a identificação e classificação das reportagens escolhidas e uma posterior análise de conteúdo, abrangendo tanto aspectos quantitativos, que pudessem dar um panorama estatístico da abordagem, quanto aspectos qualitativos, capazes de demonstrar as opções discursivas utilizadas na construção da narrativa jornalística no tocante à pedofilia.

Pesquisar um tema tão obscuro e polêmico quanto a pedofilia e ainda buscar delimitar a sua configuração em um meio de comunicação tão difundido quanto o jornal impresso e tão conhecido quanto a *Folha de São Paulo* constitui-se em tarefa árdua e exige muitas discussões. Para isso, o desenvolvimento do trabalho procurou contemplar questões que direta ou indiretamente estão atreladas à temática da pedofilia e são fundamentais para ao menos um vislumbre de toda a sua complexidade e abrangência. Sem essa busca teórica, a tentativa de analisar a abordagem da pedofilia na *Folha de São Paulo* seria inócua, já que

não se disporia das ferramentas indispensáveis para a aplicação da análise prática capaz de produzir os questionamentos e reflexões tão relevantes, impulsionadores da pesquisa acadêmica.

O percurso do trabalho seguiu uma linha de raciocínio que se atrelou a um eixo temporal a fim de considerar o contexto como parte integrante das reflexões. No desenrolar do trabalho, procurou-se evidenciar a trajetória da infância, as transformações dinâmicas das relações familiares, as imbricações entre poder e sexualidade na modernidade e na contemporaneidade, a eclosão e a atualidade das discussões sobre a pedofilia e a polêmica que envolve o tão famoso trauma. Explanados esses tópicos e os elos que os unem, partiu-se para o estudo de caso, parte essencial do projeto, posto que consumou a união da parte teórica com a análise prática. Após os resultados e as reflexões decorrentes da pesquisa empírica, há a finalização com a conclusão.

O capítulo 2, *A Trajetória da Infância*, procura resgatar o nascimento da tão estimada infância, buscando-a nos recônditos da Idade Média, época na qual as crianças eram apenas pequenos homens, misturadas a vida dos adultos. Através de uma análise iconográfica Ariès consegue pontuar os momentos que evidenciaram as transformações em curso e culminaram no efetivo surgimento da infância. A partir daí, uma série de evidências são explanadas, demonstrando o que contribuiu, de alguma forma, para a modificação da visão e do sentimento em relação à criança. A Modernidade, com suas descobertas científicas, revoluções, instituição das subjetividades, ideal de progresso e ambição no futuro, contextualiza uma época de mudança radical, na qual a criança passa a ser o centro da sociedade, já que é a “semente” que frutifica no futuro. Logo, a criança moderna emerge cheia de investimento e proteção, pois se constitui na figura-chave desse futuro, o lugar da felicidade moderna. Juntamente com as transformações dinâmicas e incessantes, a concepção da infância participou do processo complexo de continuidades e rupturas características da transição da modernidade para a pós-modernidade e culminou na imagem dessa criança contemporânea, que não é tão diferente da moderna, mas que apresenta características próprias. Um ser que não é apenas uma imagem do futuro, mas um sujeito no presente, merecedor de toda a felicidade e que deve ser, obrigatoriamente, protegido de todo e qualquer tipo de trauma.

O capítulo 3, *As Relações Familiares e suas Dinâmicas*, busca discutir o surgimento do sentimento da família e sua trajetória até a contemporaneidade. Compreendendo-se que a criança é a figura central nas discussões da pedofilia, sob o ponto de vista social, e que as relações familiares que a englobam são essenciais para a apreensão integral de seu ser, em uma visão global, fez-se necessário traçar um panorama da trajetória dessas relações. Dessa forma, esse capítulo correlaciona-se intimamente com o anterior, pois o desenvolvimento do sentimento de família está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do sentimento de infância. Assim, mostra-se a configuração da família moderna e os fatores que contribuíram para isso, bem como a sua relação com a coletividade, com o poder e com a sexualidade. Seguindo a análise teórica, observam-se as dinâmicas transformações que reconstruíram a família contemporânea, a sua relação com o feminismo e a reconfiguração dos papéis e funções desempenhados pelos membros da família. Ressalta-se, como consequência dessa família eminentemente pós-moderna, a eclosão das denúncias sobre a violência doméstica, em especial, do abuso sexual infantil.

No capítulo 4, *O Problema da Pedofilia*, busca-se contemplar a realidade e a complexidade dessa temática, traçando-se um panorama de como esse assunto passou a fazer parte das grandes discussões, por que virou objeto de pesquisas e por qual motivo se tornou foco de grandes polêmicas. Sem dúvida, o jornal foi um instrumento bastante significativo para a divulgação dessas notícias, bem como para a contextualização desse problema na sociedade, tal qual se apresenta. A reflexão inicia-se com discussões envolvendo a sexualidade infantil e uma breve explanação do que se entende por sexualidade infantil, hoje, tentando quebrar um pouco dos tabus que ainda envolvem esse tópico. Buscou-se ainda mostrar a relevância desse assunto para o entendimento, até certo ponto, da pedofilia, mas que, em nenhum momento, foi citado pelas reportagens pesquisadas.

Depois, observa-se o quadro da pedofilia, as suas especificidades, as peculiaridades, as dificuldades no campo de pesquisa, as diferenças socioculturais, os dilemas da *internet*, os dispositivos legais, entre outros. Por fim, faz-se uma análise da questão do trauma, tão polêmica e confusa na sociedade atual, ao mesmo tempo em que é considerada, pelo público, unanimemente, o grande malefício causado às crianças vítimas da pedofilia. Busca-se evidenciar os seus múltiplos aspectos e principalmente, as discussões que a

engloba, demonstrando a complexidade desse tema que cruza a fronteira dos debates sobre a moralidade.

No capítulo 5, *Estudo de Caso: A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo: Uma Análise de 1994 a 2003*, fez-se uma análise empírica de todas as reportagens da *Folha de São Paulo* que foram divulgadas no período de 1994 a 2003, cuja temática era a da pedofilia. A escolha do jornal já foi explicitada acima. O período selecionado engloba uma década de notícias e abarca uma trajetória, na qual a pedofilia quase não era noticiada, como em 1994 e 1995, transformando-se, posteriormente, em um assunto que passou a fazer parte do cotidiano das pautas do jornal. Analisar quais tipos de notícias alavancaram a divulgação do assunto foi apenas um dos objetivos da reflexão.

Dessa forma, buscou-se, na primeira parte, analisar aspectos quantitativos, que oferecessem um material estatístico para análise dos dados, explicitando a editoria mais recorrente, o tipo de notícia mais publicado, o lugar mais freqüente das ocorrências, a faixa etária das vítimas, o tipo de criminoso, a solução mais indicada pelas reportagens e as vozes de autoridade que mais apareceram. Inicialmente, essas análises foram feitas por ano, a fim de possibilitar uma reflexão temporal desses dados. Após o delineamento dessa trajetória, fez-se a análise geral, ou seja, a reflexão em cima dos resultados finais de dez anos de reportagens, dando um panorama mais abrangente da abordagem da pedofilia no veículo proposto.

A segunda parte constituiu-se na análise dos aspectos qualitativos, ou seja, das expressões ou palavras escolhidas, das descrições feitas, das maneiras de contar, dos recortes realizados sobre o assunto de acordo com quatro tipos de agrupamentos: aqueles utilizados para descrever a monstruosidade do pedófilo, os utilizados para descrever o ato terrível, os utilizados para descrever o sofrimento intenso das vítimas e os utilizados para descrever a revolta e a condenação por parte do público. Esses trechos foram colhidos a fim de propor reflexões e demonstrar como o texto jornalístico foi construído, evidenciando-se o tipo de abordagem e completando a análise quantitativa.

Na conclusão, buscou-se fazer algumas considerações gerais, estabelecer reflexões sobre o trabalho e propor mais pesquisas.

Os capítulos anteriores ao da pesquisa foram de fundamental importância para a análise e ponderação dos resultados, pois se não se constituísse uma base teórica, de acordo

com a qual se pudesse melhor compreender os componentes que contextualizam essa temática, não seria possível construir reflexões nem formular questionamentos pertinentes.

O trabalho busca, acima de tudo, refletir sobre a pesquisa a fim de contribuir com novas perguntas e discussões ao vasto campo da comunicação social, especialmente, à área do jornalismo. O jornalista, como um profissional que trabalha com informações das mais variadas possíveis e interage com o público como elemento mediador, tem a obrigação de refletir sobre aquilo que está divulgando e, principalmente, questionar-se sempre. Deve perguntar a si mesmo, dia após dia, se está dando a oportunidade ao leitor de ter acesso a toda informação conhecida, permitindo que o público possa dialogar com aqueles fatos e tirar suas próprias conclusões. Ao fazer isso, ele contribui para a discussão de temas tão profundos quanto difíceis de serem concluídos, evitando a propagação de preconceitos e de verdades absolutas, que só atrapalham as reflexões sérias e retardam a proposição de soluções e alternativas.

Portanto, ao analisar como a pedofilia está sendo abordada no jornal impresso de maior circulação nacional busquei abrir ao menos uma brecha capaz de produzir perguntas e reflexões sobre o papel que esse jornal específico está exercendo no aprofundamento das múltiplas questões que envolvem essa temática tão polêmica e nas relevantes discussões posteriores, que buscam uma maior compreensão do assunto.

## 2 – A Trajetória da Infância

Imaginar que a criança sempre foi esse ser frágil e em formação, necessitado de cuidados e disciplina e coberto de direitos (vide o Estatuto da Criança e do Adolescente) é ignorar a evolução histórica de como esse sentimento da infância chegou até os moldes atuais e de como o período denominado “infância” emergiu na vida do indivíduo e da sociedade. Além disso, acompanhando o movimento dinâmico das relações e das transformações características à história, essa própria criança passou por transformações e fez parte de diferentes concepções.

Para isso, faz-se necessário traçar um panorama histórico da infância, contemplando os seus múltiplos aspectos, a fim de contextualizar a trajetória que instituiu o surgimento dessa infância, a sua posterior caracterização moderna e a sua atual composição contemporânea. Apreender um pouco desse caminho contribui com informações que facilitam a compreensão da criança de hoje bem como das discussões que a engloba, especialmente, no tocante à pedofilia, tema central da pesquisa empírica, no capítulo 5.

### 2.1 - A Infância da Idade Média à Idade Moderna

Áries (1973), em sua pesquisa para o livro “História Social da Criança e da Família”, utilizou dados históricos como a arte das representações (pintura, escultura, gravura, fotografia), os trajes das crianças, as anotações dos diários de família, entre outros, a fim de rastrear como se desenvolveu, através dos séculos, a tão estimada infância (sentimento moderno/contemporâneo).

Segundo ele, a partir da arte dos séculos XI e XII, fica evidente que as representações das crianças eram, praticamente, inexistentes, sugerindo uma irrelevância desse período da vida para a mentalidade da época. Assim, ele conclui que a infância, provavelmente, era vista como um período passageiro de transição e, por isso, desconsiderado. No século XIII, já é possível perceber algumas representações estéticas dos infantes. Contudo, a forma como eram representados nada tinha a ver com a realidade infantil. As crianças eram mostradas como homens pequenos, de tamanho reduzido, com

toda a estrutura óssea e muscular de um adulto. Esse formato estendeu-se até o final do século XIII.

Entretanto, é nesse período que Ariès (1981) aponta o surgimento de alguns modelos de crianças que apresentam um sentido mais aproximado ao dado pela Modernidade. Havia, por exemplo, o anjo, representado pela figura de um jovem rapaz, ou seja, “uma criança mais ou menos grande” (podendo ser visto como o adolescente de hoje). Na época, não havia ainda essa divisão etária que conhecemos, só aparecendo na Modernidade (a adolescência, por exemplo, só surge no século XVIII). O outro modelo de criança é o do Menino Jesus ou da Nossa Senhora menina. No século XIII, este sentimento encantador da infância ficou circunscrito apenas ao Menino Jesus. Já no século XIV, o tema dessa infância sagrada começou a se expandir e diversificar.

Assim, a partir dessa ampliação, formou-se uma iconografia nova, onde as crianças eram representadas, com ou sem suas mães, tornando-se imagens freqüentes nas pinturas. Elas apareciam no meio da multidão, brincando com adultos, assistindo a milagres e pregações, entre tantas outras situações. Vale ressaltar que, de acordo com Áries, isso não se destinava a descrever a infância:

...essas cenas de gênero em geral não se consagravam à descrição exclusiva da infância, mas muitas vezes tinham nas crianças suas protagonistas principais ou secundárias. Isso nos sugere duas idéias: primeiro, a de que na vida quotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio ou o jogo reunia crianças e adultos; segundo, a idéia de que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça ou por seu pitoresco, e se compraziam em sublinhar a presença da criança dentro da multidão. (Áries, P., 1981:21)

No século XV, surgem outros dois tipos de representação: o retrato e o *putto*. Eles vão demonstrar uma nova atitude em relação às crianças.

O retrato, como objetivo de guardar uma lembrança da criança fosse ela tornar-se adulta ou tão logo viesse a falecer, já demonstra uma inicial saída do anonimato, muitas vezes, imposto pelos poucos anos ou até meses de vida usuais. No século XVI, esse retrato passa a ser usado também para registrar crianças falecidas, o que é um importante marco



para o sentimento que se tinha da infância. Eram usadas para ilustrar túmulos de crianças mortas.

Esse fato é relevante, pois se deve considerar que, nessa época, a demografia apresentava uma alta taxa de mortalidade infantil, o que explicava o comportamento comum de desprezo, por parte da sociedade e da família, em relação à criança e a sua morte. Se morresse uma, logo nasceria outra no lugar. Sequer acreditavam que um ser daquele tamanho e naquelas condições tinha uma alma. Um exemplo disso, dado por Ariès, é o de uma mãe que estava desconsolada por ter o seu quinto filho, sendo consolada pela vizinha da seguinte forma: “Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos”.

O autor ressalta que apesar das condições demográficas demarcadas pela alta taxa de mortalidade infantil mostrarem-se, praticamente, inalteradas do século XIII ao XVII, esse interesse pela criança, denunciando uma particularização da vida infantil e uma maior sensibilidade dos adultos em relação a ela, precedeu em mais de um século a modificação da demografia. Ele correlaciona essa mudança com uma maior cristianização dos hábitos e costumes.

O *putto*, também nascido no século XV, era a representação da criança nua, como forma a resgatar o Eros mitológico, lembrando que essa também era a época da nudez clássica. Esse tipo de representação endossa esse maior interesse pela criança. Essa nudez dos *putti* chegou até a representar o menino Jesus. Contudo, cabe ressaltar que esse tipo de nudez era utilizado somente para representar a criança mitológica, já que surge na mesma época dos retratos, nos quais as crianças nunca apareciam despidas, como pudemos observar. Apenas na segunda metade do século XVII, essa nudez passa para o retrato da infância.

É justamente no século XVII que Ariès (1981) localiza os maiores progressos em relação à primeira infância:

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (Ariès, P., 1981:28)

O autor completa ainda que o sentimento de carinho de avós e mães com as suas crianças existia já há muito tempo com o diferencial de não serem externalizados e admitidos. Foi isso que ele constatou analisando descrições de avós e mães acerca de filhos e netos como a da Madame de Sévigné falando de sua neta:

Eu a amo muito. Mande cortar seus cabelos, e ela agora usa um penteado solto. Esse penteado é feito para ela. Sua tez, seu pescoço e seu corpinho são admiráveis. Ela faz cem pequenas coisinhas: faz carinhos, bate, faz o sinal da cruz, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queixo: enfim, ela é bonita em tudo o que faz. Distraio-me com ela horas a fio. (M. de Sévigné apud Áries, P., 1981:30-31)

Descrições desse tipo demonstram cenas da primeira infância como gestos, maneira de falar, de se comportar, de usar o corpo, entre outros. Corroboram o primeiro sentimento da infância, que é o da “paparicação” (Ariès, 1981), na qual as crianças eram vistas como motivos de diversão e apreciação pelas gracinhas e proezas. Como se observa, nasceu no meio familiar, no convívio com as criancinhas.

É também no século XVII que, de acordo com Ariès (1981), as crianças, pelo menos as da burguesia ou nobreza, começam a apresentar trajes específicos, diferentes daqueles usados por adultos, o que pode ser observado nas representações infantis da época. Isso é mais um sinal da particularização da criança, sendo ela distinguida dos adultos. Esse fato é importante, quando se sabe que, na Idade Média, as roupas eram indiferentes às classes de idades, sendo utilizada somente para distinguir posições de hierarquia social. Não havia uma distinção do traje da criança para o do adulto.

Então, esses trajes passaram a delimitar claramente as etapas do crescimento, da infância à fase adulta. Segundo Ariès (1981), eram como ritos de passagem. A infância possuía uniformes que a caracterizavam. O autor ressalta, ainda, que isso era regra apenas para os meninos, uma vez que as meninas vestiam-se como mulheres em miniatura.

A diferenciação dos trajes, a partir do final do século XVI e início do XVII, serviu, portanto, para ratificar e evidenciar a separação das crianças dos homens. Crianças essas que eram do sexo masculino, pertencentes às classes nobre ou burguesa, já que as meninas,

em geral, e as crianças do povo, ainda persistiriam por mais tempo misturadas aos adultos por meio de seus trajes e atividades (trabalhos, brincadeiras, jogos, entre outros).

Outra questão importante que é destacada pelo autor é a relação entre crianças e adultos, no tocante à sexualidade, na qual ele busca traçar como se deu a transformação da criança impudica em exemplo profundo de inocência.

Na Antigüidade e na Idade Média, eram atitudes recorrentes os adultos falarem de sexo na frente das crianças, brincarem com as partes íntimas delas e permitirem que elas brincassem com a sua própria intimidade ou com a alheia. Além disso, era comum que elas dormissem na mesma cama com os pais, com os criados ou com outras crianças. Esses hábitos seriam impensáveis se deslocados para o pensamento contemporâneo.

Essa situação perdurou até o final do século XVI e início do XVII. A precocidade sexual observada no comportamento infantil só era enquadrada e direcionada à educação, quando a criança completava sete anos. Desse modo, após uma liberdade relativa à sexualidade durante os seis primeiros anos de vida, a criança era ensinada a ter “modos e linguagem decentes”.

Os próprios moralistas e educadores da época acreditavam que a educação só era necessária quando a criança aproximava-se da vida adulta. Toda essa liberdade de brincadeiras, linguagens e hábitos praticados por adultos na frente das crianças era algo muito normal para a sociedade da época. (Ariès, 1981)

Contudo, o fato produz um questionamento acerca da causa dessa quebra de comportamento a partir dos sete anos de idade (a suposta faixa de aproximação ao mundo dos adultos). O motivo dessa separação é explicitado pelo autor por dois argumentos:

Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse. (Áries, P., 1981:80)

Logo, se antes da puberdade a criança parecia estar alheia à sexualidade e, após, as investidas sexuais não eram vistas como nocivas, intensifica-se a indagação acerca da proclamação da inocência infantil. Ariès (1981) correlaciona-a com as idéias inovadoras de poucos educadores e moralistas do século XV, que também interessados pela questão da infância, se dispuseram a estudar e observar as crianças, suas práticas sexuais, seus costumes, entre outros, consistindo esse ponto para mais um indício evidente do interesse pela infância.

H.Gerson (Gerson, H. apud Ariès, P., 1981), educador do século XV e um dos principais representantes desse movimento, instituiu uma série de medidas ou “conselhos” que deveriam ajudar a combater essa precocidade sexual infantil. Ariès esclarece que, para isso, ele orientou confessores a fim de que eles despertassem o sentimento de culpa nos penitentes de dez, doze anos e, assim, comesçassem a incutir na criança uma série de novos hábitos e comportamentos, através da confissão, da vigilância, da disciplina e da educação.

Dessa forma, ajudaria a despertar uma culpa da qual a criança não tinha consciência, pois era fruto de uma “corrupção original”. Sugeria, então, que a criança utilizasse apenas palavras castas, não beijasse, abraçasse, tocassem, visse nu ou dormisse com outrem, fosse ele seu pai, sua mãe, sua ama ou outra criança. Ela também devia impedir que outros a beijassem, abraçassem, tocassem, entre outros. Caso acontecesse, deveria confessar ao padre o mais rápido possível. Entretanto, Ariès (1981) reforça que isso não era visto como algo mal, mas apenas como algo que seria muito bom fazer. Desse modo, “Gerson tentou isolar as crianças e submetê-las à vigilância constante do mestre” (Gerson, H. apud Ariès, P., 1981, p.81).

Enfim, foram medidas que se concretizaram nas sociedades disciplinares modernas, a partir do século XVIII. Gerson era realmente um inovador. No século XVI, os educadores eram muito mais tolerantes. Em relação ao advento e às modificações das confissões, às interpretações dos comportamentos sexuais de crianças e jovens, à institucionalização do sexual e à sexualização do poder, será visto mais adiante no capítulo 3.2.

A idéia da inocência infantil que se iniciou no século XVII e se consolidou, definitivamente, no XVIII, está correlacionada com a reforma religiosa e moral dos hábitos e costumes. Acreditava-se, por exemplo, que Deus preferiria as crianças aos velhos, pois

aquelas estariam muito mais perto da impecabilidade do que estes. Além disso, Jesus permitiu que as crianças se aproximassem dele e afirmou a pureza de coração delas.

Diante desse quadro, formou-se a concepção moral da infância, fazendo com que ela fosse respeitada pelos adultos, transformando as crianças em indivíduos e não mais em objetos manipuláveis, brinquedinho dos adultos (como na “paparicação”). A fragilidade é, nesse momento, vinculada à inocência, sinal da divina pureza existente no coração delas. Dessa forma é preciso educá-las a fim de desenvolver-se nelas a racionalidade cristã, existente dentro de cada uma, mas de forma latente. Essa necessidade da educação é uma das responsáveis pela multiplicação de diversas instituições educacionais.(Ariès, 1981)

Assim, o sentido da inocência começa a se delinear, como explicita o autor:

O sentido da inocência infantil resultou portanto numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos; e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é. Mas essa contradição só existe para nós, homens do século XX. Nosso sentimento contemporâneo da infância caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou pré-logismo. (Áries, P., 1981:91)

Essa afirmação deixa evidente o quanto o próprio sentimento da infância percorreu caminhos diversificados até chegar ao que, na modernidade e contemporaneidade, elegeu-se como a promessa do futuro.

Se antes viu-se que o primeiro sentimento da infância a emergir foi o da “paparicação”, agora, observa-se que o sentimento que surgiu com os educadores e moralistas apresentavam uma proposta muito diferente do sentimento anterior. Para eles, “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (Ariès, P., 1981, p.104). Foi um sentimento que surgiu no meio externo e interiorizou-se no meio familiar. A idéia desses moralistas em relação à infância fica evidente na seguinte afirmação:

Era preciso antes conhece-la melhor para corrigi-la, e os textos do fim do século XVI e do século XVII estão cheio de observações sobre a psicologia infantil. Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. Pois as pessoas se preocupavam muito com as crianças, consideradas testemunhos da inocência batismal, semelhante aos anjos e próximas de Cristo, que as havia amado. Mas esse interesse impunha que se desenvolvesse nas crianças uma razão ainda frágil e que se fizesse dela homens racionais e cristãos. (Áries, P., 1981:104)

Contudo, se os moralistas apontam para um afastamento em relação ao sentimento da “paparicação”, surge no século XVIII, uma família que se preocupa tanto com a paparicação quanto com a educação e a moralidade, adicionando-se ainda um novo interesse pela higiene e pela saúde física dos filhos.

Nesse momento, a visão da infância assumida pela Modernidade começa a ficar mais evidente, pois “tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação” (Ariès, P., 1981, p. 105). A criança passa a ser o centro da família. Essa trajetória analisada sob a ótica familiar será vista mais detalhadamente no item 3.1.

## 2.2 – A Criança Moderna: Cidadã do Futuro

Para compreender-se qual o significado dado à criança na Modernidade e a forma como ela adquire uma relação com o futuro, faz-se indispensável contextualizar a época Moderna, de forma a visualizar-se a dinâmica de suas interações e relações não só objetivas como também inter e intra-subjetivas.

Na Idade Média, a religiosidade assumia uma posição importante na vida das pessoas, de forma que o sentimento de inocência da criança surgiu justamente com os religiosos e moralistas através do argumento da pureza de espírito e da necessidade do desenvolvimento da racionalidade cristã. As crianças eram batizadas, pois possuíam uma

alma e necessitavam ser depuradas, através da extinção do pecado original. Após essa atitude, investia-se na educação como maneira de desenvolver a tal “razão cristã”. Toda essa religiosidade e investimento na alma é um legado da Idade Média.

Acreditou-se, durante vinte séculos, que a Terra era o centro do Universo, que Deus era o princípio de tudo e que, por isso, a humanidade era à sua imagem e semelhança. Se Deus era o centro, o homem era a margem. Os medievais usavam a noção de semelhança no direcionamento de seus conhecimentos e baseavam-se em argumentos metafísicos e teológicos na explicação e apreensão do mundo.

Contudo, uma série de acontecimentos contribuiu para o processo de transição que culminou na efetiva era moderna. Dentre eles pode-se citar a desestruturação do tecido social através da redução da população a um terço pela peste bubônica, no século XIV, o descobrimento da América com as grandes navegações, no século XV, o humanismo renascentista, também no século XV, a Reforma Protestante, no século XVI e a Revolução Científica, no século XVII. Os motivos mais marcantes são explicados por Marcondes:

O humanismo renascentista havia colocado o homem no centro de suas preocupações éticas, estéticas, políticas. A Reforma protestante valorizava o individualismo e o espírito crítico, bem como a discussão de questões éticas e religiosas. A revolução científica pode ser considerada uma grande realização do espírito crítico humano, com sua formulação de hipóteses ousadas e inovadoras e com sua busca de alternativas para a explicação científica. (Marcondes, D. 2005:153)

Esses fatores e as conseqüências engendradas por eles permitiram que um novo paradigma surgisse, modificando toda a estrutura política, social, econômica, estética, epistêmica, entre outros.

As descobertas de Nicolau Copérnico, em “Sobre a revolução dos orbes celestes” (1543), mais as de Giordano Bruno, Galileu Galilei e Johannes Kepler romperam definitivamente com o modelo medieval, uma vez que instituíram novos cálculos matemáticos que apontaram para o heliocentrismo, para a organização matemática da natureza, para a infinitude do universo e, assim, para a descoberta do homem finito como sujeito e, acima de tudo, como objeto de si mesmo (metaobjeto).

Segundo Marcondes (2005), isso é, de fato, o clímax da ruptura com o paradigma teológico medieval, no qual a Terra era o centro do Universo. As transformações engendradas por essa descoberta são muitas, pois ao homem constatar que não é mais o centro do universo, que é finito e não mais à forma e à semelhança de seu criador, que não há mais um mundo sublunar igual a um mundo supralunar, que é dono e senhor de si mesmo, muda a sua forma de ver o mundo, de se relacionar com ele e de se compreender.

De acordo com o autor, “o homem deixa de ser o microcosmo que reflete em si a grandeza e a harmonia do macrocosmo, as novas teorias dissociando radicalmente a natureza do universo da natureza humana” (Marcondes, D., 2005, p.153). Ele se torna o homem finito que se contrapõe ao infinito do universo, levando o filósofo Giordano Bruno a afirmar que o homem é aquele que tudo pode, mas nada é.

Surge uma ciência ativa, que se baseia em um objeto específico, observa a regularidade dos fenômenos, utiliza um método, aplica experimentações e verifica hipóteses, opondo-se a uma ciência medieval meramente contemplativa e baseada na metafísica. (Marcondes, 2005)

A Idade Moderna é também a era das revoluções, pois além da Científica (século XVII), viu-se desenrolar ao longo do século XVIII as revoluções Industrial, Francesa e a Iluminista, trazendo incontáveis contribuições para a consolidação do homem moderno. Esta última, por exemplo, fortaleceu o racionalismo, inaugurado por Descartes no século XVII, fulminando, definitivamente, o teocentrismo e enfatizando a importância e a necessidade da ciência experimental como instrumento primordial que, movido pela razão humana, levaria o homem ao progresso.

Sendo assim, através desse quadro geral, podem-se observar, como Marcondes (2005) afirma, duas características essenciais da modernidade: a idéia de progresso e a valorização do indivíduo. Afinal, o homem passou a agir de acordo com a sua racionalidade de forma a pensar que a história caminha inevitavelmente em direção ao progresso graças à utilização da sua razão. A razão, pertencendo ao homem, coloca-o como ponto de referência, como lugar de fomento do progresso, como lugar de verdade e certeza. É a emergência da subjetividade que contraria a tradição.

Em suma, o homem moderno, de fato, via em si a solução para todos os seus problemas através da ciência e apostava que a história caminhava para o progresso. Para



isso, um presente limitado objetivava e idealizava um futuro aberto e melhor. Ele era o homem da estética revolucionária, pois a revolução é o lugar, no qual o presente dialoga com o futuro.

Logo, se a Modernidade está intrinsecamente ligada à idéia de progresso, significa que o presente é melhor do que o passado e que o amanhã, inevitavelmente, vai ser melhor do que o hoje. A progressividade, obrigatoriamente, apresenta um eixo temporal linear, no qual o passado é pior do que o presente e o futuro é o lugar da evolução. Sendo assim, o moderno rompe com o passado, com a tradição, a fim de centralizar-se no futuro, o local da felicidade tão almejada.

Nesse ínterim, o presente aparece como o local da diferença, pois é no hoje que se planta a semente que frutificará no amanhã. Enquanto, na Idade Media, o modelo do tempo é o da eternidade, baseado na repetição, na Modernidade, o presente ganha sentido na relação com o outro e como isso se projeta no futuro.

Essa reflexão é relevante para o tema de estudo, pois a criança só aparece como problema quando o presente aparece como problema. O autor Marcel Gauchet (1999) analisa essa relação da criança com o futuro e assinala o desenvolvimento da educação como uma esfera à parte, estanque, como um exemplo de organização voltada para o futuro e, por isso, intrinsecamente ligada à criança.

Contudo, nas sociedades medievais, essa educação preocupava-se em controlar a criança e incorporá-la às regras preestabelecidas, através da aprendizagem que a permitia adaptar-se naquela ordem irretocável de maneiras, códigos e práticas tradicionais. Era um mero movimento de repetição, corroborado acima pelo sentido temporal medieval. Situação facilmente compreensível em uma sociedade que se legitimava no passado, ou seja, na tradição. Após internalizar esses ensinamentos, a criança, quer dizer, provavelmente, já um jovem, estaria pronto para abandonar a instituição e passar adiante tudo aquilo que havia aprendido, exatamente nos mesmos moldes.

Já na Modernidade, de acordo com o autor, os objetivos no processo educacional infantil mudam completamente. Uma vez que a criança deixa de ser uma miniatura do futuro para ser um sujeito em potencial, produtor de diferenças, há uma preocupação em como assegurar e estimular o máximo desenvolvimento do potencial daquela criança. Isso se deve ao fato de acreditar-se que a criança comporta todas as grandes possibilidades para

a construção do futuro melhor. Gauchet (1999) aponta a criança como o foco da Modernidade, pois se esta se centraliza no futuro, imediatamente, transfere toda a sua atenção e investimento para a figura chave desse futuro:

Reorientar as perspectivas gerais da sociedade em direção ao futuro promoveu a figura da criança-rainha, o depósito arquetípico de valores e objeto privilegiado de investimento emocional. Figura da criança como alvo, a maior preocupação da responsabilidade coletiva, se não das razões do Estado e objeto estratégico da ciência no ajustamento do compromisso de maximizar as esperanças que a criança representa<sup>1</sup>.

Ele complementa ainda que a educação moderna distancia a criança do presente ao separá-la da vida extra-colegial e explica que essa atitude deve-se, na verdade, a uma preparação para algo que ainda não existe nesse presente. Sendo assim, a criança é usada como um investimento cumulativo, ou seja, suas habilidades não são “exploradas” em curto prazo. Elas são estimuladas a desenvolver um potencial que vai se concretizar no futuro, lugar das suas realizações.

Diante desse contexto, outra discussão emerge em torno da criança e do futuro da sociedade: o papel da família moderna na produção do indivíduo para a coletividade, pois se a criança é o futuro da nação, a família que a engloba deve primar pelo bom desenvolvimento desse ser que é o projeto da sociedade futura. Isso implica uma preocupação do Estado na gestão familiar, o que vai explicar os fenômenos natalistas, neomalthusianos, eugenistas, entre outros. Atitudes que implicam uma nova configuração de funções para o pai, a mãe, os pedagogos, entre outros.

De acordo com Rohden (2003), o destino feminino, por exemplo, passa a atrelar-se, obrigatoriamente, ao da reprodução. A gravidez não se instala como um desejo maternal de ter um determinado número de filhos, no momento em que a mulher escolher, como acontece atualmente. Ao contrário, a gravidez é “um acontecimento social, na medida em

---

<sup>1</sup> Minha tradução para: “Reorienting the general social perspectives toward the future has given rise to the figure of the child-king, the archetypal incarnator of value and the privileged object of emotional investment, along with the figure of the child-as-target, the major preoccupation of collective responsibility, if not of reasons of State, and the object of a strategic science, of an increasingly concerted undertaking to maximize the hopes the child represents”. (Gauchet, M., 1999, p. 180)

que deve ser de domínio público, mas também no sentido de que produz bens para a sociedade”. (Rohden, F., 2003, p.50)

Esses bens tanto pertenciam à sociedade, que Silveira (Silveira apud Rohden, F., 2003) propunha a criação de instituições destinadas a recolher crianças filhas de pais necessitados a fim de garantir o futuro da coletividade:

E, ao lado dos casais necessitados, por amor à caridade, por espírito de fraternização e em prol da regeneração e do progresso, deverão estar os Poderes, tomando os rebentos da família e da vida da sociedade futura -os filhos- nos braços paternais, levando-os para as instituições em favor da infância; instituições que deverão ser protegidas e espalhadas pelos governos em nosso meio, onde grande parte das crianças, nossas irmãzinhas, choradas e cantadas pela Pátria, estiola-se no seio da miséria ou dando seu último alento ou, se transpõe o vendaval das desventuras, crescendo sem vida e como péssimo fruto às novas gerações. (Silveira apud Rohden, F., 2003:26)

Observa-se, portanto, que o Estado tem um grande interesse em interferir na produção desse novo indivíduo de forma a evitar, como enfatizou o autor acima, um “péssimo fruto às novas gerações”.

Isso demonstra que a Modernidade trouxe uma nova visão sobre a vida, engendrando sua intensa valorização, pois quem espera o futuro não deseja morrer. Foucault (2005) mostra que isso ocorreu em parte, porque o homem ocidental moderno, através das conquistas em curso na Modernidade, descobriu o que é realmente ter um corpo, pertencer a uma espécie, zelar pela vida, primar pela saúde própria e da coletividade. Ele é capaz de fazer a diferença no presente, contrariando as idéias medievais de destino. Dependendo do que se faça hoje, o amanhã poderá ser diferente. Logo, a criança, a figura principal desse amanhã, comporta a maior potencialidade para a tão estimada diferença.

Assim, a análise Foucaultiana aborda a tomada do poder político na gestão dessa vida. Ele situa o desenvolvimento dessa politicalização da vida, a partir do século XVII, em duas formas principais. A primeira, no corpo como máquina, ou seja, no adestramento do corpo, no desenvolvimento de aptidões, na utilização de suas forças, em sua utilidade e docilidade. A segunda, concretizada na metade do século XVIII, alicerça-se no corpo-

espécie, ou seja, nos processos biológicos, nascimentos, expectativa de vida, mortalidades, taxa de fecundidade, entre outros. Dessa forma, as disciplinas do corpo e as regulações da população orientaram a gestão política sobre a vida, o que demonstra todo um olhar voltado para o início dessa vida, isto é, para a infância.

Mais adiante, será discutido com mais detalhes a forma como esse poder se imbuíu da sexualidade e penetrou na célula familiar moderna a fim de legitimar seus dispositivos e gerir a vida. A partir daí, será possível verificar como isso repercutiu na vida criança, na sua sexualidade, investimento e futuro. Afinal, como Rohden (2003) explicita, cometer o aborto ou o infanticídio nessa época passou a ser classificado como crime não só por ser um atentado à vida, mas por consistir no “assassinato de um futuro cidadão”. Logo, qualquer atitude que trouxesse conseqüências negativas para a infância passou a ser vista como “criminosa”, já que poderia se transformar em um grande obstáculo à cidadania e ao futuro.

Já a criança pós-moderna pode ser vista como um reflexo do complexo processo de transição entre a Modernidade e a Contemporaneidade, fazendo com que ela apresente tanto características modernas, inerentes à continuidade, quanto características novas, pós-modernas, evidenciando rupturas. Essa nova configuração poderá ser melhor observada no capítulo 4 e, mais especificamente, no item 4.3, pois estabelece íntima relação com o assunto tratado no referido tópico.

### **3 – As Relações Familiares e suas Dinâmicas**

Discutir as representações e a compreensão global que se desenvolveram ao redor da criança através dos tempos exige uma análise consistente da inserção desse ser na família e desta na sociedade a fim de que se possa melhor apreender o local destinado a ela na contemporaneidade. Se a idéia que se tem da infância, hoje, não faz parte de uma história e realidade estáticas, subentende-se que a noção de família também passou por transformações concretas e subjetivas até chegar à atualidade. A família não só fez parte de construções e reconstruções como está intrinsecamente interligada à trajetória da infância.

As dinâmicas transformações familiares fazem parte de reconfigurações que englobam as bases estruturais da família, as funções exercidas e os papéis desempenhados, não só internamente, mas também na sua relação com a sociedade. Além disso, cabe ressaltar que a reflexão e a análise das (re)construções familiares inserem-se em um contexto que é diversificado e comporta diversos aspectos como os sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos, entre outros, permeado por relações heterogêneas, subjetivas e dinamizadas.

Os próximos itens buscam correlacionar essa série de fatores, mostrando um pouco das dinâmicas transformadoras das relações familiares, desde a sua instituição até a sua consolidação contemporânea, passando pela legitimação do dispositivo da sexualidade na família moderna e culminando na família atual, alicerçada em bases tão fluidas quanto a sua própria complexidade. Entendendo-se um pouco da família, melhor compreende-se a criança e as polêmicas que a envolvem.

#### **3.1 – As Relações Familiares da Idade Média à Idade Moderna**

Segundo Ariès (1981), o sentimento da família está diretamente relacionado ao sentimento da infância. Isso não quer dizer que a família só existe a partir do momento em que a infância emerge, mas o sentimento que define a família moderna só começa a se delinear após o surgimento dos dois sentimentos da infância. Afinal, na Idade Média a família já existia, mas o sentimento não. Dessa forma, as relações que permeavam a

estrutura familiar medieval não eram as mesmas da família moderna, na qual a criança passou a ser o centro.

Em sua análise histórico-iconográfica, Ariès (1981) constatou que já no século XV as representações imagéticas mostravam os homens e mulheres da família, além de vizinhos, entre outros, presentes nas atividades cotidianas, demonstrando uma colaboração familiar no trabalho. Contudo, nesse século a criança ainda não pertencia à cena familiar pública, aparecendo somente nas representações iconográficas, junto à família, no século XVI.

Foi também no século XVI que os calendários, catálogos e representações passaram, definitivamente, a ser uma iconografia da família. Essas cenas novas, repletas de um sentimento nascente, ainda em emersão, multiplicaram-se e estenderam-se a todas as representações iconográficas do século XVII.

Os calendários, que representavam os meses do ano, e as pirâmides etárias, tão comuns na sociedade medieval, eram agora representados pelos personagens da família. Na pirâmide etária, por exemplo, na qual as idades da vida eram representadas em degraus que subiam do nascimento à maturidade e desciam até a velhice/morte, apareciam temas da vida familiar. Além disso, nessas representações havia cenas bastante recorrentes como :

...a mãe vigiando a criança no berço, a mãe amamentando a criança, a mãe fazendo a toalete da criança, o irmão ou a irmã tentando ver o bebê no berço na ponta dos pés, a criança na cozinha ou no celeiro com um criado ou uma criada, a criança fazendo compras num armazém. (Ariès, 1981: 142)

Observa-se, nesse contexto, que a criança já apresentava íntima interação com a mãe e com os irmãos, demonstrando um tímido, porém, já existente, sentimento de família, ausente, até então, na família medieval. A partir dos séculos XV e XVI, esse sentimento aflora, começa a delinear-se no século XVII e consolida-se, de fato, no século XVIII. Vale ressaltar que os maiores progressos em relação ao sentimento da infância foram situados por Ariès (1981) no século XVII, época na qual também se presenciam uma intensificação do sentimento familiar.

Na Idade Média, a família não se estruturava em torno da criança. Segundo Ariès (1981), a educação das crianças medievais estava subordinada à condição de “aprendizes”.

Elas eram enviadas a outras famílias, assim que completavam sete anos, de forma a auxiliarem nos trabalhos e, principalmente, nos afazeres domésticos. Esses tipos de serviços não eram sinônimos de vergonha, mas sim de muita dignidade. Era na convivência cotidiana com os adultos de outras famílias, seus “mestres”, que elas eram educadas, longe das vistas dos pais. Isso demonstra uma realidade moral e social da família diferente do viés sentimental moderno. Com essa distância entre filhos e pais, desde cedo, era impossível que algum sentimento se desenvolvesse. Essa maneira de aprendizagem reforça a convivência das crianças misturadas ao mundo dos adultos, sem qualquer distinção, como visto no item 2.1.

Contudo, com a extensão da frequência escolar, a partir dos séculos XVI e, principalmente, XVII, como desejado pelos educadores e moralistas inovadores do século XV, as crianças, representadas pelo sentimento da inocência e da necessidade da educação, passam a frequentar escolas, deixando de serem os aprendizes medievais, abandonados pelos pais. Isso permitiu que a criança fosse separada do mundo “sujo” dos adultos e ficasse mais perto de seus genitores, explicitando essa aproximação do sentimento da família ao da infância, além de evidenciar a relevância assumida pela educação nessa conjuntura.

O papel da educação, especialmente no século XVII, apresenta íntima relação com a emergência do sentimento moderno da família, no qual os pais deveriam vigiar a criança, supervisionar seus afazeres, repetir as lições, de modo a garantir um desenvolvimento digno e completo dos filhos. A escola permitia que a criança não fugisse da visão dos pais. A vida familiar centrou-se de forma definitiva na criança. Esse desejo de não se separar dos filhos era tão novo e intenso, que as amas-de-leite passaram a ir morar na casa das famílias a fim de que os pais não se separassem dos bebês, o que não ocorria anteriormente.

No entanto, Ariès (1981) enfatiza que esse não é ainda o sentimento exato da família moderna. A consolidação da família exige uma introspecção habitacional, uma intimidade discreta, uma vida privada, ainda inexistentes no século XVII. A vida do homem era exclusivamente pública. Assim, “quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidades de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas o seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade” (Ariès, P., 1981, p.164). Portanto, não há uma família moderna sem o desenvolvimento de uma intimidade e de uma privacidade do lar.

A vida social era a única esfera de vivência dos membros da família do século XVII. Na verdade, passava-se até mais tempo na rua do que em casa. Não havia a separação da vida pessoal, profissional e social, como se percebe hoje. O autor mostra o objetivo do homem inserido nessa realidade:

O essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações. Ter êxito na vida não significava fazer fortuna ou obter uma situação – ou ao menos isso era secundário; significava antes de tudo obter uma posição mais honrosa numa sociedade em que todos os membros se viam, se ouviam e se encontravam quase todos os dias. (Ariès, P., 1981: 164)

Ele enfatiza que essa vida de relações, muito freqüente nas ruas, estendia-se também até o interior das casas, sendo elas, freqüentemente, extensões do espaço público. As visitas recorrentes eram de todos os tipos, suscitando críticas por parte dos educadores e moralistas da época. Eles achavam que esse ambiente era afeito a promiscuidades, complacências, licenciosidades, entre outros, constituindo uma ameaça à inocência e à educação das crianças.

A própria estrutura da habitação e sua utilização evidenciam como a vida privada era inexistente. No mesmo lugar em que se recebia visitas, se comia, se dançava, se dormia, de modo que as camas eram desmontáveis para serem facilmente deslocadas de um local para outro. Ariès (1981) vê no surgimento da cama como móvel uma mudança na vida de interior:

Sem dúvida, essa transformação da cama desmontável num móvel permanente marcou um progresso de intimidade. Logo a seguir, a cama ornamentada e envolta em cortinas foi utilizada pelos artistas para ilustrar os temas da vida privada: o quarto onde se reúnem os recém-casados, onde a mãe dá à luz, onde morrem os velhos, e também onde meditam os solitários. Contudo, o cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir. Continuava a ser um lugar público. Conseqüentemente, era preciso colocar cortinas em torno da cama, cortinas que se abriam ou



fechavam à vontade, para defender a intimidade de seus ocupantes. (Ariès, P., 1981: 181)

Foi justamente no fim do século XVII e início do XVIII que o autor situou uma família confinada ao espaço privado do lar, agora projetado para a intimidade e para a proteção contra intrusos. Havia uma nova organização desse espaço privado, cujos cômodos comunicavam-se por um corredor extenso e não mais diretamente entre si. Além disso, os cômodos assumiram funções bem definidas como sala de estar, quarto de dormir, sala de jantar, entre outros.

Essa afeição e centralização da família em torno da criança nos séculos XVI e, especialmente, XVII, não foram suficientes para delinear a família moderna. Só a partir do século XVIII a família passou a se recolher a sua nova estrutura habitacional, descrita por Ariès (1981), separando-se e afastando-se da vida social, do espaço público, delimitando, cada vez mais, um espaço particular. O conforto surgiu justamente nesse movimento de recolhimento, intimidade e discrição. A especialização dos cômodos, surgida primeiramente na nobreza e na burguesia, correspondeu à nova necessidade de isolamento da família.

Desde então, as visitas não eram mais a qualquer hora e de qualquer maneira, eram feitas com convite prévio, em cômodos específicos (como a sala de estar, por exemplo), com assuntos pré-definidos. É a explicitação da separação das esferas social, profissional e privada. Cada assunto deveria ser tratado em um lugar adequado e específico. Isso resguardava as crianças de qualquer ameaça moral ou, até mesmo, física (Ariès, 1981).

Assim, o autor evidencia a consequência engendrada por essa valorização da vida privada: “as antigas boas maneiras eram uma arte de viver em público e em representação. A nova polidez obrigava à discrição e ao respeito pela intimidade alheia. A ênfase moral deslocara-se” (Ariès, P., 1981, p.185). Essa condição de aprofundamento da intimidade, afastamento da sociabilidade e deslocamento da moral propiciou, finalmente, a emersão da família moderna. Uma família formada apenas por pais e filhos, repleta de afetividade, carinho e estima dos dois lados. Caracterizada por um extremo zelo em relação à educação, à carreira e, principalmente, ao futuro do filho. Dentro desse contexto, se insere uma preocupação também com a higiene e a saúde física das crianças:

Nessa correspondência, as questões de saúde e higiene ocupam um lugar importante. Até então, as pessoas preocupavam-se com as doenças graves, mas não demonstravam essa solicitude constante, não se inquietavam com um resfriado ou uma pequena afecção passageira. A vida física não tinha tanta importância. (Ariès, 1981: 186-187)

Quando uma criança morria, os pais sofriam de forma penosa, pelo fato de considerarem uma perda irreparável. Não havia a substituição de uma criança por outra como na Idade Média, por exemplo. A maior alegria para a mãe era a de participar e acompanhar a vida do filho. Há nesse quadro uma relação explícita entre o sentimento da infância, o sentimento da família e a preocupação com a saúde e higiene dos filhos. É também nessa época que surge uma preocupação com a igualdade entre os filhos. Diferenciá-los e demonstrar preferências seria uma grande injustiça e, segundo os educadores, deveria ser exaustivamente combatido (Ariès, 1981).

A Sagrada Família era o ideal a ser seguido pela família moderna emergente. A educação e o moralismo, especialmente, no século XVII, ensinaram aos pais que eles eram os responsáveis, perante Deus, pelo progresso de seus filhos, por suas almas e por seus corpos. A família assume, assim, de acordo com Ariès (1981), uma função moral e espiritual que não tinha antes.

Portanto, a família moderna se consolida, alicerçada na educação, centralizada na criança e confinada ao espaço privado. Dessa forma, o autor conclui que:

A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII. É fácil compreender que essa invasão das sensibilidades pela infância tenha resultado nos

fenômenos hoje mais bem conhecidos do malthusianismo ou do controle da natalidade. Este último surgiu no século XVIII, no momento em que a família acabava de se reorganizar em torno da criança e erguia entre ela mesma e a sociedade o muro da vida privada. (Ariès, 1981:195)

Ariès (1981) atenta para o fato de, ainda no século XIX, muitas famílias pobres e numerosas ainda viverem no formato da família medieval, restando apenas à burguesia e à nobreza o sentimento da família moderna. Contudo, a partir daí, esse sentimento moderno de família ampliou-se mais e mais e foi incorporado a outras classes sociais, de maneira que, atualmente, quase não se tem consciência dessa sua origem.

Discutiu-se até aqui a evolução da família, tendo-se como foco a interrelação com o sentimento da infância. Entretanto, a reflexão acerca do surgimento do sentimento da família moderna através de tantos pontos, inevitavelmente, traz indagações acerca da estruturação familiar que centraliza essa criança. Questiona-se o papel assumido pelo homem e pela mulher na relação não só com as crianças, mas também entre si. Procura-se compreender a produção das intersubjetividades engendradas no seio dessa família conjugal, pois a família moderna não só se centraliza na criança como se alicerça na instituição do casamento. Esse é um fato muito importante para se apreender o sentido da família moderna monogâmica.

Sendo assim, é necessário que se trace uma breve trajetória acerca da organização familiar a fim de chegar-se à família monogâmica conjugal moderna. Engels (Engels apud Paiva, R., 1997) estabelece a evolução da família, dividindo-a em quatro estágios.

O primeiro estágio é o da chamada família consanguínea que abrange o casamento por grupos, nos quais todos os homens e mulheres são casados. Ressalta-se que avós, pais e filhos são grupos excluídos dos encargos matrimoniais.

O segundo estágio é o da família punuluna, que difere da primeira por condenar as relações sexuais entre irmãos. É uma família ainda formada por grupos, na qual não se consegue distinguir quem é o pai de determinada criança. Identifica-se apenas a mãe. Dessa forma, a descendência corresponde a uma linhagem feminina. Aliás, Ariès (1981) também aponta para um sentimento de linhagem, anterior à Idade Média, e que se opunha à família conjugal moderna. A linhagem estendia a sua solidariedade a todos os descendentes de um

mesmo ancestral, ou seja, aos parentes consangüíneos de diversas gerações e não se dividia ou sectarizava. Ela não possuía uma habitação ou intimidade, não se reunindo em um espaço comum. Contudo, a proteção dos membros era garantida e a propriedade, o patrimônio, era de todos. Isso reforça a visão de Engels dessa família punuluana como sendo também um sistema de concentração de riqueza. A formação dos pares nesse estágio familiar era por pura preferência e de duração variável, culminando no próximo estágio.

O terceiro estágio é o da família sindiásmica. Nesse nível, pode-se observar o surgimento de uma nova ordem gerada pelo fim do nomadismo do homem com a conseqüente domesticação e criação de animais, a consolidação da agricultura com a produção e a estocagem de alimentos e pela manipulação dos recursos da natureza como os metais, por exemplo. Sendo assim, esse estágio introduz a propriedade privada, não ainda exatamente nos moldes especificados por Ariès, mas já de forma a causar a rarefação da poligamia, meramente por questões econômicas, já que a riqueza pertence não mais ao grupo, mas à família, e por questões de necessidade de força de trabalho. Ainda sim, a vida conjugal extingue-se através da vontade de qualquer uma das partes.

A passagem para o último estágio, que é o da família monogâmica, assume o molde moderno da família patriarcal, com o declínio do papel da mulher no gerenciamento da casa e na definição de herdeiros. Isso representa uma mudança radical na medida em que antes, nas relações de linhagem, era a mulher que era a responsável pela descendência. Segundo Áries (1981), o pai passou a ter uma hipertrofia de sua autoridade e deslocou a seguridade do seu patrimônio e da sua integridade para o primogênito (direito de primogenitura) e não mais para a indivisibilidade entre as gerações da linhagem. Assim, ele corrobora a idéia de Engels sobre o declínio da capacidade da mulher. Ele utiliza M. Pelot para enfatizar que:

A partir do século XIV, assistimos a uma degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco...Finalmente, no século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa evolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica. (M. Pelot apud Ariès, P., 1997: 145)

Dentro desse contexto, para Engels (Engels apud Paiva, R., 1997), é no surgimento da família monogâmica que a relação conjugal se solidifica e a separação se torna rara, podendo ser exigida apenas pelo homem. O patriarca assume o seu lugar e o seu papel de gerenciador e autoridade. Ele correlaciona essas mudanças à conjuntura social e cultural e conclui:

Com essa descrição, é possível entender como historicamente o casamento, a família em sua origem, começou a depender inteiramente de considerações econômicas, já que a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, e os interesses da transmissão por herança fizeram predominar o direito paterno e a monogamia. (Engels apud Paiva, R., 1997: 26)

Ariès (1981) corrobora, assim, que o valor que era dado à linhagem deslocou-se para a família e ela se torna o alicerce dos Estados, a verdadeira célula social. Uma família centrada na criança, gerida pelo pai, tendo a mãe o dever apenas de zelar pelo seus filhos, vigiá-los e cobrá-los no tocante ao cumprimento das tarefas, cabendo todo e qualquer tipo de decisão ao patriarca da família. À mulher era destinada, exclusivamente, a função de dar à luz e “amamentar e lambar” a prole.

### 3.2 – A Família Moderna e o Dispositivo de Sexualidade

Após observar-se a trajetória da família moderna e os moldes assumidos por ela a partir do século XVIII, entender-se que a criança passa a ser o centro da família e da sociedade por encarnar a promessa do futuro e constatar-se o interesse do poder político em gerir a vida, torna-se indispensável analisar de que forma poder e sexualidade se misturaram e dinamizaram o jogo das relações familiares e sociais.

De acordo com Foucault (2005), há um discurso conhecido em nossa sociedade que afirma que, desde o século XVII, estabeleceu-se sobre a sexualidade uma repressão, um silêncio dominador e controlador, uma negação que rompeu com a até então liberdade sexual anterior. A argumentação que acompanha essa visão é a do desenvolvimento do capitalismo e do estabelecimento da ordem burguesa industrial, que necessitava da força

humana para produzir e lucrar. Sendo assim, a repressão do sexo fazia parte do plano da economia de energia. Esse discurso, é muito conhecido da sociedade atual, posto que não cessa de ser repetido por diversas pessoas.

Contudo, o que Foucault (2005) coloca em questão é justamente um movimento oposto ao da repressão à sexualidade. Ele afirma que os discursos sobre o sexo e sobre a sexualidade hauriram forças e multiplicaram-se de diversas maneiras, especialmente, a partir do século XVIII. Sendo assim, ele coloca esse silêncio e essa censura aparente como parte dessa proliferação discursiva e não como mecanismos que se opunham à sexualidade, como muitos achavam e acham.

Ao contrário, ocorreu uma incitação da colocação do sexo em discurso. A prática da confissão é uma prova disso. Aliás, segundo o autor, pode-se dizer que ela é a matriz na produção do “discurso verdadeiro sobre o sexo”. Primeiramente, ainda na Idade Média, ela era usada na prática da penitência. Depois, com o Protestantismo e a Contra-Reforma, ela foi assumindo novos moldes. O homem não deveria mais falar da prática da carne e da descrição do ato, mas sim dos devaneios, pensamentos, sensações e desejos. Tudo deveria ser colocado em discurso. Fazia parte do exame de si, da direção espiritual e da condução das almas.

No século XVIII, com a Pedagogia, e no XIX, com a Medicina, a confissão deixou de conter esse ritual para apresentar-se de outras maneiras e em outras relações como a de pais e filhos, professores e alunos, doentes e psiquiatras, por exemplo. A maneira de colocar esse sexo em discurso também se modificou e diversificou assumindo a forma de questionários, consultas médicas, narrativas autobiográficas, entre outros. Isso tudo com o objetivo de trazer à tona, à consciência e ao conhecimento as imagens, os desejos, a qualidade dos prazeres e das obsessões.

Foucault (2005) enfatiza que isso tudo é produto de uma sociedade da ciência, na qual o discurso sobre o sexo, a partir do século XVIII, não se centraliza em uma “teoria geral da sexualidade”, típica de uma visão moral, mas se multiplica e permeia várias áreas do saber como economia, medicina, pedagogia e se torna parte da ciência, através de pesquisas, classificações, análises. Dessa forma, ao discurso moral adiciona-se, sobretudo, o racional. Para o autor, isso é uma prova concreta da imensa vontade de saber sobre o sexo da sociedade moderna ocidental.

A partir daí, mais especificamente, no século XIX, se constitui uma ciência da sexualidade, a que Foucault denominou *scientia sexualis*. O sexo se tornou objeto de verdade e falsidade, pois através dele havia todo um aparelho empenhado em descobrir a sua verdade, mesmo que, no final, tentassem escondê-la. Assim, produziam supostas verdades e as disseminavam através de discursos que infligiam medo na população, pois vendiam previsões catastróficas para o futuro, como a degenerescência populacional. Justamente o lugar da boa-venturança moderna.

Essa *scientia sexualis*<sup>2</sup> baseou-se em cinco princípios que colocaram o exercício da confissão sexual, ou seja, a prática discursiva, dentro dos moldes da cientificidade moderna.

O primeiro foi “através de uma codificação clínica do fazer falar” que consistia na confissão seguida da análise de um profissional, da narração da vida e a avaliação de simbolismos e sintomas decifráveis, da hipnose, das associações livres, entre outros.

O segundo foi “através do postulado de uma causalidade geral e difusa”. Consiste em dizer que na raiz de todos os problemas, sejam eles relacionados a maus-hábitos, a doenças aparentemente não-sexuais ou a questões de raça, por exemplo, há uma causalidade sexual. Por esse motivo, o Estado sente-se no direito de interferir na vida conjugal moderna e no seu sexo a fim de assegurar a saúde do corpo coletivo, evitando uma degenerescência futura.

O terceiro foi “através do princípio de uma latência intrínseca à própria sexualidade”. De acordo com esse princípio, a energia sexual, indiscutivelmente, faz parte da nossa natureza, mas também faz parte da natureza sexual estar oculta dentro de nós. Sendo assim, trata-se de descobrir aquilo que foge ao próprio sujeito e isso só é possível através de uma confissão constante e gradual, em uma relação obrigatória entre interrogador e interrogado.

O quarto princípio foi “através do método da interpretação”, ou seja, a descoberta da verdade, necessariamente, passa pela relação daquele que fala com aquele que ouve. A verdade não está no sujeito, ela só aparece, só se completa, naquele que ouve e interpreta, seja ele um pastor, um padre, um juiz, um médico. O outro é o dono da verdade.

O último princípio “foi através da medicalização dos efeitos da confissão”. Nesse ponto, o sexo aparece como algo do domínio do normal e do patológico e não apenas do

---

<sup>2</sup> Foucault, M., 2005, p. 64-66

pecado, da transgressão, entre outros. Dessa forma, a confissão torna-se indispensável para as intervenções médicas e terapêuticas como pré-requisito essencial para a cura.

Essa ciência demonstra que mais do que reprimida, a sexualidade foi incitada a emergir, a multiplicar-se, a disseminar-se e a consolidar-se em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que a sexualidade atraiu para si o foco do poder, este se imbuíu dos seus propósitos discursivos e, no jogo dos prazeres infindáveis e dinâmicos, se sexualizou. É o que o autor enfatiza:

O poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-os com os olhos; intensifica regiões; eletriza superfícies; dramatiza momentos conturbados. Açambarca o corpo sexual. Há, sem dúvida, aumento da eficácia e extensão do domínio sob controle, mas também sensualização do poder e benefício do prazer. O que produz duplo efeito: o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui em direção ao poder que o cerca. (Foucault, M., 2005:44 -45)

Quanto mais esse poder era sexualizado e a sexualidade proliferava em discursos múltiplos e variados, mais a hipótese repressiva era trazida à tona. Sendo assim, o que se considerou ser a época da censura, do final do século XVI até uma lenta recuperação no século XX, foi, na verdade, o momento em que essa dinâmica complexa de poder e sexualidade mais floresceu. Especialmente nos séculos XVI, com o exame de si e a direção de consciência, e XIX, com a medicalização e a patologização do sexo (*scientia sexualis*).

Essa reflexão acerca da sexualidade e do poder é relevante por ter uma influência indubitável nas relações familiares moderna. É a partir do século XVIII, no qual Ariès pontua a consolidação da família moderna que, de acordo com Foucault (2005), a conduta sexual da população se transforma no foco da ciência e do poder. O comportamento sexual dos casais passa a ser de interesse da política, da economia, da ciência, pois a sociedade acredita que o futuro não está mais relacionado apenas com o número e a qualidade de seus cidadãos ou com a forma da organização familiar, mas também com a maneira que cada um usa seu sexo.



O autor, médico, Crescencio da Silveira (Silveira apud Rohden, F., 2003), por exemplo, afirmou, em 1852, que a prática do ato sexual conjugal era essencial a fim de evitar a inação dos órgãos sexuais, a ninfomania, a histeria, a melancolia, a catalepsia, a insônia, o onanismo, entre outros, refletindo o porquê dessa preocupação de como cada pessoa usa o seu sexo. Dessa forma, o casamento era necessário para evitar esses riscos e garantir a reprodução adequada da espécie. Rohden (2003) enfatiza que a regulação da sexualidade conjugal estava longe de ser uma decisão tomada entre o homem e a mulher, pois estava intimamente correlacionada ao poder, em seus discursos de “povoamento da pátria e sobrevivência da espécie”. Sendo assim, vê-se nesses dois apontamentos a preocupação não só com a reprodução, mas também com a forma como o sexo conjugal é utilizado.

Nesse contexto, a família moderna, célula conjugal e monogâmica da sociedade, transforma-se em suporte fundamental dos controles e da inserção desse poder, uma vez que passa a fazer parte de políticas públicas reguladoras (natalistas, neomalthusianas, eugenistas, entre outras) e dos mecanismos sexualizadores do poder.

Como Rohden (2003) explicita, aos natalistas, por exemplo, interessava a alta taxa de fecundidade familiar, pois além da reprodução pertencer à esfera do natural e, por isso, ser inerente ao ser humano, a queda de natalidade constituiria um enorme “risco para o futuro da pátria”. Sendo assim, diante da decisão dos pais terem menos filhos e usarem métodos contraceptivos, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, os natalistas reforçavam que era necessário combater esse individualismo excessivo através de uma política de valorização da família e da maternidade.

Ter um filho era um acontecimento estritamente natural, para os natalistas, de forma que evitar a gravidez ou matar o bebê recém-nascido era algo que deveria ser inaceitável por alguém em sã consciência. Era uma afronta à natureza e, portanto, à vida e à sociedade. Isso perpassa toda a modificação que permeou a valorização da criança e da família modernas.

Rohden (2003) explica que cometer o infanticídio nessa época, mais precisamente a partir do século XIX, foi rechaçado de tal maneira que o ato passou a ser compreendido e justificado pela Psiquiatria e pela Ginecologia através da chamada loucura puerperal. É interessante observar que enquanto na Idade Média, o infanticídio era recorrente,

publicamente aceito e socioculturalmente determinado, como mostrou Ariès, na Modernidade, ele foi classificado como um crime e justificado por uma doença, advinda das perturbações mentais do pós-parto (puerpério). Exatamente nos jogos fronteiriços entre o normal e o patológico tão discutidos por Foucault.

Essa discussão é necessária, pois demonstra um dos vieses da participação familiar nos mecanismos de poder através da sua sexualidade. Contudo, ao lado da relação conjugal regular, de sua fecundidade, de suas relações com a lei e o direito, encontram-se as interações e a dinâmica do dispositivo de sexualidade. Essa análise, feita por Foucault (2005), explicita o desenvolvimento deste dispositivo em íntima correlação com outro que lhe é anterior: o dispositivo de aliança.

O dispositivo de sexualidade emerge juntamente com a proliferação e a intensificação dos discursos sobre o sexo, a partir do século XVIII, sobrepujando-se ao dispositivo da aliança. Este diz respeito à relação conjugal obrigatória, ao sistema de regras que a sustenta, às idéias políticas e econômicas reguladoras do sexo conjugal (concernentes ao futuro da população), ao campo da reprodução, enfim, à “homeostase do corpo social” (Foucault, M., 2005, p.101).

Já o dispositivo da sexualidade apresenta uma relação intrínseca com as novas dinâmicas de poder que começaram a delinear-se no século XVII. Seu foco de atuação não era a regulação do corpo social, mas sim a do corpo-objeto, ou seja, dos seus prazeres, saberes e de suas correlações com o poder. Logo, o seu comportamento é análogo ao do poder que lhe permeia, ou seja, é dinâmico, descentralizado, conjuntural. Insere-se nos corpos e na qualidade de seus prazeres, multiplica, diversifica, inventa, penetra.

Isso é muito relevante, a partir do momento em que Foucault (2005) considera a família moderna como uma legitimadora do dispositivo da sexualidade, ao lado de instituições não monogâmicas e não conjugais, como as escolares e as psiquiátricas. Além disso, ele diz ainda que foi a família moderna quem possibilitou a permuta entre a aliança e a sexualidade. Dessa forma, demonstra como isso se traduz nas relações familiares:

Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as

relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. (Focault, M., 2005:104)

Essas novas personagens nascem no seio da família moderna, através dessa legitimidade que confere ao dispositivo da sexualidade. A partir daí, a família se vê como uma prisioneira infeliz da sexualidade e vai em busca de sua mais árdua confissão, amparada pelos consultórios médicos, pelas instituições pedagógicas, pela psiquiatria, pelos padres. Ela é um dos focos onde prolifera a sexualidade e suas especificidades inerentes ao jogo dos poderes-prazeres, de forma que a própria arquitetura da casa e as atitudes e comportamentos desdobrados em torno dos filhos reforçam essa natureza:

A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças, a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis. (Focault, M., 2005:46)

A partir de todas essas considerações, pode-se observar um outro ângulo decisivo e delimitador da família conjugal moderna. Contudo, no século XX, vê-se a emersão de novas estruturações e reconstruções sociais que permitiram uma outra configuração das relações familiares. Pode-se dizer que o movimento feminista foi um dos maiores responsáveis por essas diferenças.

### 3.3 – O Feminismo e a (Re)Configuração Familiar Contemporânea

Fazer uma reflexão acerca da trajetória familiar, culminando nas especificidades das relações familiares atuais, permite a compreensão dos novos papéis assumidos pelos personagens da família contemporânea e, principalmente, do desenvolvimento infantil açambarcado cada vez mais pelas instituições pedagógicas e cada vez menos pelo ambiente doméstico.

De fato, um dos acontecimentos mais marcantes e decisivos para a reconfiguração familiar foi o feminismo. Para que esse movimento explodisse, contribuíram algumas modificações ocorridas no curso da história e que implicaram mudanças profundas no sistema econômico e social.

A autora Elza Pádua (1992) cita a Revolução Industrial como um dos precursores da entrada da mulher no mercado de trabalho, pois a necessidade de mão-de-obra aumentou de tal forma que a mulher passou a fazer parte dessa produção. Contudo, esse percurso não se tornou algo obrigatório para a mulher, uma vez que ainda cabia a ela, em geral, o cuidado com os afazeres domésticos e com a criação dos filhos, enquanto o marido deveria ser o provedor da família.

A revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, contribuiu para que novos pensamentos fossem dando lugar a uma vontade de mudança por parte do público feminino, através da descoberta de uma nova mulher. Pádua (1992) afirma, por exemplo, que a Primeira Guerra Mundial disseminou um movimento das mulheres em direção ao direito de voto, demonstrando já uma busca pela participação na vida política.

Foram também as grandes guerras que levaram as mulheres e crianças às fábricas para fomentar a produção industrial de seus países, já que os homens estavam em combate, deixando lacunas na mão-de-obra fabril. Como se sabe, mulheres e crianças eram submetidas a condições péssimas de trabalho, enfrentavam longas jornadas e ainda sofriam com a falta de segurança na execução de seus afazeres, o que trazia muitos transtornos à saúde.

A autora enfatiza que acontecimentos como esses, muitas vezes, consequência de mudanças político-econômicas, auxiliaram na emersão de novas perguntas e reivindicações,

especialmente, por parte dessa população feminina, que estava vivendo intensamente as conseqüências de tais modificações.

Como se pode observar não há um ponto específico que singularize o nascimento da nova mulher, mas sim uma série de ocorrências e subjetividades que contribuíram para a organização das mulheres em um movimento efetivo de reivindicação para a participação na vida política, econômica e social, para o direito de ter liberdade na reprodução, para uma igualdade entre os sexos, entre outros.

Dessa forma, o movimento feminista internacional explode apenas no século XX, na década de 60, trazendo essas reivindicações com o intuito de conquistar um espaço igualitário na sociedade e uma autonomia e independência que lhe foram retiradas na constituição familiar moderna, como já explicitado no item 3.2.

Assim, impulsionada por essa vontade, a mulher passa, a partir da década de 70, a ingressar no mercado de trabalho. Aliás, em uma sociedade pautada no consumo, seria muito interessante a esse sistema uma independência financeira feminina, já que isso possibilitaria um aumento no consumo e, conseqüentemente, no lucro.

De acordo com Biasoli-Alves (2000), a partir de todas essas transformações a mulher percebeu que poderia ser dona de si, já que enxergou a possibilidade de separar o casamento da negociação econômica familiar, pois se sustentaria com o seu próprio salário, casando por afeto e amor, podendo separar ainda sexo (prazer) de fertilidade e escolher trabalhar no que desejasse.

Essa liberdade feminina modificou completamente as relações familiares contemporâneas. Por um lado, a mulher passou a auxiliar o marido nas despesas domésticas, mas, por outro, teve menos tempo para cuidar ou “vigiar” seus filhos, o que culminou em uma entrada da criança na vida escolar mais precoce e em um aumento do tempo de estadia nessas escolas. (Pádua, 1992)

Isso também trouxe modificações na taxa de fecundidade, pois a mulher, dispondo de menos tempo para cuidar de seus filhos por causa do trabalho, opta por diminuir a família e espaçar as gestações. Segundo Brodie (Brodie apud Rohden, F., 2003) isso ocorreu de forma proporcional aos avanços tecnológicos e científicos concernentes à contracepção, democratizados no final do século XIX. A mulher passou a decidir quando e quantos filhos queria ter, graças à separação do sexo da reprodução.

Atualmente, ela trabalha não só por questão de independência financeira ou necessidade de complementação de renda, mas também a fim de satisfazer-se profissionalmente, o que engendrou a queda constante da taxa de natalidade e fecundidade, além da gravidez tardia (permitida pelos avanços tecnológicos de fertilização).

Para se ter uma idéia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001, por exemplo, 46,2% da população ocupada feminina com 3º grau não tinham filhos. Por faixa etária, 57,3% das mulheres com até 35 anos de idade não tinham filhos. De acordo, ainda, com estatísticas do IBGE, a taxa de fecundidade feminina entre as décadas de 1940 e 1970 era de 5,8 a 6,3 filhos por mulher, decaindo entre as décadas de 70 e 80 (momento intenso do movimento feminista) para 4,4 filhos, chegando a 2,9 filhos, em 1991. Em 2000, a média era de 2,3 filhos. Em 2005, a média passou para dois, trazendo a estimativa de apenas um filho por mulher para 2024.

Outra conquista importante advinda da independência feminina se concretizou: o divórcio. Já que as mulheres não precisavam mais fazer parte de um núcleo, no qual o homem provia suas necessidades, lhe dava segurança e proteção, ela pôde reivindicar a separação, caso a relação não estivesse mais a satisfazendo. Dessa forma, com o seu próprio salário poderia comprar a sua casa e se sustentar, sem depender do homem.

Além disso, o número de famílias chefiadas por mulheres cresceu consideravelmente. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, os lares chefiados por mulheres cresceram 72,%, entre 1993 e 2003. Em 2003, as famílias chefiadas por mulheres eram 28,8% do total. Já em 2004, dos 56,1 milhões de famílias 29,4% eram chefiadas por mulheres. Isso já comprova, de fato, uma família contemporânea bem diferente daquela moderna.

Contudo, se a questão econômica e contratual que ordenava e mantinha os casamentos modernos se dissolveu, deve-se analisar o que na contemporaneidade determina as uniões conjugais e a construção familiar. Segundo Paiva (1997), a família passou a ter apenas um comportamento de gerenciamento na execução dos papéis e passou a se apoiar em outros personagens como a babá, o pediatra, o psiquiatra, o fonoaudiólogo, entre outros. Dentro desse ambiente, cada integrante da família passou a exercer novas funções, sendo acompanhados e apoiados por especialistas de diversas áreas.

Sendo assim, os alicerces da família moderna se fragilizaram e deram espaço a essas novas relações, mantendo-se apenas, do núcleo familiar moderno, o sentimento de pertencimento, mas em outras bases. O psicanalista Contardo Calligaris (Calligaris apud Paiva, R., 1997) afirma que o grande aglutinador da família contemporânea é o “frágil e poderoso” sentimento do amor. Portanto, é justamente por basear-se meramente em um sentimento e não mais em uma necessidade física, econômica ou social, que os alicerces da família contemporânea são instáveis, imprevisíveis e fluidos. Um casamento satisfatório passa a ser aquele no qual os afetos estão equilibrados, em sintonia.

Portanto, através desses dados, pode-se vislumbrar essa trajetória, na qual a mulher medieval descrita por Ariès tinha uma relevância significativa na linhagem ou na própria família punluana de Engels, perdendo a sua importância e tornando-se submissa ao homem na família moderna e emergindo na contemporaneidade como dona de sua própria vida e, muitas vezes, chefe de sua família.

Essas transformações trouxeram avanços extremamente relevantes para a vida familiar. Elas possibilitaram a dissolução de casamentos que comportassem uma desestruturação familiar como a violência doméstica, muitas vezes perpetradas pelos próprios maridos contra suas esposas e seus filhos. A mulher não dependia mais daquele núcleo para sobreviver. Poderia deslocar-se dele com o intuito de proteger a própria vida ou a dos filhos e buscar a sua felicidade, talvez até através da formação de uma nova família.

O autor Ian Hacking (1995) mostra uma importantíssima consequência engendrada pelo feminismo. Segundo ele, as ativistas feministas foram as primeiras a denunciarem o abuso contra a criança, especialmente o sexual. Elas achavam que o abuso sexual infantil e toda a violência aceita submissamente pela esposa eram frutos da sociedade patriarcal. Portanto, com os logros do movimento feminista e a independência e autonomia crescentes do elemento feminino foi possível dar início ao combate à violência familiar, cometida, principalmente, contra crianças. Isso trouxe um novo panorama social.

Ao contrário do que alguns pensam, não houve um aumento do abuso sexual infantil nas últimas décadas. Na verdade, o que cresceu foram as denúncias e, em se tratando do incesto, foram as denúncias das esposas-mães contra seus próprios maridos. De acordo com Hacking (1995), provavelmente, a primeira grande denúncia sobre o abuso sexual infantil ocorreu em 1971, no discurso da feminista Florence Rush para a Conferência Radical

Feminista de Nova Iorque. O autor complementa ainda que foram as feministas as primeiras a dizerem que o abuso era cometido dentro da própria família, pois até então, as pessoas achavam que o molestador era sempre alguém de fora dos círculos consangüíneos como babás, pais adotivos, padrastos, professores ou padres. Veremos mais detalhadamente sobre o abuso sexual infantil e a inversão na polarização sexual do poder no item 4.2.

O fato é que todas essas transformações familiares são necessárias para que se possa compreender como a criança passou de cidadã moderna do futuro para a triste vítima da sociedade, ameaçada por aqueles que deveriam ensiná-la e auxiliá-la em seu desenvolvimento e em sua busca por realização e felicidade. Afinal, a primeira referência que se apresenta à criança é a sua própria família (seguida pelos professores, médicos, entre outros).



## 4 – O Problema da Pedofilia

Buscar uma reflexão sobre a questão da pedofilia na atualidade exigiu uma análise precedente da trajetória da criança e da família através dos tempos pelo simples motivo da criança ser a figura-chave desse problema. Sendo assim, para que se possa discutir como a pedofilia foi abordada pela *Folha de São Paulo*, no estudo de caso, no capítulo 5, foi imprescindível traçar um panorama de como a criança assumiu o papel que têm hoje na sociedade, o lugar que a ela está destinado na família contemporânea e, principalmente, a preocupação social que a cerca quanto ao seu futuro e à sua felicidade.

Discutir a pedofilia, que se coloca, atualmente, como um problema grave em nossa sociedade, exige a análise de tabus que envolvem, especialmente, a sexualidade infantil, além do horror social do próprio abuso sexual, ancorado nas discussões calorosas sobre os efeitos engendrados pelo trauma. Logo, esses assuntos serão vistos com um pouco de mais de detalhe no decorrer deste capítulo a fim de darem um suporte maior à análise e discussão das reportagens pesquisadas.

### 4.1 – A Sexualidade Infantil

Como pôde ser visto no capítulo 2.1, na Antigüidade e na Idade Média, os adultos falavam de sexo na frente das crianças, brincavam com suas intimidades, deixavam com que elas se divertissem com o seu próprio corpo, permitiam que elas vivessem misturadas aos outros adultos e crianças e até dormissem na mesma cama de serviçais e amiguinhos. Isso acontecia, porque, como explicou Ariès, não se achava que antes da puberdade a criança apresentasse, de fato, uma sexualidade, não tendo esses atos significado algum para elas. Além disso, o sentimento de inocência ainda não existia, o que implica que a noção de mácula só veio com a Modernidade e o seu poder sexualizado.

É através da sexualização do poder, vista no item 3.2, que se instaura a vigilância e o controle sobre os corpos, nos jogos múltiplos, diversificados e incitadores do prazer-poder. Diante desse quadro, surgem os primeiros discursos sobre o quão nociva era a sexualidade para a vida da criança.

Isso ocorre devido à instauração das sexualidades periféricas tão faladas por Foucault (2005). Essas sexualidades eram produzidas dentro desse dispositivo de sexualidade discursivo, penetrante, multiplicador, incitador, no jogo do fazer falar. Enquanto muitos pensam que o foco da sexualidade moderna era o sexo heterossexual, conjugal e monogâmico, o que ocorreu nesse processo dinâmico de sexualização foi uma fuga desse centro através da busca das sexualidades periféricas, na qual se passou a questionar, a querer saber, a investigar sobre a sexualidade das crianças, dos loucos, dos homossexuais, entre outros.

Essas sexualidades periféricas eram vistas como nocivas, mas, ao mesmo tempo, estimuladas a multiplicarem-se, a serem confessadas, colocadas em discurso e analisadas pela ciência e pelos especialistas modernos. Essa implementação das perversidades permitiria ao poder uma maior inserção nos mecanismos da sexualidade e de sua própria extensão. Quanto mais se incita e multiplica, mas se penetra, se controla, se dissemina, se fortalece.

Nesse contexto, insere-se a sexualidade infantil. Como Foucault (2005) afirmou, muitos acreditam que a liberdade sexual antiga e medieval também foi reprimida nas crianças com o advento da modernidade. Contudo, ele mostra que, ao contrário, os discursos se multiplicaram, só que a forma de falar passou a ser outra. Os próprios colégios em toda a sua arquitetura, sistema de ensino e vigilância denunciavam de forma explícita a sexualidade das crianças e não a ocultavam.

Fazia-se a população acreditar que era necessário combater o grande vício sexual infantil: o onanismo. Para isso, as famílias tornaram-se extremamente vigilantes bem como os pedagogos. Contudo, o poder não desejava a extinção completa do onanismo infantil, mas sim inserir-se e penetrar-se cada vez mais na vida das pessoas, já que ele entrava oculto nas linhas delimitadoras desse aparente combate incitador e multiplicador. Dessa forma, a sexualidade infantil servia de apoio para esse poder sexualizado. Foucault (2005) enfatiza que a “pedagogização do sexo da criança” foi um grande dispositivo em favor do poder-prazer:

...dupla afirmação de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a

natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais (Focault, M., 2005:99)

Ele usa a expressão “perigos físicos e morais, coletivos e individuais”, porque se acreditava, desde o século XVIII (até o XIX), que a atividade sexual precoce, ou seja, na infância, constituía um grande risco para a pessoa, pois poderia torná-la estéril ou impotente na fase adulta, e, conseqüentemente, geraria uma queda na taxa de natalidade, constituindo um risco para o futuro da população. Além disso, o onanismo também era assim combatido nos discursos da preservação da raça e, até mesmo, da espécie, sob a ameaça de uma degenerescência social.

Sendo assim, há até o final do século XIX, uma luta contra o onanismo das crianças, ou seja, contra a própria sexualidade infantil, que era vista como nociva e prejudicial, e fazia parte, ao mesmo tempo, do dispositivo de prazer-poder. Foucault descreve exatamente como era percebida a sexualidade infantil nessa época:

Na sexualidade da infância elabora-se a idéia de um sexo que está presente (em razão da anatomia) e ausente (do ponto de vista da fisiologia), presente também caso se considere sua atividade e deficiente se nos referirmos à sua finalidade reprodutora; ou ainda, atual em suas manifestações mas escondido em seus efeitos, que só aparecerão em sua gravidade patológica mais tarde; (Focault, M., 2005:143)

Logo, percebe-se com clareza de onde vem o tabu da sexualidade infantil, que persiste até os dias atuais. Ela vem como instrumento desse jogo entre poder e prazer, alicerçado no campo dos saberes, a fim de servir de suporte para esse poder expandir-se e multiplicar-se.

Contudo, Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, mostra a existência da sexualidade infantil sob um novo prisma. Primeiramente, através da observação clínica de seus pacientes histéricos, ele descobre que, na maioria dos casos, há relatos de experiências sexuais traumáticas na infância. Depois, ele percebe que essas experiências não passam de fantasia dos pacientes, já que muitos apresentavam muita dificuldade em detalhar o acontecido e, diversas vezes, o relato parecia conter um pouco de irrealidade. Logo, ele

concluiu que as experiências sexuais eram fantasiosas, mas tinham muita realidade para esses pacientes, estando ainda o sexo, na raiz de todos os problemas. (Schultz, 1975)

Cabe ressaltar que a Psicanálise, difundida a partir da publicação do primeiro livro de Freud, em 1895, também pertencia a essa Modernidade permeada pelo poder-prazer. Ela se inseria na prática da confissão, no prazer do fazer falar, no prazer de descobrir fantasias e no prazer da análise. Contudo, Foucault mostra um ângulo muito importante de Freud nesse jogo personificado pelo poder, pela sexualidade, pelas políticas públicas e de regulação social. A instituição psicanalítica foi a única que rechaçou, até a década de 40, “os efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência” (Foucault, M., 2005:113).

Essa tríade foi responsável por políticas racistas, fascistas e nazistas, esta última da qual Freud foi vítima. Justamente por ser contra essas idéias, ou seja, por não compartilhar desses preconceitos que, Freud, por exemplo, foi capaz de enxergar a natureza real e normal (não-patológica) da sexualidade infantil, dissociando-a da noção de degenerescência.

As primeiras experiências freudianas, com suas históricas, foram essenciais para que ele concluísse que a sexualidade desempenha uma função decisiva na vida das pessoas. Isso, inclusive, segundo Schultz (1975), foi o principal motivo para que seguidores como Karl Jung e Alfred Adler rompessem com Freud, pois eles não conferiam tanta relevância à sexualidade como Freud o fazia.

Em 1905, ou seja, já no início do século XX, Freud publica o livro “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, cujo segundo ensaio referia-se, exclusivamente, à sexualidade infantil, seu desabrochar, desenvolvimento psicossocial e mecanismos. Um dos conceitos psicanalíticos mais conhecidos, atualmente, mesmo que de forma superficial, gerou aversão e intensas críticas no período em que se lançou, pois contrariava a idéia de inocência infantil puritana da época, já que as sexualidades periféricas eram vistas como algo sujo e errado. A teoria foi até mesmo vista por muitos cientistas e pesquisadores como absurda.

Em seu ensaio, Freud (2002) já demonstra manifestação sexual infantil desde o período da lactância, no ato de chuchar (sucção rítmica realizada pela boca). No início, essa atitude está diretamente relacionada com a amamentação e a consequência vinda disto, ou

seja, a satisfação fisiológica do alimento (leite), geralmente, expressada pelo adormecimento, comparado por Freud a uma sensação semelhante a do orgasmo. Ele atenta também para o fato de a criança, durante esse ato, friccionar alguma parte do seu corpo com o da mãe como o seio, por exemplo, sendo este um dos caminhos da transição do chuchar para a masturbação.

Ocorre, portanto, segundo o autor, uma atividade sexual que primeiro relaciona-se com o instinto de sobrevivência e que, depois, dissocia-se dessa. Após a dissociação, a criança passa a chupar o dedo ou alguma outra parte do corpo como o pezinho, para satisfazer essa vontade sexual. Ressalta-se que, nessa fase, a criança não se fixa em um objeto externo para satisfazer-se, mas sim em uma parte de seu próprio corpo, constituindo-se em uma atividade auto-erótica. Mais tarde, a pulsão sexual parcial se manifesta em outras zonas erógenas e, conforme a criança vai ficando mais velha e passa a ter um maior controle motor e muscular, ela se utiliza de outras atitudes para explorar essas zonas.

Ele distingue três períodos da infância relacionados à masturbação. O primeiro é o da lactância, visto acima. O segundo é um período muito breve, ou seja, de afloração muito rápida, por volta dos quatro anos de idade. O terceiro é o efetivo onanismo da puberdade, o único discutido e aceito, até então.

Freud (2002) confere grande relevância ao segundo período masturbatório, pois considera que as atividades sexuais correspondentes a essa época da vida são detalhadamente registradas na memória, de maneira a deixar marcas inconscientes decisivas no desenvolvimento do caráter da pessoa sadia ou no desenvolvimento dos sintomas da pessoa neurótica. Essa afirmação de que atividades sexuais ocorridas na infância podem determinar comportamentos específicos na fase adulta traz todo um arcabouço de questões e, principalmente, preocupações por parte de pesquisadores e de uma sociedade que valoriza o futuro e, portanto, a criança. Logo, o medo de traumatizar os infantes passou a ser obsessivamente direcionador, o que será visto mais detalhadamente no item 4.3.

Entre os três e cinco anos de idade, descrita por Freud como a primeira florescência sexual efetiva da criança, é também o período em que nela emerge a pulsão do saber, ou seja, a vontade de investigar a sexualidade sob a pergunta principal de onde vêm os bebês. Essa busca costuma ser solitária e, geralmente, inútil, posto que ela não consegue descobrir

esse mistério sozinha. Isso acarretaria para ela, de acordo com a interpretação freudiana, uma lacuna permanente nessa pulsão de saber.

Outra idéia muito importante trazida à luz por ele foi a da escolha do objeto sexual. Freud diz que essa escolha ocorre em dois momentos determinados. O primeiro acontece entre os dois e cinco anos, foca-se em alvos sexuais de natureza infantil e é seguida por um período de latência. O segundo é específico da puberdade e tem um papel mais decisivo na vida sexual futura. O interessante é que essas duas fases, necessariamente, enfrentam um recalçamento, de forma que esses alvos sexuais são atenuados e assumem um valor meramente afetivo, de admiração, para a pessoa. Contudo, ele enfatiza que a psicanálise é capaz de descobrir o que está por detrás dessa afeição e demonstrar que nela encontram-se “as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis” (Freud, S., 2002:78). O Complexo de Édipo, por exemplo, insere-se nessa primeira fase e veremos sobre ele no próximo capítulo.

O autor assumiu que era muito difícil trazer esclarecimentos mais concretos sobre esses e outros pontos. Primeiro, porque o método de abordagem era novo. Além disso, observar as crianças contava com a desvantagem de conduzir a interpretações equivocadas e tentar chegar a elas por meio da psicanálise exigia muito tempo. Entretanto, o cruzamento das duas abordagens dava, para Freud, resultados satisfatórios quanto à veracidade das informações. O segundo problema e, principal, era devido ao tamanho desconhecimento da época sobre a natureza da excitação sexual como um todo.

Desde os escritos de Freud sobre a sexualidade infantil, muito pouco se pesquisou sobre esse tema. A importância da criança para a família e para a sociedade engendrou uma série de pesquisas no campo do desenvolvimento infantil. Entretanto, no tocante à sexualidade, apenas assuntos como hormônios, anatomia e biologia foram contemplados, deixando a atividade sexual infantil e o comportamento e emoções correspondentes de lado. Segundo a autora Christiane Sanderson (2005), uma pesquisadora sobre o assunto, a maioria dos livros que menciona a sexualidade no âmbito do desenvolvimento infantil, apenas privilegia-na na puberdade e ignoram a atividade sexual que lhe é anterior. Sendo assim, ela faz alguns esclarecimentos sobre o que se sabe acerca do desenvolvimento sexual infantil até os dias atuais.

A criança percebe o mundo e o descobre através dos sentidos, dos estímulos sensoriais, sendo ele, portanto, um ser essencialmente sensual desde o nascimento, o que Freud já havia descoberto anteriormente. Dessa forma, até os dois anos de idade, ela brinca com partes do próprio corpo, que descobre prazerosas por acidente, exercendo uma atividade auto-erótica, não-sexual. Após os dois anos, a criança passa da brincadeira solitária para a do grupo de colegas, tornando-se, segundo Sanderson (2005), homossexual. Essa atividade, nessa fase, baseia-se apenas no voyeurismo e no exibicionismo, ou seja, em observar o corpo do outro, mostrar as partes íntimas, brincar de “casinha”, de “médico”, entre outros. Brincadeiras alicerçadas na descoberta e na ingenuidade, muito diferente da atividade sexual adulta.

É a partir dos dois, três anos que a criança costuma descobrir o prazer da masturbação, através de atividades eróticas como toques com mão ou brinquedos, com o friccionar das pernas, entre outros, em um processo natural de auto-descoberta. Um dado interessante descoberto por Spitz (Spitz apud Sanderson, 2005), é de que a masturbação foi observada por ele com uma frequência de 61% a 91% em ambientes familiares saudáveis, enquanto o mesmo não ocorreu em centros de tratamento infantis. Algo impensável para a sociedade moderna, que combatia exaustivamente o onanismo sob o temor das seqüelas futuras.

Na medida em que a criança se desenvolve, vai emergindo, aos poucos, a possível intenção sexual nas brincadeiras e nos atos (com relação ao próprio corpo). Um ponto bastante relevante levantado por Sanderson (2005) é que a regularidade dessas ações está subordinada à atitude assumida pela família e aos imperativos culturais de determinada sociedade. Sendo assim, se a criança ficar de castigo porque está se masturbando, por exemplo, ela será desestimulada em seu processo de auto-descoberta podendo, até mesmo, ser prejudicada no desenvolvimento de sua sexualidade.

Na idade pré-escolar, ou seja, dos dois aos cinco anos de idade, a criança começa a fazer as suas inúmeras perguntas, refletindo a sua curiosidade generalizada sobre a vida e sobre o mundo. É o momento em que se interessa pelo surgimento dos bebês e em que já apresenta o entendimento de algumas regras sociais, como cobrir o corpo em público, por exemplo. Também por estar descobrindo essas regras, imita alguns comportamentos dos adultos como arranjar “namoradinhos”, entre outros.

No fim dessa fase, já apresentam um maior interesse pela sexualidade e suas atividades, pois têm grande contato com colegas, com os quais conversam, observam, experimentam, mostrando-se extrovertidos em certos momentos e envergonhados em outros.

Por fim, chega-se ao tão comentado comportamento sexual em adolescentes, de treze a dezoito anos, esse sim bastante pesquisado. Na puberdade, os hormônios entram, definitivamente, em ação e as características secundárias sexuais aparecem. Os adolescentes mostram-se mais sexualmente parecidos com os adultos, especialmente no tocante às normas sociais. A emotividade também se modifica e as crianças desenvolvem interesse afetivo e/ou sexual por colegas (do sexo oposto ou não) ou por ídolos.

É evidente que a sexualidade infantil não se limita aos pontos e atividades explicitados no texto. Contudo, nos dão um panorama concreto de que a sexualidade se expressa desde o nascimento e que é objeto de descoberta fixado pela criança em seu desenvolvimento. Ainda sim, ela é negada às crianças por muitos pais e pela sociedade, em geral, pois é vista como algo impróprio, sujo e não-natural, resultado de uma profunda ignorância e falta de informação.

Como se pode observar, os pais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil, já que as crianças os vêem como “referência social, o que significa que olham para a reação verbal e emocional de quem cuida delas como maneira de regular e moderar seu comportamento”. (Sanderson, C., 2005:31)

Assim acontece também no campo da sexualidade infantil. Se os pais expressam atitude de embaraço, constrangimento ou reações negativas em relação ao sexo, a criança vai entender o sexo como algo negativo, embaraçoso e constrangedor. Isso significa negar a sexualidade infantil, deixando uma lacuna no desenvolvimento dessa criança. Ela vai envergonhar-se de seu corpo e de sua sexualidade, vai se sentir culpada e confusa, podendo engendrar diversas conseqüências, além de ficar vulnerável nesse campo.

Portanto, cabe aos pais orientar seus filhos, assumir essa sexualidade infantil e ensiná-los a ter limites, condutas apropriadas e niveladas com as regras sociais. Eles devem buscar informar e conversar com linguagem e atitudes acessíveis e adequadas para a criança de forma que ela compreenda e satisfaça as suas curiosidades. Devem também preocupar-se em manter essa curiosidade infantil sobre a sexualidade em equilíbrio com o



interesse sobre outros assuntos. Dessa forma, a criança apreende que a curiosidade sexual, a auto-exploração e a interação homossexual são naturais quando dentro do comportamento da sociedade, orientado pelos pais.

Sanderson (2005) orienta que se os pais assumirem a sexualidade infantil, estudarem sobre o assunto e buscarem educar seus filhos de acordo com a natureza e a cultura, descobrirão que as brincadeiras infantis relacionadas ao campo da auto-descoberta sexual ocorrem em grupos mistos de amigos, da mesma idade, de forma voluntária e não agressiva ou forçada. Essas características são importantes de serem observadas para que os pais possam compreender algum eventual desvio de comportamento.

Afinal, muitas vezes, o abuso sexual infantil ocorre nessa lacuna deixada pelos pais. Foi justamente isso que um pedófilo condenado afirmou em seu julgamento: “Os pais são em parte culpados por não conversarem com seus filhos sobre questões sexuais – usei isso em meu proveito, ensinando a criança eu mesmo” (Pedófilo desconhecido apud Sanderson, C., 2005).

#### 4.2 – O Abuso Sexual Infantil

O abuso sexual infantil emerge como agressão, ou seja, como um abuso, a partir do momento em que a sociedade privilegia o futuro e inscreve a criança no tempo como a promessa de felicidade, de um mundo melhor. Um ser que deve ser protegido de qualquer tipo de abuso.

Delimitar desde quando a relação sexual entre crianças e adultos existe é complicado, pois ela só começa a aparecer quando é posta como problema. Ela só é vista como tal, a partir do momento em que é considerada perigosa para a formação de um ser humano devido às consequências engendradas por tal ato, ou seja, a partir dos traumas gerados.

A preocupação que rodeou o desenvolvimento infantil principalmente, a partir do século XIX, segundo Hacking (1995), começou por esse interesse em preservar a integridade da criança, essencialmente inscrita no futuro. Sendo assim, o abuso infantil não apareceu como um problema imediato, mas, posteriormente, precedido pela questão da

violência contra a criança. Além disso, a expressão abuso infantil, por volta da década de 70, assumiu uma conotação sexualizada. Isso quer dizer que ao se falar que uma criança estava sendo abusada, as pessoas, imediatamente, ligavam esse termo ao abuso sexual, deixando de lado os outros tipos de abuso.

O primeiro conceito, ao qual Hacking (1995) denomina “crueldade contra a criança”, foi criado por uma instituição fundada, inicialmente, para defender animais (ou seja, primeiro defendeu-se animais e só depois crianças). Essa expressão surgiu em 1874, nos Estados Unidos, como resultado de abusos gerais cometidos contra a criança, específicos da Revolução Industrial. Dessa forma, combatia-se à escravidão infantil nas fábricas, ou seja, às longas jornadas de trabalho, às condições subumanas do ambiente, às precariedades de direitos, entre outros.

No entanto, as características típicas da “crueldade contra a criança” eram bem diferentes das do abuso infantil. A “crueldade contra a criança” envolvia apenas crianças das classes baixas. Era vista como algo cruel, ruim, errado, absurdo, pois atrapalhava o desenvolvimento da criança, empurrando-a para a vida adulta criminosa, mas não era considerada como o grande demônio a ser combatido pela sociedade, apenas um mal a ser evitado. Além disso, estava totalmente desvinculada de crimes sexuais. Havia julgamentos realizados por causa de abuso sexual contra menores, mas eles não eram agrupados no que se chamava de “crueldade contra a criança”, era algo à parte.

Já a expressão abuso infantil, nascida na década de 60, através da apresentação de seqüelas de bebês espancados (dentro de casa), e modificada várias vezes no decorrer da década de 70, é bem diferente da “crueldade contra a criança”. O abuso caracteriza-se por não ser específico de uma única classe social, estando presente em todas elas. Além disso, é visto como o grande demônio da vida privada, principalmente, se o abuso for de natureza sexual, transformando-se aos olhos da sociedade como o grande terror a ser suprimido. Isso culmina na terceira principal característica, que é a do abuso sexual. Enquanto na “crueldade contra a criança” isso não era importante, no abuso infantil, a sexualidade assume papel central.

Especialmente, a partir do momento em que o movimento feminista emerge e denuncia que o grande abuso cometido contra as crianças não é apenas o do castigo das chineladas, cintadas e empurrões de pais bêbados, irritados ou severos, mas,

principalmente, o da violência sexual contra crianças inocentes, vítimas de uma sociedade patriarcal. Portanto, o que, com o feminismo, chamou a atenção pública para o escândalo do abuso sexual infantil foi o horror do incesto.

Um outro ponto diferencial em relação ao abuso infantil, levantado por Hacking (1995) foi o da medicalização. Na “crueldade contra a criança” os perpetradores eram vistos como criminosos cruéis que deveriam ser condenados e punidos. Além disso, a criança, vítima do ataque, deveria seguir sua vida normalmente como antes do ocorrido. Já no abuso infantil, tanto abusadores quanto abusados devem apoiar-se em especialistas e serem medicados a fim de alcançarem a cura. Assim, pedófilos, além de criminosos são também doentes mentais que devem ser tratados. Já as crianças se tornam vítimas que merecem receber suporte médico e psicológico como maneira de facilitá-las a lidarem com o trauma e a conviver com ele, reduzindo-o ao máximo.

O abuso sexual infantil assumiu lugar de tamanho destaque que, em 1990, um painel presidencial afirmou que esse era um problema de emergência nacional. Contudo, Hacking (1995) levanta questões nevrálgicas quanto ao abuso sexual infantil. Segundo ele, o problema estava apresentado, as conseqüências discutidas, as medidas sugeridas. Tudo seria muito produtivo não fosse a imensa lacuna deixada pela falta de pesquisas científicas idôneas demonstrando as efetivas conseqüências do abuso a curto e longo prazos, as provas conclusivas, as estatísticas necessárias.

Muitos pesquisadores, por exemplo, afirmavam que o abusador apenas reproduzia o abuso sofrido por ele na infância e muitos perpetradores passaram a alegar isso em suas causas, passando de criminosos para vítimas. Cientificamente, nada estava provado. Segundo Sanderson (2005), pesquisas recentes demonstraram que cerca de 70% dos pedófilos afirmam terem sido vítimas de abusos sexuais na infância. Entretanto, quando prestaram depoimento monitorados por um detector de mentiras, essa taxa caiu pela metade, ou seja, foi para 30%. Além disso, uma pesquisa feita em 2003, por Skuse (Skuse apud Sanderson, 2005) mostra que apenas uma a cada oito crianças abusadas sexualmente na infância abusam de outra na adolescência.

O intuito de Hacking (1995), no entanto, não foi o de negar essa possibilidade e, muito menos, o de negar a existência e a produção de conseqüências negativas a partir do abuso, que são reais. O objetivo foi o de enfatizar que, por enquanto, essas afirmações se

baseiam mais na fé do que no próprio conhecimento, sendo, portanto, imperioso que se aprofundem as pesquisas e se resolvam os impasses a fim de não se incorrer em equívocos. Afinal, isso envolve conexões causais importantes entre passado, presente e futuro. Dependendo da maneira como os conceitos são socialmente construídos e compreendidos, especialmente no campo das ações e conseqüências morais, as pessoas apreendem a sua vida, reorganizam o seu passado e vislumbram o seu futuro. Certamente, o abuso sexual infantil, permeia esse campo.

Após discutir-se um pouco a trajetória do abuso sexual nas últimas três décadas e conhecer-se algumas questões que cercam o assunto, é fundamental que se possa compreender como, de fato, esse abuso sexual é conceituado, atualmente. Isso se torna estruturalmente importante, na medida, em que, abuso assume significados diferentes em culturas diferentes, ou seja, é social e historicamente construído, motivo pelo qual acontecem as dificuldades de pesquisas como as citadas por Hacking.

Para se ter uma idéia, em termos históricos, segundo Sanderson (2005), na Antigüidade, por exemplo, as crianças eram vistas como recipientes de veneno, devendo os adultos depositar as suas tensões e maus sentimentos nelas. Nessa época ainda, os pais costumavam estuprar as filhas. No Japão, de acordo com tradições familiares feudais, era comum filhas casarem-se com seus pais, após a morte da mãe. Nada disso era considerado errado na época.

Ainda hoje, como mostra a autora, de acordo com as diferentes culturas, o que se chama de abuso sexual infantil, é aceito. Em países africanos, por exemplo, acredita-se que a criança virgem é capaz de curar doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS. Mesmo quando não acreditam nisso, adultos violentam crianças por acharem que, assim, não pegarão doenças. Em partes da Índia, o incesto é comum e obedece ao provérbio: “Se uma garota ainda é virgem aos dez anos, é porque ela não tem nem irmãos, nem primos, nem pais”. No Oriente Médio, a excisão genital feminina, feita na infância, não é considerada um abuso sexual, mas sim um rito religioso.

Esses são apenas alguns exemplos que ilustram o quanto a cultura e a história influenciam o entendimento do abuso sexual infantil. Essas diferenças dificultam enormemente a produção de conclusões gerais e estatísticas sobre o assunto, uma vez que as próprias conceituações de abuso sexual infantil e as escolhas metodológicas são as mais

variadas possíveis. Muitas vezes, o que é abusivo para um país, é natural para outro. A própria noção do “sexual” passa por uma construção histórica e sociocultural.

Portanto, em seus estudos, os autores optam por opções de conceitos que, geralmente, se aplicam a seus países de origem. A autora inglesa, C. Sanderson (2005), por exemplo, utiliza a definição do Departamento de Saúde do Reino Unido. Sendo assim, o abuso sexual infantil, para ela, significa:

Forçar ou incitar uma criança ou um jovem a tomar parte em atividade sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo. As atividades podem envolver contato físico, incluindo atos penetrantes (por exemplo estupro ou sodomia) e atos não-penetrantes. Pode incluir atividades sem contato, tais como levar a criança a olhar ou produzir material pornográfico ou a assistir a atividades sexuais ou encorajá-la a comportar-se de maneira sexualmente inapropriadas. (Departamento de Saúde apud Sanderson, C., 2005:5)

Essas idéias são tão culturalmente condicionadas que, ao deslocar-se o conceito acima a outros países, ainda sim existiriam muitas diferenças. Atos não-penetrantes, por exemplo. No Brasil, um adulto passar a mão na cabeça de uma criança em um parque, provavelmente, não vai ser visto como abuso. Já pertencendo essa cena a um parque inglês, essa atitude talvez fosse considerada um ato de abuso sexual não-penetrante. Exemplos desse tipo são os mais variados possíveis e se estendem a muitos outros países.

A própria definição de infantil também é relativa, como pode ser visto nas discussões de maioridade. No Brasil, como inclusive pode ser observado nas reportagens analisadas, criança situa-se na faixa etária do zero aos dezessete anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, faz a distinção, em seu artigo primeiro, entre crianças (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 17 anos), mas todos se enquadram como vítimas de abuso sexual infantil, motivo pelo qual, no decorrer do texto, geralmente, não diferencio um grupo do outro.

Autores como Finkelhor e Hotelling (Finkelhor e Hotelling apud Amazarray e Koller, 2005) utilizam como dado essencial para a classificação do abuso sexual infantil a diferença mínima de idade entre a vítima e o abusador de cinco anos, para crianças menores de doze anos, e de dez anos ou mais, para adolescentes entre treze e dezesseis anos. Sendo

assim, crianças de dez podem ser consideradas abusadoras de crianças com cinco anos ou menos, enquanto adolescentes de dezesseis ou dezessete podem relacionar-se, legalmente, com adolescentes de treze. Esta última situação, inclusive, é muito comum em nossa sociedade, já que é uma idade na qual os adolescentes começam a namorar.

Contudo, esse fato apenas enfatiza o quão delicada e tênue é essa divisão limítrofe em casos de abuso sexual infantil. Uma adolescente de dezessete anos, por exemplo, que se relaciona com um homem de vinte e cinco não se enquadra em caso de pedofilia, segundo os autores acima citados. Contudo, se o homem tivesse vinte e sete, de acordo com a regra apresentada, seria um ato pedófilo. Fica muito difícil perceber o que difere uma situação de outra transformando o normal em crime ou em doença.

O fato é que um assunto tão polêmico e, especialmente, tão intrincado em relações culturais, sociais e históricas, torna-se de grande complexidade no que concerne a estudos e pesquisas, ao mesmo tempo em que necessita deles, indiscutivelmente. Outra questão de suma importância nessa reflexão é o caráter moral que esse tema evoca. O fato de ser tão falado na sociedade atual e estar em tamanha evidência, se comparado à década anterior, por exemplo, demonstra a fragilidade e a dificuldade que rodeiam esse assunto. As questões morais são complicadas na mesma proporção da diversidade humana.

Por todos esses problemas, conclusões e estatísticas sobre o assunto são muito difíceis de definir. No entanto, algumas estimativas foram traçadas. Acredita-se, segundo Sanderson (2005), que apenas 10% dos casos são denunciados e chegam ao Sistema Judiciário. Isso apenas confirma que muito pouco se sabe realmente sobre o assunto.

Segundo o ChildLine (ChildLine apud Sanderson, 2005), em 2003, as estimativas eram de que, dentre as crianças abusadas, 73% eram do sexo feminino e 27% do masculino. Porém, a autora enfatiza que esse resultado não pode ser totalmente aceito, pois, dependendo da cultura, os meninos podem ter mais dificuldade ou vergonha para assumir o abuso, já que podem viver em meios homofóbicos e machistas.

O abuso acontece desde lactentes até adolescentes com dezessete anos, estimando-se que a faixa de maior incidência é a dos cinco aos doze anos. A autora baseou-se em estudos de casos investigados pela polícia ou publicados pela mídia, sendo, portanto, ainda insuficientes.

Um outro autor realizou estudos em vinte e um países a fim de investigar a realidade do abuso sexual infantil. Em todos os países estudados, o autor constatou altas taxas de incidência. Apesar do Brasil não estar entre esses vinte e um países, ele estima que os números sejam semelhantes. Assim, o abuso sofrido por mulheres na infância varia em uma faixa de 7% a 36% e os homens de 3% a 29%. A variação, segundo o autor, é resultado das diferentes concepções culturais do que é ou não abusivo. Contudo, segundo ele, o maior logro do estudo foi a constatação de que o abuso sexual infantil é um problema internacional. (Finkelhor apud Amazarray e Koller, 2005)

Ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos abusadores é conhecida da criança e não alguém estranho. Estima-se que 87% dos pedófilos sejam conhecidos da vítima e de sua família. Além disso, deve-se considerar que a criança não tem idade ainda para dar nenhum consentimento legal. Logo, a alegação de que a criança consentiu é inaceitável.

Um outro dado relevante é que, segundo os estudos de Faiman (2004), dentre essa faixa dos pedófilos conhecidos, estima-se que 50% deles sejam familiares da vítima, isto é, praticam abusos incestuosos. Dentro desse contexto, estão, principalmente, as relações sexuais que se configuram entre pais e filhas ou mães e filhos, esta muito mais rara do que aquela. Porém, ambas as que mais causam horror à sociedade, pelo papel inerente dos pais na formação de suas crianças.

Esse problema torna-se especialmente grave pelas implicações do incesto com o Complexo de Édipo, além do imenso horror que desperta na sociedade. O Complexo de Édipo foi um conceito psicanalítico trazido à tona por Freud, através de seus estudos de observação clínica de suas pacientes histéricas. Faz parte do conjunto das descobertas feitas por ele sobre a sexualidade, em especial, a infantil, analisadas no item anterior. Segundo Faiman explica (2004), os pais são o primeiro objeto de desejo sexual dos filhos, no caso, o pai para as meninas e a mãe para os meninos, de maneira que ocorrem apenas no campo da fantasia. O Complexo de Édipo seria então o “complexo de idéias e sentimentos relacionados aos desejos incestuosos, suas proibições e seus desdobramentos”. (Faiman, C., 2004:19)

Como visto no capítulo anterior, esse complexo aparece por volta dos dois aos cinco anos de idade. Contudo, essa fantasia, que costuma adquirir um sentimento de realidade por

parte da criança, é recalcada e atenua-se, ficando apenas a afetividade e a admiração por aquele objeto. A Psicanálise descobriu que no fundo dessa afetividade estava o desejo inconsciente, reprimido na infância, pelo pai (ou mãe). Foi isso o que levou Freud a achar, inicialmente, que as suas histéricas haviam sido abusadas sexualmente por seus pais na infância, descobrindo, pouco depois, que aquilo não passava de uma fantasia proveniente do desejo sexual infantil, cujo primeiro objeto sexual era o pai (ou a mãe).

Essa questão é relevante, pois quando o incesto realizado pelos pais em relação aos filhos ocorre, a fantasia inconsciente daquela criança se concretiza e culmina em consequências psicológicas negativas (que serão vistas mais detalhadamente no capítulo sobre trauma). Faiman (2004) mostra que, de acordo com Freud, a elaboração desse complexo consiste na renúncia desses impulsos sexuais incestuosos, essenciais para a formação do superego, parte do psiquismo responsável pela “moralidade”. Sendo assim, os pais assumem um papel central na estruturação psíquica dos filhos, na internalização dessas proibições. Ele afirma ainda que a proibição do incesto e do assassinato, ou seja, do filho que deseja a mãe e quer assassinar o pai-obstáculo para ter a mãe só para ele, é um atributo primordial para a existência de uma civilização.

A partir disso, pode-se compreender por que o incesto é motivo de horror na sociedade, de forma, praticamente, universal, apesar de algumas poucas culturas ainda o praticar (mesmo assim com restrições de parentesco diferenciadas). Sua proibição é considerada, como cita a autora, por Lévi-Strauss e por Freud, por exemplo, como um ponto fundamental na passagem da natureza para a cultura, o que explica o sentimento de ojeriza generalizado da sociedade.

Um outro ponto fundamental a ser abordado é que o abuso sexual infantil, emergente a partir da década de 70, demonstra uma íntima correlação, segundo afirma Bauman (1997), com a pós-modernidade.

Na modernidade, viu-se um poder sexualizado, multiplicado, baseado e estimulado em instituições de poder, dentro dos quais se encontrava a família moderna legitimadora do dispositivo da sexualidade. Tinha-se uma relação, explicitada por Foucault (2005), na qual as posições de poder eletrizadas e embebidas em sexualidade e prazer dominavam um jogo, no qual se escondiam e se mostravam, controlavam e estimulavam e todos participavam. Dessa forma, essas relações podiam ser vistas em diversos âmbitos, no qual todos



desempenhavam esse papel: pais e filhos, professores e alunos, médicos e doentes, padres e confessores, entre outros.

Havia o desejo dos subordinados por aqueles que assumiam posições de poder, de autoridade, de maneira que os filhos desejavam aos pais, os alunos desejavam aos professores, os doentes aos médicos e assim por diante. As autoridades também sentiam esse prazer em serem desejados.

Porém, Bauman (1997) descortina uma contemporaneidade, cuja sexualidade, apresenta uma função inversa. Ele mostra o dismantelamento das relações modernas e o surgimento de uma nova realidade de interações. O sexo moderno utilizado como mecanismo de poder e regulação social, ligado a saberes e confissões, a uma estruturação social determinada, centrado na família conjugal monogâmica, liberta-se desse dinamismo para vincular-se a cada indivíduo e seu corpo.

Os indivíduos passam a usar o seu sexo como forma de obtenção individual de prazer, descartando-se relações sólidas ou conjugais, dissociando-se até mesmo da afetividade. O objetivo do sexo passa a ser o prazer em si mesmo, de maneira que o homem se torna um “acumulador e colecionador de sensações”. As sensações se transformaram no foco das (não) relações pós-modernas. Logo, as relações sociais não são mais consolidadas entre sujeitos, mas sim a partir de objetos.

Isso se torna relevante a partir do momento que essa nova sexualidade se coloca como ameaçadora e desagregadora das relações familiares modernas. Antes, a criança deveria ser permanentemente vigiada em todos os ambientes onde poderia manifestar a sua sexualidade (o onanismo) e ser punida para aprender o que devia ou não ser feito. Essa vigilância cabia, sobretudo, aos pais, que deveriam estar muito próximos dessa criança para arrancar-lhe algum segredo ou confissão e, assim, educá-lo.

No entanto, na pós-modernidade, como enfatiza Bauman (1997), o sexo é responsável por enfraquecer essa estrutura familiar de aproximação com os próprios filhos, pois, atualmente, quem deseja não são mais as crianças aos pais, mas sim o contrário. A criança passa de sujeito da própria sexualidade, já mencionada por Freud, para objeto sexual de seus pais, aqueles que eram seus objetos sexuais inconscientes de outrora. Um perigo que exige uma vigilância constante, porém, diferente da anterior, já que, agora, os pais devem estar distantes de seus filhos, por questão de segurança. Eles constituem uma

ameaça, pois a qualquer momento podem abusar de sua posição de poder e autoridade. Aliás, são produtos dessa inversão do pós-moderno, na qual o professor deseja o aluno, o padre deseja o confessor, o pai deseja a filha, entre outros.

Essa inversão afetou, em especial, às crianças e às suas relações com seus pais, professores, familiares e adultos, em geral, pois elas passaram a ser vistas, a todo o momento, como vítimas em potencial do abuso sexual alicerçado no poder e na autoridade do perpetrador. Isso foi levado a tão alto grau de preocupação que, atualmente, o mais ínfimo gesto de carinho, atitude ou ato de amor exercido por um adulto e, principalmente, pelos pais a uma criança, torna-se suspeito aos olhos da sociedade. Essa desconfiança assume ainda níveis diferentes, dependendo da cultura em que se exterioriza. Certamente, a mídia também é uma das responsáveis por gerar essa sensação de desconfiança generalizada, na qual se acredita existir um pedófilo em cada esquina pronto para atacar as crianças-objetos que andam por aí.

As discussões do abuso sexual infantil são muito mais extensas. Elas envolvem ainda a pornografia infantil, a prostituição infantil, o tráfico de crianças e o turismo sexual, com seus mercados financeiros altamente lucrativos. Na maioria das vezes, intermediados ou, até mesmo, concretizados pela *internet*.

A *internet* tornou-se um meio de comunicação extremamente valioso devido às suas grandes qualidades como a velocidade de troca de informações, a troca de grande quantidade de material, como vídeos e fotos, em pouco tempo, o contato imediato com diversas pessoas no mundo inteiro, a formação de grupos internacionais com membros focados em um mesmo interesse, entre outros. Isso tudo com a vantagem da dificuldade dos órgãos internacionais em rastrear as atividades e os caminhos de grupos criminosos, além dos impasses da jurisprudência e da instituição de leis que se apliquem a esse espaço. O objetivo dessa abordagem não é mostrar a *internet* como um meio negativo, já que ela facilita a vida das pessoas de diversas maneiras, mas sim o de evidenciar a sua utilização cada vez mais ostensiva por grupos de pedófilos.

Segundo explica Sanderson (2005), os motivos da escolha da *internet* pelos pedófilos são ainda mais profundos. Pela *internet*, eles podem trocar fotos e vídeos que estimulam seus ciclos fantasia-excitação, o que pode levá-los a, mais tarde, praticarem abusos reais. A *internet* é um meio fácil para o aliciamento de crianças e muitos pais nem

imaginam que seus filhos podem estar sendo abordados por pedófilos em salas de bate-papo infantis, por exemplo. Além disso, a autora enfatiza que é um meio, no qual o pedófilo sente-se bastante seguro, pois sua localização pela polícia é dificultada e ele tem a oportunidade de pertencer a comunidades internacionais, nas quais não se sente estigmatizado pela sociedade, ao contrário, acaba vendo como normais e justos os seus desejos sexuais por crianças.

De acordo com os dados pesquisados pela autora, mais da metade das crianças utilizadas na produção de pornografia infantil, são do sexo feminino. No entanto, tem-se observado uma queda na preferência da faixa etária. Antes, havia uma maior incidência de fotos e vídeos com crianças de sete a onze anos. Atualmente, a idade mais usada é a de crianças com menos de cinco anos.

Isso se explica pela “precocidade” infantil, já que muitas crianças de oito anos, atualmente, por exemplo, usam roupas provocantes e maquiagem, como mulheres. Já as crianças menores ainda conservam aquele ar de inocência infantil que povoa as fantasias dos pedófilos. De acordo com o psicanalista Contardo Calligaris<sup>3</sup>, faz parte da fantasia do pedófilo a ingenuidade e inocência da vítima, ou seja, ela fazer algo errado sem o saber por acreditar nas falsas verdades que seus perpetradores contam. Em outras palavras, a infantilidade da vítima.

Há uma discussão ainda no tocante à veracidade das imagens, pois, atualmente, muitas delas são forjadas, são falsas, modificadas digitalmente pelos imensos recursos cibernéticos. Sendo assim, há fotos de pornografia infantil que não utilizaram realmente crianças para a sua produção. Esse fato gera confusão por parte de autoridades, de pedófilos e de pesquisadores.

Alguns pedófilos usam essas imagens e não se sentem culpados, porque nenhuma criança foi realmente abusada para produzir aquela pseudo-imagem. Autoridades e pesquisadores divergem em opiniões. Segundo Sanderson (2005), uns acham que essa é uma forma de aliviar e diminuir o interesse desses pedófilos pelo abuso sexual real em crianças, da mesma maneira que o uso da pornografia adulta reduz a incidência de estupros.

---

<sup>3</sup> *A Fantasia do Pedófilo*. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 abr. 2002. Ilustrada, E8.

Outros já acham que a pornografia infantil é um catalisador para o abuso real. Contudo, Reynolds (Reynolds apud Sanderson, 2005) esclarece que a porcentagem de pedófilos “observadores” e “praticantes” ainda é desconhecida e mais difícil de constatar é a relação entre a pornografia infantil e o abuso real.

Se muitas dúvidas ainda rondam as discussões que envolvem a pedofilia na *internet*, há uma certeza irrefutável: é um mercado muito lucrativo. A pornografia infantil é uma atividade bem organizada, com produtores, distribuidores e consumidores bem definidos. Para se ter uma idéia, a imagem de uma criança sequestrada chega a custar cem dólares e um vídeo de cinco minutos custa cerca de mil dólares. Muitas compras são feitas por cartão de crédito e estima-se que cerca de sete milhões de crianças sejam vítimas desse mercado.

Segundo as pesquisas do principal *site* brasileiro de *Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet*, existem 6,2 mil *sites* comerciais de pedofilia no mundo, ressaltando-se ainda que há tantos outros *sites* não-comerciais sobre o assunto. Este site recebeu 720 denúncias anônimas sobre pedofilia na internet, entre janeiro e março de 2006, sendo que 548 delas referiam-se a comunidades criadas por brasileiros no Orkut. Segundo Anderson Miranda, um dos criadores dessa Campanha on-line, o mercado da pedofilia movimenta cerca de cinco bilhões de dólares por ano. O Brasil é uma figura-chave nesse mercado, pois é um dos maiores produtores e consumidores.

De acordo com o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), divulgar, distribuir ou comercializar fotos e vídeos contendo cenas de abuso sexual infantil é crime, podendo a pessoa estar sujeita à pena de dois a seis anos de reclusão, além de pagar multa. Contudo, o fato de alguém possuir, ou seja, apenas portar fotos e vídeos desse tipo não constitui crime desde que o portador não haja divulgado ou distribuído esse material, o que é considerado uma lacuna na lei brasileira, pois dificulta o trabalho de investigação da Polícia Federal. Em outros países, apenas o porte desse tipo de material já é considerado criminoso.

Além disso, há mais dois problemas. Primeiro, não é muito fácil provar se a pessoa distribuiu ou se já distribuiu um dia esse tipo de imagem. Achar os destinos desse conteúdo na *internet* é complicado. Segundo, há uma lei internacional que protege os dados dos usuários, ou seja, garante a privacidade, dificultando o reconhecimento dos criminosos. O Orkut, por exemplo, criado pelo Google, garante o sigilo de seus membros. Não é à toa que

as campanhas de combate à pedofilia enfatizam a necessidade da colaboração dos provedores.

Somando-se a isso, Sanderson (2005) mostra que a *internet* também é usada para a compra e venda de crianças para fins sexuais, ou seja, para tráfico de crianças que serão usadas como escravas sexuais. Há também pacotes de viagens que incluem o turismo sexual, sobretudo com crianças, endossando o mercado da exploração sexual. No Brasil, segundo o artigo 244 do ECA, explorar a sexualidade de crianças, seja por meio da troca de favores sexuais, da pedofilia, do turismo sexual, entre outros, obtendo-se lucro financeiro, é crime passível de 4 a 10 anos de prisão, além de pagamento de multa.

Isso culmina em uma análise interessante, na qual a pornografia infantil e a exploração sexual são crimes, mas a pedofilia em si, não possui uma legislação específica que a criminalize, no país. O crime pelo abuso sexual de crianças é julgado, legalmente, por estupro (artigo 213 do Código Penal) ou por atentado violento ao pudor (artigo 214 do Código Penal), ambos com pena de 6 a 10 anos de reclusão e considerados crimes hediondos.

Portanto, a pedofilia envolve discussões que contemplam inúmeros aspectos como fatores físicos, psicológicos, emocionais, políticos, econômicos, sociais, históricos, culturais, entre outros. No entanto, o grande impulsionador para a análise de todos esses problemas ainda parece ser a preocupação concreta e generalizada com a felicidade das **nossas** crianças. É esse o motivo que confere tanta relevância à temática do trauma que será abordada no próximo capítulo.

#### 4.3 – O Trauma e suas Implicações

O termo trauma é bastante difundido na sociedade atualmente. Parece, inclusive, ser o mote da contemporaneidade, especialmente, no que se refere à infância. Ao perguntar-se para diversas pessoas por que os maus-tratos feitos a crianças, especialmente, o abuso sexual, são tão nocivos a elas, a maioria responderá sem pensar duas vezes que é o trauma gerado. Contudo, essa palavrinha que já pertence ao domínio público e é, aparentemente, tão compreendida pela sociedade, está imersa em polêmicas e discussões tão intensas e

extensas quanto complexas. Essa discussão foge do público leigo e chega a tornar-se campo de disputa entre a ciência e a política.

Segundo Hacking (1995) explica, o trauma passou a ter um significado psicológico há cerca de um século atrás. Até então, ele era compreendido em termos médicos como as “pancadas” originadas de acidentes físicos, engendrando consequências no corpo da vítima, assim como ainda é usado pela Medicina, atualmente. No entanto, o seu uso mais freqüente, hoje em dia, é de acordo com seu sentido psicológico que se difundiu, principalmente, a partir de Freud entre 1893 e 1897, através dos estudos com as memórias recalcadas de incesto na infância de suas histéricas. O autor esclarece que essa idéia de trauma ligado à mente não foi exclusiva de Freud, já que por volta de 1885 a expressão “trauma moral” já estava em circulação na sociedade, quando Freud chegou a Paris para estudar com Charcot.

Uma outra situação que privilegiou os estudos sobre trauma, como pontua Hacking (1995), foi a do surgimento das ferrovias, no século XIX. Nesse século de profundo desenvolvimento industrial, a ferrovia tornou-se um símbolo moderno de progresso. Entretanto, também trouxe, ao lado dessa noção, os problemas decorrentes da tecnologia como os acidentes caracterizados por explosões, fuga dos trilhos, entre outros. Essa imagem do “acidente” também passou a povoar o imaginário social. Esses acidentes começaram a originar casos específicos de pessoas que não se machucavam neles, mas voltavam dias depois reclamando de dores nas costas, entre outros. Após exames, nada estava detectado fisicamente.

O físico Erichsen (Erichsen apud Hacking, 1995) atribuiu isso não às ferrovias, especificamente, mas à idéia que ela passou a ter para as pessoas. De alguma forma, a idéia de ferrovia passou a ter sentido não apenas de progresso, mas de algo nocivo e prejudicial, da noção de “acidente”. Sendo assim, esses traumas relatados acima nada tinham a ver com o aspecto físico. No entanto, vale ressaltar que Erichsen rechaçou qualquer tipo de analogia com o mecanismo da histeria.

Três anos depois, outro importante físico londrino, Russel Reynolds (Reynolds apud Hacking, 1995) fez uma interpretação diferente daquela de Erichsen. Segundo ele, os sintomas físicos, nítidos e profundos, como dores fortes e paralisias podiam ser decorrentes da idéia e da emoção produzidas por essa noção de “acidente” ferroviário e não de um trauma físico (como lesões cerebrais decorrentes de pancadas na cabeça ou cortes

provocados por estilhaços de vidro, entre outros). Ele já aceitava uma aproximação com o mecanismo da histeria, por exemplo.

Outra evidência que veio trazer mais perguntas ao campo do trauma psicológico foi decorrente dos distúrbios psicológicos gerados pelas guerras. Transtorno do Estresse Pós-Traumático é o nome dado a esse tipo de problema. A primeira vez em que foi observado, de acordo com Hacking (1995), foi após a guerra franco-prussiana em 1870-1871. As estatísticas foram apresentadas em um estudo, em 1874, no qual constavam 386 civis que experimentaram algum tipo de estresse a longo prazo como reflexo de algum evento ocorrido na guerra. Esses transtornos não eram seqüelas físicas como machucados, edemas, amputações, entre outros, eram, em sua maioria, casos de vítimas que foram aterrorizadas por algum evento ou que executaram algum tipo de ato horrível, sendo marcadas por intensos choques emocionais. Há vários exemplos catalogados desses casos, nos quais há inclusive a perda de memória, isto é, amnésia dos momentos traumáticos.

Com o trauma em evidência, a necessidade de entendimento tornou-se explícita e as pesquisas começaram a aumentar. Hacking (1995) cita como dois importantes estudiosos desse fenômeno Freud e Janet, que tentaram aprofundar-se no assunto, mas seguiram caminhos diferentes na interpretação. Enquanto no fundo do trauma freudiano estava a questão sexual, causa a qual ele atrelava o desenvolvimento da histeria em suas pacientes, para Janet, os seus pacientes histéricos haviam sido traumatizados por situações não-sexuais. Contudo, a principal diferença era que, enquanto para Freud o trauma implicava uma ação humana intencional de uma pessoa sobre a outra, para Janet, o trauma estava condicionado a eventos casuais dissociados da ação humana intencional.

A grande questão que isso engendra é que como o trauma de Janet era de cunho impessoal, bastava vir à memória e lá o fato estava tal qual aconteceu. Já para Freud, por envolver atos pessoais e intencionais, não bastava trazer essa memória à tona, era imperioso reinterpretá-la. Isso porque ele acreditava na idéia de que situações de muito sofrimento para a pessoa seriam recalçadas para o inconsciente, mas os sintomas poderiam aparecer na vida adulta separados de suas causas, que estavam escondidas no inconsciente. Por isso, a necessidade freudiana da análise do inconsciente para a cura desses sintomas, que não foram experimentados emocionalmente pelo sujeito. As ações principais focalizadas por esse mecanismo, para Freud, eram as de natureza sexual. Diferente de Charcot, por

exemplo, que vinculava o surgimento de fobias, histerias, entre outros, a causas hereditárias. Isso demonstra que já no início das pesquisas, a discussão sobre trauma não apresentava consenso algum e estava imbuída de muitas opiniões discordantes, já no tocante a sua causa.

A maneira de tratar esses problemas trouxe todo um aparato de métodos e questionamentos que sobrevivem e se intensificam até hoje. Janet, por exemplo, substituía eventos traumáticos de seus pacientes contando-os uma mentira a fim de fazê-los desacreditar daqueles eventos e substituí-los por outros neutros ou positivos. Desse jeito, curou muitos de seus pacientes. Já Freud se empenhava na busca incansável pela verdade e acreditava que era essencial que o paciente fosse colocado frente a frente com suas próprias verdades.

O objetivo não é chegar a alguma conclusão sobre o que é certo ou errado, o que é ético ou não. A intenção é demonstrar o quanto esta temática inseriu-se em questões tão delicadas que trata de verdades e mentiras, falsidades e validades, enfim, um incômodo de âmbito moral. Esse é um dos motivos que transforma a área de estudos do trauma, da memória e das conseqüências correspondentes em um campo de batalha.

Mc Nally (2003) enfatiza que as discussões sobre o trauma se intensificaram de forma impressionante a partir da Guerra do Vietnã, especialmente, no campo político. Foi também na década de 70, como se viu no item 4.2, que eclodiram as denúncias públicas de abuso sexual infantil, devido ao feminismo e sua crítica à sociedade patriarcal.

Esse horror do abuso sexual infantil, mais precisamente do incesto, trouxe um novo conjunto de questionamentos, estudos, discussões e reflexões. Pesquisas essas que sofrem, até hoje, dificuldades por causa do caráter histórico, cultural e social do abuso, como pontuado no item anterior. Mc Nally (2003) demonstrou que essa variação é tão grande que dependendo da definição e da metodologia utilizadas nas pesquisas, nos Estados Unidos, por exemplo, de 3% a 62% da população adulta se consideravam vítimas da pedofilia.

O tema do abuso sexual infantil ingressou com tamanha força que causou muitas transformações. Às denúncias feministas do incesto uniu-se a idéia freudiana de recalçamento do trauma, levando a psicanalista feminista, Alice Miller (Miller, A. apud Mc Nally, 2003), a afirmar que muitas mulheres com problemas psicológicos haviam sofrido abusos na infância e não tinham a menor idéia. Dessa forma, adultos portadores de fobias,



dores inexplicáveis, síndrome do pânico, distúrbios de identidade seriam pessoas com histórico de graves abusos sexuais na infância, do qual não se recordavam.

Logo, a cura desses problemas seria alcançada através da lembrança desses eventos traumáticos. Com a recordação, a pessoa poderia processar aquela emoção e falar sobre ela. Baseado nesse contexto, a feminista E. Sue Blume (Blume, E. apud Mc Nally, 2003), escreveu um livro, no qual afirmava que mais da metade das mulheres haviam sido vítimas de incesto e que a maioria não se recordava por ser a amnésia um sintoma muito comum desse tipo de violência. As consequências de tipos de afirmações como essas podem ser devastadoras.

A exaltação dos traumas gerados pelo abuso sexual infantil e a sensação subsequente de uma regularidade desse tipo de crime trouxe um medo generalizado à população. Não só de adultos que passaram a desconfiar de seu passado e de sua família, mas também de pais que passaram a achar que seus filhos poderiam estar sendo abusados nas escolas e creches, por exemplo. Conta Mc Nally (2003) que, em certa escola, os pais dos alunos pediram uma investigação de policiais e de especialistas da área de saúde mental para confirmar desconfianças de abuso sexual. As crianças não apresentaram nenhuma evidência física e, ao serem indagadas sobre o tema, negaram a existência do abuso, à primeira vista. Entretanto, as autoridades e os médicos decidiram ir mais a fundo na investigação, alegando que a negação era fruto de amnésia (respectiva ao trauma) ou de medo de represálias.

Sendo assim, insistiram com perguntas e informações, consideradas pelo autor, tendenciosas e sugestivas. As respostas desejadas começaram a aparecer depois desse método e as crianças eram obrigadas a contar e recontar suas histórias. Após essa tensão e pressão, algumas crianças passaram a apresentar crises de ansiedade, distúrbios do sono, pesadelos, entre outros. Foi mais um indício que os investigadores queriam, pois consideraram esses sintomas como consequências dos abusos sofridos. Baseados nos depoimentos dessas crianças, eles julgaram e condenaram alguns profissionais da escola que, desesperados, juravam que eram inocentes.

Esses acontecimentos, ocorridos na década de 80, foram acompanhados, paralelamente, pela introdução do Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) na terceira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-III). Isso

quer dizer que esse transtorno passou a ser reconhecido oficialmente pela comunidade médica (psiquiátrica) dos Estados Unidos. A grande questão é que os sintomas desse tipo de transtorno envolviam a recordação freqüente de determinados traumas, ou seja, eles eram rememorados freqüentemente, revividos e, muitas vezes, causavam a sensação de que aquilo iria acontecer novamente a qualquer momento. Esses sintomas ainda eram acompanhados por dificuldade de concentração, insônia, entre outros. Isso é interessante e bastante relevante, pois o trauma do qual se havia discutido até este momento era o daquela memória recalcada ao inconsciente que trazia conseqüências nocivas aos seus portadores, sendo, portanto, o resgate desse trauma essencial para a cura. No TEPT não só não ocorre o esquecimento do trauma como ele é exaustivamente lembrado e revivido.

O TEPT foi encarado por muitos políticos como uma estratégia utilizada por ativistas que eram contra a guerra, já que essa discussão envolveu intensamente os personagens da Guerra do Vietnã. Havia pesquisadores, inclusive, que achavam que os sintomas eram tão específicos àquela guerra que desejavam mudar o nome do transtorno para “Síndrome Pós-Vietnã”. Isso foi refutado através da afirmação de que a guerra causava traumas semelhantes a de outros eventos. Estes, por sua vez, eram acusados de apoiarem a guerra. Esse fato serve para demonstrar a existência da discussão política nesse campo de pesquisa.

Além disso, após essas discussões, um pedaço da sintomatologia foi modificado e, justamente, o qual se referia à memória. Na revisão do DSM-III (1987) e no DSM-IV (1994), o termo “dificuldade de concentração” foi substituído por “incapacidade de recordar aspectos significativos do trauma”, isto é, antes o trauma era óbvio, mas depois passou a ser oculto. Foi neste último DSM, inclusive, que o abuso sexual infantil foi reconhecido como um dos fatores traumáticos no desenvolvimento do TEPT, figurando ao lado de combates, torturas, estupros, desastres naturais, entre outros (Mc Nally, R., 2003).

Outro problema surgido com a idéia de trauma psicológico foi o Distúrbio de Personalidade Múltipla (DPM). Esse distúrbio era muito raro de ser encontrado antes dessas discussões acirradas sobre o trauma, tendo um crescimento impressionante após o surgimento de um livro e um filme, nos quais havia uma mulher chamada Sybil, que tinha dezesseis personalidades diferentes. A partir desse filme, popularizou-se que o causador

desse tipo de distúrbio era o trauma engendrado pelo abuso sexual violento e freqüente na infância (Mc Nally, R., 2003).

O diagnóstico desse tipo de doença era muito difícil de fazer, mas aumentou drasticamente após os acontecimentos explicitados acima. Os especialistas diziam que, geralmente, seus pacientes eram direcionados ao tratamento psicológico por questões como depressão, síndrome do pânico, entre outros, descobrindo-se, durante as sessões, que ele sofria do Distúrbio de Personalidade Múltipla. Através da recuperação das memórias traumáticas, “presas” no inconsciente, verificava-se o abuso sexual repetido na infância.

Mais tarde, explica o autor, esse distúrbio mudou de nome e passou a se chamar Distúrbio Dissociativo de Identidade (DDI), pois os especialistas acreditavam que não havia múltiplas personalidades habitando um único corpo, mas sim vários fragmentos de uma única identidade que não se unificavam como uma maneira de lidar com esses traumas inconscientes gerados pelo abuso sexual na infância.

Durante os anos 80 e 90, o número de pacientes com Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Distúrbio Dissociativo de Identidade cresceu abruptamente. A maioria era composta por mulheres. Muitas procuravam a psicoterapia por problemas de depressão, transtornos alimentares, entre outros, mas, depois, eram diagnosticadas com um desses distúrbios. Pior, muitas descobriam memórias de abuso sexual na infância que sequer imaginavam ter sofrido.

Segundo Mc Nally, isso trouxe quatro crenças: a de que o abuso sexual infantil era muito mais freqüente do que se imaginava, de que a mente tinha um mecanismo próprio de proteção, no qual bloqueava da consciência memórias traumáticas de abuso, de que essas memórias inconscientes produziam sintomas nocivos às pessoas e se exteriorizavam através de uma série de problemas psicológicos e de que recordar essas memórias traumáticas era vital para que a cura se realizasse.

Além disso, de acordo com o autor, dois novos fatos emergiram a partir daí. Primeiro, muitos pais acusados afirmavam, chocados, que jamais haviam abusado de suas crianças. Segundo, muitos adultos queriam processar seus pais ou parentes (abusadores) pelo crime cometido, baseado nessas memórias recuperadas. Este fato trouxe, inclusive, implicações jurídicas. Após tanto tempo de silêncio, denúncias de crimes assim não são aceitas em Tribunal, por lei. Contudo, 37 Estados americanos, chegaram a mudar suas leis

declarando a extensão de data para aqueles que sobreviveram ao abuso sexual infantil e recordaram-se, apenas, anos depois. Assim, eles podiam consumir o processo contra seus abusadores que, eram, em sua maioria, seus próprios pais. Detalhe, baseados em memórias descobertas na psicoterapia.

Baseado nessa repercussão, muitos pais revoltados e chocados com a acusação, certos de que nunca haviam abusado de seus filhos, fundaram, em 1992, a Fundação da Síndrome da Falsa Memória (FMSF)<sup>4</sup>, a fim de dar suporte a esses pais, vítimas das acusações. Além disso, contavam com a participação de especialistas no assunto como importantes psicólogos, psiquiatras, advogados e sociólogos que eram contrários a esse tipo de prática psicoterápica.

Muitos deles afirmavam, especialmente, psicólogos cognitivos, que os métodos utilizados para descobrir essas memórias traumáticas, principalmente, a hipnose, eram perigosos e capazes de distorcer a realidade da memória, bem como criar memórias falsas. Hacking (1995), por exemplo, afirma que, em 1989, mais da metade dos pacientes norte-americanos que se recordaram de abusos na infância relatou com detalhes memórias de extrema violência sexual, na qual participavam de atos canibalísticos, de rituais satânicos de sacrifícios, entre outros. Isso foi extremamente divulgado pela imprensa e por programas de televisão na época.

O autor completa ainda que, de acordo com o *Cult Crime Impact Network*, se os relatos desse tipo fossem realmente verdadeiros, a estimativa seria de que uma seita secreta satânica nos Estados Unidos estaria realizando cerca de cinquenta mil rituais de assassinato por ano. Isso gerou uma grande crise que colocou em dúvida a realidade e a veracidade não só daquelas memórias, como também da **memória**, em geral.

Os autores mostram que isso trouxe severos combates. Por um lado, muitas pessoas estavam cada vez mais desacreditadas desse tipo de memória e terapia, já que casos de TEPT e DDI cresceram drasticamente da “noite para o dia” e polêmicas agitadas como as relatadas acima causaram muitas dúvidas. Houve, inclusive, pacientes processando seus psicoterapeutas por negligência, ao se sentirem vítimas dessas falsas memórias, pois passaram a acreditar que elas lhes foram implantadas, causando danos psicológicos e problemas familiares.

---

<sup>4</sup> Minha tradução para *False Memory Syndrome Foundation* (FMSF).

Por outro, pessoas que acreditavam nessas memórias acusavam os críticos de tentarem ocultar a realidade, defenderem a pedofilia e terem medo da verdade. Diziam ainda que não havia pesquisas científicas comprovando a falsidade das memórias e que tudo era fruto da propaganda da FMSF. Temiam, ainda, que esse movimento causasse alguma barreira legal ao tratamento dos sobreviventes de traumas.

Para ter-se um panorama mais abrangente do quanto essa temática do abuso sexual infantil e seus traumas subseqüentes é polêmica e delicada, devido, principalmente, a sua característica moral e, portanto, a sua disputa por diversas áreas (política, científica, religiosa, entre outras), cabe relatar uma pesquisa científica, narrada por Mc Nally (2003), que gerou discussões intensas e acaloradas.

Os pesquisadores Bruce Rind, Philip Tromovitch e Robert Bauserman fizeram uma pesquisa, em 1998, sobre abuso sexual infantil, com 59 estudantes universitários norte-americanos. Foram realizados questionários que perguntavam sobre experiências sexuais tidas na adolescência e na infância e supostas conseqüências psicológicas que eles atribuíam a essas experiências.

Como resultado, 73% revelaram ter sido vítimas de abuso sexual infantil (incluindo desde exibicionismo até estupro). Dessa faixa, 25% eram eventos ocorridos na infância e não na adolescência. A análise qualitativa revelou que os alunos vítimas de abuso sexual infantil eram, praticamente, tão bem adaptados psicologicamente à sociedade quanto os que não haviam sofrido esse tipo de violência. Afirmaram ainda que era dez vezes mais provável jovens que cresceram em famílias desestruturadas serem protagonistas de problemas psicológicos e sociais do que aqueles que sofreram abuso sexual infantil.

Eles destacaram ainda as próprias peculiaridades do assunto geradoras de dificuldades como a diferença do abuso sexual infantil em um caso de uma menina de 16 anos que namora um rapaz de 21 e de uma criança de 10 que é violentada pelo pai. Fatores que dificultam a análise dos resultados e que devem ser ponderados. Enfatizaram, por fim, que o fato de a pedofilia não ser tão perigosa (traumática) quanto as pessoas imaginavam, não fazia dela um ato menos horrível e condenável.

A pesquisa foi revisada e publicada em uma das mais importantes e reconhecidas revistas de Psicologia, de acordo com Mc Nally, sendo divulgada, inclusive, com o aval da *American Psychological Association*. Isso causou um furor generalizado, no qual

psicoterapeutas confiantes na periculosidade dos traumas gerados pela pedofilia, políticos conservadores e religiosos radicais condenaram imediatamente e de forma veemente a pesquisa. Os autores foram acusados de defenderem a pedofilia e de incorrerem em equívocos graves na metodologia. Para completar, a *The North American Man-Boy Love Association*, uma entidade que defende o relacionamento “amoroso” entre homens e meninos, encarou a pesquisa como um atestado de salubridade na relação entre homens e meninos.

O assunto causou tamanha polêmica que foi parar no Congresso Nacional. Grupos conservativos formularam uma acusação formal contra os três pesquisadores por decretarem a emancipação e a proclamação da prática da pedofilia. O chefe-executivo da *American Psychological Association* defendeu a integridade e a idoneidade da publicação bem como dos profissionais. Contudo, quando percebeu que a Associação também ia ser condenada se não voltasse atrás, publicou um documento pedindo desculpas pela divulgação da pesquisa, já que ela tinha várias lacunas e que a Associação tinha certeza do grande perigo e risco que o abuso sexual infantil oferecia à vida daquelas vítimas.

Os pesquisadores foram condenados e os conservadores, religiosos e profissionais acusadores comemoraram o acontecimento como uma vitória do movimento de defesa da infância. Por um lado, a condenação era motivo de celebração. Por outro, representava para muitos cientistas, estudiosos e pesquisadores, um retrocesso inaceitável na liberdade tão necessária para a realização de uma pesquisa livre de preconceitos, um entrave extremamente perigoso à realização e à busca científica idônea.

Muitas pesquisas foram realizadas após esse episódio, mostrando, inclusive, resultados não tão concordantes com a análise desses três profissionais. Em um estudo realizado por Nelson (Nelson apud Mc Nally, R., 2003), analisando mais de mil sujeitos, as mulheres que disseram terem sido vítimas de pedofilia apresentavam um risco maior de desenvolverem depressão, vício em álcool, tendência suicida, distúrbios de ansiedade, entre outros. Já em outro estudo, realizado por MacMillan (MacMillan apud Mc Nally, R., 2003) envolvendo mais de sete mil sujeitos, mostrou-se que pessoas que sofreram abusos físicos na infância apresentaram maior tendência ao desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos e psicológicos (tanto homens quanto mulheres). Já a pesquisadora Sanderson (2005) afirma

que o abuso sexual infantil causa danos inquestionáveis à criança que, no entanto, variam de acordo com a idade, o contexto sociocultural, o tipo de abuso e a frequência.

São inúmeras as pesquisas que mostram uma miríade de resultados, cujo cruzamento é complicado devido diferenças de definição, conteúdo, metodologia, cultura, entre outros. A grande questão é compreender que o trauma e o abuso sexual infantil são temas exaustivamente discutidos, atualmente, em todos os campos, pertencendo, inclusive, aos embates políticos, que, muitas vezes, geram polêmica e confusão. Cientificamente, há muito ainda o que ser feito, pesquisado, questionado e discutido, pois a humanidade ainda está longe de um consenso real. A única regra dominante, por enquanto, é a que está subordinada à moralidade. Logo a moralidade, o campo mais delicado, subjetivo e complexo que existe. Por isso, os desencontros, as polêmicas e as discussões acaloradas.

Apesar disso, parece existir uma crença geral que já assumiu moldes de verdade científica: a de que a pedofilia gera traumas “incuráveis” e, por isso, conseqüências terríveis para a vida de toda e qualquer criança. Um reflexo, na verdade, da posição que o trauma assumiu para a sociedade atual a partir do papel que a infância representa na contemporaneidade. Uma criança semelhante à criança moderna, mas não apenas uma cidadã do futuro, e sim, um indivíduo que deve ter garantido os seus direitos individuais e de felicidade, no agora e no amanhã. A criança de hoje está recoberta dessa expectativa e fantasiada da nossa “felicidade inalcançável”, aquela que só as crianças têm, e qualquer tipo de atitude passível de engendrar traumas (como até mesmo castigos que eram aceitos na modernidade, por exemplo) devem ser imediatamente evitados.

## **5 – Estudo de Caso - A Abordagem da Pedofilia na Folha de São Paulo: Uma Análise de 1994 a 2003.**

Ao analisar-se a trajetória da pedofilia nesses dez anos de publicação, busca-se encontrar dados concretos e quantificáveis que possam evidenciar fatos e levantar questões, bem como informações subjetivas e qualitativas que engendrem discussões e, acima de tudo, perguntas e reflexões.

A escolha da *Folha de São Paulo* deve-se ao grande reconhecimento que esse jornal apresenta, por parte do público, do seu trabalho e, principalmente, por tratar-se de um jornal nacional e de grande circulação. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha de São Paulo* é o jornal com maior tiragem e circulação do Brasil, apresentando cerca de 360.000 exemplares aos domingos e cerca de 290.000 em dias úteis, além de contar com 1.824.000 leitores. Essa pesquisa do IVC, feita em fevereiro desse ano, mostra ainda que a *Folha de São Paulo* ocupa a primeira posição desde 1984, um dado importante, na medida em que mostra que nos anos analisados, nesse estudo de caso, este era o jornal mais lido do período.

Portanto, as informações divulgadas sobre pedofilia através desse jornal impresso foram as que atingiram a um maior número de leitores, considerando-se a sua posição em relação aos outros jornais (impressos). Isso se torna significativamente relevante, uma vez que o jornal é um dos principais meios de comunicação, atualmente, mesmo perdendo um espaço gradativo para a *Internet*.

Sendo assim, essas informações trazidas pela *Folha de São Paulo* sobre a pedofilia foram compartilhadas com grande parte dos leitores nacionais, demonstrando, de certa forma, não apenas a opinião do jornal, mas a do público, em geral. Afinal, o jornal, como um meio formador de opinião, não impõe a sua visão de forma ativa nem o leitor digere o conteúdo de forma passiva. Essa relação constitui um sistema complexo e dinamizado de forma que o jornal reflete e espelha o que está na sociedade, ao mesmo tempo em que reforça isso em sua ação. Enfim, faz parte dos processos humanos e sociais de subjetivação que comportam as construções socioculturais de significados e representações.

A pesquisa baseou-se em dois níveis de análise. O primeiro centralizou-se em uma abordagem quantitativa e o segundo em uma reflexão qualitativa. Sendo assim, na primeira



parte, pode-se observar em números estatísticos, a editoria escolhida para retratar o assunto, o tipo de notícia, o tipo de lugar, o tipo de vítima e de criminoso, bem como a solução apresentada para o caso e o tipo de voz que se foi permitida expressar na reportagem. Na segunda parte, pode-se ter uma idéia de como eram representados o pedófilo e suas ações, bem como a vítima e a indignação pública, através do colhimento de descrições feitas nas reportagens (apenas algumas apresentavam essas descrições) do horror do pedófilo, do horror do ato, do sofrimento enorme da vítima e da indignação do público.

### 5.1 – Aspectos Quantitativos

A seguir serão apresentados os resultados estatísticos relativos aos itens selecionados por ano. Isso será feito para que se desenvolva uma noção da trajetória da temática da pedofilia na *Folha de São Paulo*, evidenciando, principalmente, o momento em que esse tema eclode na mídia, quando esse assunto passa a ser discutido em um âmbito nacional, quando ele intensifica os debates sobre a *internet*, quando ela se concentra sobre um determinado tipo de criminoso ou até mesmo editoria, entre outros. O intuito dessa abordagem é explanar os caminhos delineados a fim de que se possa melhor apreender o resultado geral coletado nesses dez anos de reportagem, que será apresentado após a análise por ano.

No entanto, antes da apresentação dos dados, é imperioso que se expliquem as categorias criadas para a classificação, a fim de se tentar explicitar a forma da pesquisa, tão importante para a reflexão acerca do conteúdo gerado<sup>5</sup>. As quatro primeiras categorias, Ano, Título, Editoria e Tamanho, respectivamente, foram utilizadas, em primeira instância, para a identificação das matérias. As seis categorias seguintes (Tipo de Notícia, Tipo de Lugar, Tipo de Vítima, Tipo de Criminoso, Tipo de Tratamento ou Solução e Existência ou não de Voz de Autoridade) foram utilizadas para mostrar o tipo de abordagem dado à pedofilia em cada uma das reportagens. Cada uma dessas categorias será mais detalhadamente explicitada abaixo.

---

<sup>5</sup> A legenda utilizada para a classificação das reportagens pode ser visualizada no Anexo I e a tabela relativa ao corpo da pesquisa pode ser consultada integralmente no Anexo II.

A categoria de número 5 se refere ao Tipo de Vítima. Ela apresenta sete itens. O item 1, *Explicação Psicológica: Danos para a Vítima*, foi utilizado toda vez que a reportagem explicou ou, ao menos, tentou mostrar, de maneira predominante, os danos gerados à vítima, por consequência da pedofilia. O item 2, *Explicação Psicológica: Perfil do Pedófilo*, foi utilizado toda vez que a reportagem explicou ou, ao menos, tentou mostrar, de maneira predominante, o que gera a pedofilia ou como se caracteriza o perfil do pedófilo. O item 3, *Criminal/Factual*, foi utilizado toda vez em que a pedofilia era apresentada sob a ótica do crime, ou seja, com atos sujeitos a punições, existência de vítimas e criminosos, com datas e lugares determinados. O item 4, *Criminal/Projetos de Lei ou Aplicação de Leis*, foi utilizado toda vez que a lei assumiu papel central na reportagem, fosse por causa de impasses legais como os gerados pela internet, fosse por reivindicações ou sugestões para a criação de leis ou para a aplicação das leis, mesmo que tenham sido provenientes de crimes factuais. O item 5, *Proibição ou Suspensão por Apologia à Pedofilia*, foi utilizado sempre que surgia alguma polêmica envolvendo exposições, filmes, livros, grupos, entre outros, acusados pela opinião pública ou por autoridades criminais de fazerem apologia à pedofilia, sendo, por isso, proibidos, punidos ou suspensos (de grupos). O item 6, *Outros*, foi utilizado cada vez que a matéria não se direcionava a nenhum dos outros itens existentes, como opiniões ou discussões de filmes, por exemplo, que não eram expressivos a ponto de engendrar a criação de novos itens. O último ponto, o item 7, *Discussão/crítica à instituição católica ou pronunciamentos da própria Igreja, decorrentes dos escândalos de pedofilia*, foi utilizado toda vez que a reportagem apresentava como foco questões centrais da ideologia católica cristã, mostrando discussões, necessidades de reformas, entre outros, como a problematização do celibato, a formação de seminaristas, o pronunciamento de religiosos, ou seja, críticas e declarações advindas dos escândalos da pedofilia eclesiástica.

A categoria de número 6 se refere ao Tipo de Lugar, ou seja, ao local de ocorrência do que está sendo narrado na reportagem. Ela apresenta sete itens. O item 1, *Exterior/Desenvolvido*, foi utilizado para classificar as reportagens, cujos fatos ocorreram em países desenvolvidos. O item 2, *Exterior/ Subdesenvolvido*, foi utilizado para classificar as reportagens, cujos fatos ocorreram em países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África, com exceção do Brasil. O item 3, *Brasil*, foi utilizado para classificar as reportagens,

cujos fatos ocorreram apenas no Brasil. O item 4, *Internet/ Exterior*, foi utilizado para classificar as reportagens, cujos fatos ocorreram no espaço cibernético relativos ao exterior. O item 5, *Internet/ Brasil*, foi utilizado para classificar as reportagens, cujos fatos ocorreram no espaço cibernético relativo ao Brasil. O item 6, *Internet/ Mundo*, foi utilizado para classificar as reportagens, cujos fatos ocorreram no espaço cibernético relativo ao mundo, ou seja, tanto ao Brasil, quanto ao exterior, em geral. O item 7, *Não se aplica*, foi utilizado para classificar as reportagens que não se referiam a lugares, por não demandarem esse tipo de informação, como a explicação do perfil do pedófilo, por exemplo.

A categoria de número 7 se refere ao Tipo de Vítima, ou seja, classifica as vítimas por faixa etária. Ela apresenta cinco itens. O item 1, *0-4 anos*, foi utilizado cada vez que a reportagem identificava a vítima como pertencente a essa faixa etária. O item 2, *5-12 anos*, foi utilizado cada vez que a reportagem identificava a vítima como pertencente a essa faixa etária. O item 3, *13-17 anos*, foi utilizado cada vez que a reportagem identificava a vítima como pertencente a essa faixa etária. O item 4, *Não se aplica (ou não fala de vítima)*, foi utilizado quando a matéria não fazia referência a vítimas ou quando não se situava em um contexto de crime. O item 5, *Não define (a faixa etária)*, foi utilizado toda vez que a matéria se referia às vítimas como crianças e adolescentes, sem definir a faixa etária. Esse último item foi o mais recorrente em todos os anos, motivo pelo qual essa categoria não engendrou muitas reflexões, já que não trouxe muitas informações diferenciadas.

A categoria de número 8 se refere ao Tipo de Criminoso, ou seja, à identificação do pedófilo. Ela apresenta doze itens. O item 1, *Religiosos (padres, bispos, entre outros)*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo. O item 2, *Celebridades*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, era mundialmente conhecido. O item 3, *Personalidades (autores, músicos, políticos, juízes, entre outros)*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, era relativamente conhecido ou ocupava cargo de poder que suscitava a proteção à criança e não o ataque. O item 4, *Pais*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, cometia abusos incestuosos. O item 5, *Familiares/ Vizinhos/ Conhecidos*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, era supostamente bem conhecido da vítima e de sua família. O item 6, *Professores/ Diretores/ Monitores*, foi

utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, os criminosos eram profissionalmente incumbidos de ensinar, cuidar e vigiar suas vítimas. O item 7, *Estranhos (em relação à família e à criança)*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, era identificado pela polícia, mas a reportagem não estabelecia nenhuma relação anterior entre a criança e o pedófilo, levando a crer em seu caráter de estranho. O item 8, *Outros*, foi utilizado cada vez que o pedófilo não se direcionava ou enquadrava a nenhum dos outros grupos existentes e não eram expressivos a ponto de engendrar a criação de novos itens. O item 9, *Não define (a identidade do criminoso)*, foi utilizado cada vez que o pedófilo (ou pedófilos), não eram identificados nem correlacionados a nenhum grupo específico, sendo portanto denominados, de forma geral, pela reportagem, de pedófilos (sem nome, idade, grupos, entre outros). O item 10, *Não se aplica (ou não fala de criminoso)*, foi utilizado quando a matéria não fazia referência a criminosos ou quando não se situava em um contexto de crime. O item 11, *Militares (soldados, policiais, etc)/ Técnico esportivo*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, eram profissionais encarregados de proteger o cidadão (no caso, a criança) e punir os criminosos ou de ensiná-las atividades e vigiá-las. O item 12, *Médicos (pediatras, psicoterapeutas, entre outros)*, foi utilizado cada vez que o pedófilo enquadrava-se ou pertencia a esse tipo de grupo, ou seja, eram profissionais incumbidos de tratar e cuidar daqueles a quem abusaram. A maioria desses itens constitui-se de figuras de autoridade, muito próximas das crianças e incumbidas de protegê-las, cuidá-las, vigiá-las, dar-lhes limites, entre outros.

A categoria de número 9 se refere ao Tipo de Tratamento ou Solução apresentada pela reportagem como o desfecho do caso. Ela apresenta seis itens. O item 1, *Não apresenta*, foi utilizado cada vez que a reportagem não fazia menção ou não apresentava um tipo de tratamento, um desfecho ou uma solução. O item 2, *Prisão*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentava como desfecho ou solução para o caso a reclusão. O item 3, *Tratamento Psiquiátrico / Tratamento Psicológico*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentava como desfecho ou solução para o caso o tratamento mental, fosse ele psiquiátrico ou psicológico. O item 4, *Cuidados/ Vigilância extra-prisão (como monitoramento eletrônico ou por meio de policiais, entre outros)*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentava como desfecho ou solução para o caso cuidados fora da

prisão como vigilância, monitoramento de endereço e identidade, entre outros. O item 5, *Medicamentos/ Fármacos (como castradores químicos, por exemplo)*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentava como desfecho ou solução para o caso o uso de remédios inibidores da ereção ou redutores de hormônios sexuais, por exemplo. O item 6, *Outros*, foi utilizado quando a reportagem apresentava soluções que não se encaixavam em nenhum dos outros itens expostos e não eram suficientes para a criação de um novo item como a cassação de registros profissionais, a suspensão de grupos organizados, entre outros.

A última categoria quantitativa é a de número 10 e se refere à voz de autoridade, ou seja, tem o intuito de rastrear se a reportagem apresenta alguma voz de autoridade e de que tipo é essa voz. Ela apresenta quatro itens. O item 1, *Sim, criminal (delegados, promotores, juízes, entre outros)*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentou falas literais, explicitando vozes de autoridades criminais. O item 2, *Não (não há inserção de falas originais)*, foi utilizado cada vez que a reportagem não apresentou falas literais, ou seja, o repórter ou o jornal assumiu a voz de autoridade, falando no lugar do outro, ou seja, como intermediário de outrem. O item 3, *Sim, ciências humanas (psicólogos, psiquiatras, sociólogos, entre outros)*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentou falas literais, explicitando vozes de autoridades pertencentes à área das Ciências Humanas como psicólogos, sociólogos, entre outros. O item 4, *Sim, autoridade religiosa (padres, bispos, Papa, entre outros)*, foi utilizado cada vez que a reportagem apresentou falas literais, explicitando vozes de autoridades religiosas (fossem para condenar a pedofilia ou para defender padres pedófilos, entre outros).

A partir dessas breves explicações, cabe ressaltar que a escolha desse período, 1994 a 2003, deve-se à necessidade de contemplar um ponto de partida inexpressivo, no qual a pedofilia quase não é retratada no jornal, passando, mais tarde, a constituir-se em assunto mais recorrente. Portanto, a delimitação dessa faixa temporal possibilita o vislumbre da trajetória desse tema através dos anos, permitindo melhor compreender como esse problema é encarado, atualmente, na sociedade.

A pedofilia passou a ter, inicialmente, uma maior aparição na *Folha de São Paulo*, em 1996, cujas reportagens representaram 10% do total de matérias da década pesquisada. Isso é um fato significativo, já que o ano de 1994 representa apenas 1% do total, bem como

o de 1995, com também 1%. Logo, qualquer análise relativa a esses anos apresenta um resultado inexpressivo, já que cada ano foi composto por somente quatro reportagens.

1996	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	3%	73%	0%	3%	43%	13%
2	0%	3%	5%	13%	0%	53%	80%
3	73%	58%	15%	5%	20%	0%	8%
4	13%	30%	8%	13%	0%	5%	0%
5	3%	3%	0%	70%	8%	0%	
6	0%	5%	0%		0%	0%	
7	5%	0%	0%		30%		
8	5%				5%		
9	3%				20%		
10	0%				13%		
11	0%				3%		
12					0%		

Isso leva, naturalmente, à curiosidade pelo motivo que trouxe alguma expressividade para o ano de 1996. Nesse ano, 73% das reportagens foram publicadas na editoria *Mundo*, contra 13% do *Cotidiano*, 5% da *Informática*, 5% da *Primeira Página*, 3% de *Opinião* e 3% da editoria *Ilustrada*. Logo, a maior parte das notícias, em 1996, foi de âmbito internacional. O tipo de notícia predominante foi o *criminal/factual* com 58%, seguido do *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, com 30%, contra ínfimos 3% da *explicação psicológica: perfil do pedófilo*, 3% da *explicação psicológica: danos para a vítima*, 3% de *proibição por apologia* e 5% de *outros*. Dessas notícias, 73% referiam-se ao *exterior/desenvolvido*, contra 15% do *Brasil*, 5% do *exterior/subdesenvolvido* e 8% da *Internet/Exterior*. Sendo criminal, 20 % dos criminosos retratados eram *personalidades*, 30% eram *estranhos*, ou seja, o jornal não demonstrou nenhuma relação com a criança, mas definiu a identidade do pedófilo, 20 % dos criminosos *não foram definidos*, 8% eram *familiares, vizinhos ou conhecidos*, 3% eram *padres*, 3% eram *soldados, militares, policiais ou técnicos esportivos*, enquanto em 13% dos casos esse item *não se aplicou*. Nessas reportagens, 43% dos casos *não mostraram soluções*, enquanto em 53% a solução apresentada foi a *prisão*, contra 5% de *cuidados/vigilância extra-prisão*. Além disso, 80% dos casos *não apresentaram voz de autoridade*, tendo o jornal voz exclusiva. Da porcentagem restante, 13% se referem a *voz de autoridade criminal*, enquanto 8% são

relativas a *vozes de acadêmicos das ciências humanas (psicólogos, sociólogos, entre outros)*.

Sendo assim, o ano de 1996 adquiriu grande expressividade em relação aos anos anteriores por apresentar mais da metade (58%) de casos *criminais/factuais*, com 73% das ocorrências gerais se dando no *exterior/desenvolvido*. Crimes sexuais contra crianças e adolescentes ocorridos, em sua maioria, em países desenvolvidos, principalmente na Bélgica, chocaram e chamaram a atenção pública, a ponto de aumentar o número de notícias relacionadas à pedofilia no jornal. Um reflexo disso é o fato de 73% das notícias pertencerem à editoria *Mundo*, reforçando o caráter de internacionalidade. Apenas 15% das notícias referiam-se ao *Brasil*. Os 5% de notícias referentes à editoria de *Informática* correlacionam-se intimamente com os 8% de notícias ocorridas em *Internet/exterior*, demonstrando que as ocorrências da pedofilia na Internet, nesse ano, também foram, em sua maioria, de caráter internacional.

1997	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	71%	0%	17%	54%	8%
2	0%	0%	0%	17%	0%	29%	79%
3	67%	63%	4%	0%	0%	8%	4%
4	13%	8%	8%	33%	0%	8%	8%
5	13%	8%	8%	50%	0%	0%	
6	4%	21%	0%		13%	0%	
7	0%	0%	8%		13%		
8	4%				0%		
9	0%				33%		
10	0%				21%		
11	0%				4%		
12					0%		

Em 1997, as reportagens representaram 6% do total, ou seja, um número menor se comparado ao ano anterior. A Editoria predominante continuou sendo *Mundo* com 67% dos casos, contra 13% do *Cotidiano*, 13% da *Ilustrada*, 4% do *Caderno Mais* e 4% de *Informática*. Os crimes continuaram sendo o foco, com 63% das notícias de cunho *criminal/factual*, contra 8% *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, 8% de *proibição por apologia* e 21% de *outros*. O lugar mais comum persistiu estando o *exterior/desenvolvido* com 71% dos casos, contra 8% da *Internet/exterior*, 8% da *Internet/Brasil*, 4% do *Brasil* e 8% de casos onde esse item *não se aplicou*. Em relação aos

criminosos, 33% *não foram definidos*, enquanto 17% se constituíam de *padres*, 13% de *professores/monitores/diretores*, 13% de *estranhos*, 4% de *policiais/militares/técnicos esportivos* e 21% cujo item *não se aplicou*. Já no tipo de solução, a situação se inverteu, pois a maioria dos casos, ou seja, 54%, *não apresentou solução*, enquanto 29% indicaram a *prisão*, 8% o *tratamento psicológico* e 8% *cuidados/vigilância extra-prisão*. Mais uma vez, o jornal, assumiu a voz na maioria das reportagens, em 79% dos casos, contra 8% de *vozes de autoridades criminais*, 8% de *vozes de autoridades religiosas* e 4% de *vozes das ciências humanas*.

A predominância de notícias, nesse ano, continuou sendo da Editoria *Mundo*, com maioria de *criminal/factual*, do *exterior/desenvolvido* e quase sem voz de autoridades. Vale ressaltar o pequeno aumento de notícias referentes à Internet (16% contra 8% de 1996), sendo que *Internet/exterior* manteve-se com a mesma porcentagem, enquanto *Internet/Brasil* pulou de 0% para 8%. Houve inversão no tipo de solução, já que a *prisão* apresentou uma queda de 53% para 29%, enquanto a *não apresentação de solução* subiu de 43% para 54%.

1998	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	39%	6%	11%	56%	28%
2	0%	0%	6%	6%	0%	33%	67%
3	67%	56%	6%	0%	17%	6%	0%
4	17%	22%	22%	39%	0%	0%	6%
5	17%	0%	11%	50%	0%	6%	
6	0%	22%	6%		0%	0%	
7	0%	0%	11%		22%		
8	0%				0%		
9	0%				17%		
10	0%				33%		
11	0%				0%		
12					0%		

Em 1998, houve outra queda, com as notícias desse ano representando 4% do total. A editoria predominante foi *Mundo*, com 67%, contra 17% de *Cotidiano* e 17% de *Ilustrada*, ambas as últimas um pouco mais recorrentes do que no ano anterior. O *criminal/factual* continuou liderando, com 56% dos casos, contra 22% do *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei* e 22% de *outros*. O lugar mais citado continuou sendo o *exterior/desenvolvido* com 39%, embora seja um número bem menor em relação ao ano



anterior. Logo, houve um crescimento na *Internet/exterior*, com 22%, *Internet/ Brasil*, com 11%, *Internet/Mundo*, com 6% , *exterior/subdesenvolvido*, com 6%, e *Brasil*, com 6%. Em 33% dos casos, *não há criminosos*. Na porcentagem restante, 22% são de *estranhos*, 17% são *indefinidos*, 17% são de *personalidades* e 11% de *padres*. A maioria dos casos, 56%, continuou *sem apresentação de solução*, enquanto 33% indicaram a *prisão*, 6% *tratamento psicológico* e 6% *tratamento por medicamentos/fármacos*. A maioria dos casos, 67%, também não apresentou voz de autoridade, contra 28% em que havia *vozes de autoridades criminais* e 6% de *autoridades religiosas*.

Em 1998, grande parte dos casos continuou, como nos anos anteriores, referindo-se ao *exterior/desenvolvido*, pertencendo à editoria *Mundo*, com maioria de *criminal/factual*, sem voz de autoridade, apesar de um crescimento significativo nas vozes de autoridades criminais. A parte relacionada à *Internet* teve um aumento tanto no exterior, quanto no Brasil e no mundo, apresentando um crescimento (em linhas gerais) de 16% para 39%, demonstrando o quanto esse espaço passou a ser discutido em sua relação com a pedofilia. Isso explica, em parte, o aumento do *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei* de 8% para 22%, já que a maioria das discussões legais refere-se ao espaço cibernético. Cabe ressaltar, portanto, que o Brasil já começa a aparecer, sutilmente, nas pautas de pedofilia, principalmente, no que concerne à *Internet*.

1999	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	2%	5%	2%	2%	67%	30%
2	0%	5%	0%	12%	0%	28%	62%
3	2%	53%	25%	0%	3%	5%	8%
4	73%	25%	5%	15%	3%	0%	0%
5	0%	0%	38%	72%	0%	0%	
6	3%	15%	17%		8%	0%	
7	5%	0%	10%		12%		
8	13%				0%		
9	3%				57%		
10	0%				15%		
11	0%				0%		
12					0%		

Em 1999, houve um aumento em relação aos anos anteriores, com suas reportagens representando 15% do total, o que lhe confere a posição de segunda maior parcela da pesquisa. Nesse ano, observam-se mudanças bruscas e inversões, a começar pelas editorias.

A editoria *Mundo*, que liderou até 1998, passou a representar apenas 2% do total, enquanto *Cotidiano* passou a frente com 73% (contra 17% do ano anterior), seguido por *Informática*, com 13% (contra 0% do ano anterior), *Primeira Página*, com 5%, *Caderno Mais*, com 3% e *Opinião*, com 3% também. O tipo de notícia predominante continuou sendo o *criminal/factual*, com 53%, com um leve aumento para o *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, com 25%, 15% de *outros* e o reaparecimento da *explicação psicológica: danos para a vítima* e *explicação psicológica: perfil do pedófilo*, com 2% e 5%, respectivamente. Ambos os últimos reaparecidos após dois anos sem qualquer tipo de menção. Outra inversão impressionante foi a do tipo de lugar. O *exterior/desenvolvido* perde a liderança, representando apenas 5% do total, enquanto *Brasil* cresce de 6% para 25% e *Internet/Brasil* aumenta bruscamente para 38% contra os 11% do ano anterior. Há o aumento ainda da *Internet/Mundo* de 6% para 17% e queda da *Internet/exterior* de 22% para 5%. O *exterior/subdesenvolvido* nem aparece e 10% dos casos *não cabem a este item*. Em 57% dos casos os pedófilos *não são definidos*, enquanto 12% são considerados *estranhos*, 8% *professores/diretores/monitores*, 3% *pais*, 3% *personalidades* e 2% *padres*. Esse item *não se aplicou* a 15% dos casos. A maioria das reportagens, 67%, *não apresentou solução*, enquanto 28% indicaram a *prisão* e 5% o *tratamento psicológico*. Como nos anos anteriores, a não utilização de vozes de autoridade continuou predominante, com 62%, contra 30% de *vozes de autoridades criminais* e 8% de *vozes de profissionais das ciências humanas*, um aumento em relação ao ano anterior, no qual não houve esse tipo de voz.

Sendo assim, o ano de 1999, apresentou um quadro diferente dos anos anteriores. Mostrou uma queda das taxas da Editoria *Mundo* e do lugar *exterior/desenvolvido*, além de sinalizar um aumento significativo dos números da editoria *Cotidiano* e *Informática* e dos lugares relacionados à *Internet*, que somaram 60% do total (contra os 39% anteriores), sendo 38% relativos à *Internet/Brasil* e apenas 5% à *Internet/exterior*. Além disso, os números do *Brasil* também se mostraram mais expressivos que do ano anterior, suplantando o *exterior/desenvolvido*. A maioria dos casos permaneceu sem voz de autoridade e sem apresentação de soluções. Esse ano mostrou uma inserção maior do Brasil na pauta da pedofilia. Contudo, as suas discussões relacionadas à *Internet* ainda foram maiores do que aquelas que não ocorreram nesse espaço, ou seja, 38% contra 25%. Ambas

as taxas são superiores ao ano anterior e a faixa de *Internet/Brasil* ainda teve um crescimento maior que *Brasil*.

2000	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	13%	0%	0%	42%	23%
2	0%	6%	4%	15%	2%	50%	67%
3	19%	73%	38%	15%	19%	0%	8%
4	60%	10%	15%	23%	0%	2%	2%
5	2%	0%	21%	48%	0%	2%	
6	0%	10%	2%		2%	4%	
7	6%	0%	8%		25%		
8	4%				0%		
9	8%				33%		
10	0%				17%		
11	0%				2%		
12					0%		

Em 2000, responsável por 12% do total, um pouco menos do que o ano anterior, ocorreram mais algumas mudanças. A editoria com maior número de casos continuou sendo *Cotidiano*, com 60% (contra 73% do ano anterior), seguido de 19% de *Mundo* (contra 2% do ano anterior), 8% de *Opinião*, 6% de *Primeira Página*, 4% de *Informática* (contra 13% do ano anterior) e 2% de *Ilustrada*. A maioria dos casos continuou relacionada ao *criminal/factual*, com 73%, seguida de 10% de *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei* (contra os 25% anteriores), 10% de *outros* e 6% de *explicação psicológica: perfil do pedófilo*. Dessa vez, o tipo de lugar predominante passou a ser o *Brasil*, com 38% (contra os 25% anteriores), seguido de 21% de *Internet/Brasil*, 15% *Internet/exterior*, 13%, *exterior/desenvolvido*, 4% *exterior/subdesenvolvido* e 2% *Internet/Mundo*. Ainda sim, a soma da Internet (geral), que dá 36%, é menor do que os 38% do *Brasil*. A maioria dos pedófilos continua *indefinida*, com 33%, seguida de 25% de *estranhos*, 19% de *personalidades*, 2% de *celebridades*, 2% de *professores/diretores/monitores* e 2% de *policiais/técnicos esportivos/militares*. Em 17% dos casos, esse item *não se aplica*. Há ainda uma inversão na apresentação das soluções, já que a maioria, 50%, apresenta a *prisão* como tratamento (contra os 28% anteriores), enquanto, 42% dos casos *não apresentam nenhum tipo de solução*, seguido de 4% que indicam *outros* tipos, 2% de *cuidados/vigilância extra-prisão* e 2% de *medicamentos/fármacos*. No entanto, a maioria continua sem apresentação de vozes, com

67% das vezes, o jornal tomando o lugar de autoridade, contra 23% de aparecimento de *vozes de autoridades criminais*, seguidas por 8% de *vozes de autoridades das ciências humanas* e 2% das *vozes de autoridades religiosas*.

Dessa forma, de maneira geral, percebe-se em 2000, a predominância da editoria *Cotidiano*, sinalizando que a pedofilia deixou de ser um problema internacional, ou seja, de *Mundo*, para ser um problema do dia-a-dia, independente do lugar, como mostrou no ano anterior. Observa-se um crescimento das reportagens que se referem ao *Brasil*, excluindo-se a *Internet*. Outro fato interessante é relativo ao campo da Internet, pois ela, em um aspecto mais geral, apresentou uma queda significativa, de 60% para 36%. Este fato também explica a queda do tipo de crime *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, de 25% para 10%, já que a maioria das dificuldades e discussões legais relacionadas ao crime da pedofilia, diz respeito à Internet. A prisão tomou a liderança quanto ao tipo de tratamento apresentado e a ausência de voz de autoridade continuou sendo maioria, como nos anos anteriores. Nesse ano, o Brasil teve, praticamente, a mesma participação nas pautas de pedofilia que o ano anterior. No entanto, casos que não se relacionaram com a Internet foram superiores dessa vez. De qualquer modo, o Brasil liderou o lugar de ocorrência, como no ano anterior, só que de forma diferente. Em 1999 e 2000, anos nos quais o Brasil havia liderado, até então, a editoria mais recorrente foi *Cotidiano*, reflexo dessa mudança.

2001	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	23%	0%	5%	32%	36%
2	0%	0%	9%	0%	0%	64%	64%
3	45%	68%	18%	5%	14%	0%	0%
4	32%	18%	14%	9%	0%	5%	0%
5	9%	0%	14%	86%	0%	0%	
6	0%	14%	18%		0%	0%	
7	5%	0%	5%		18%		
8	0%				0%		
9	0%				45%		
10	5%				9%		
11	0%				0%		
12					9%		

Em 2001, há uma queda significativa, já que as reportagens publicadas nesse ano representam 5% do total, contra os 12% anteriores. Nesse ano, há também novas inversões.

A editoria *Cotidiano* cai de 60% para 32%, enquanto a editoria *Mundo* sobe bruscamente de 19% para 45%. A *Ilustrada* sobe de 2% para 9%, a *Primeira Página* apresenta 5% e a editoria *Turismo*, aparecendo pela primeira e única vez, conta com 5%. Os dados relacionados ao tipo de notícia continuam apresentando predominância do *criminal/factual*, com 68%, um pouco menor em relação a 2000, seguidos dos 18% do *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei* (contra os 10% anteriores) e 14% de *outros*. As taxas de tipo de lugar também sofreram inversões. A liderança foi retomada por *exterior/desenvolvido*, com 23% (contra os 13% anteriores), seguida dos 18% de *Brasil* (contra os 38% anteriores), 14% de *Internet/exterior*, 14% de *Internet/ Brasil* e aumento de 2% para 18% de *Internet/Mundo*, além de um crescimento de 4% para 9% de *exterior/subdesenvolvido*. Em 5% dos casos, esse item *não se aplicou*. Já em relação aos criminosos, 45% dos pedófilos foram classificados como *indefinidos*, seguido de 18% de *estranhos*, 14% de *personalidades*, 9% de *médicos* e 5% de *padres*. Esse item *não se aplicou* em 9% dos casos. O tipo de solução apresentada seguiu a proporção do ano anterior, com a maioria, 64%, indicando a *prisão*, enquanto 32% *não apresentaram solução* e 5% indicaram *cuidados/vigilância extra-prisão*. Seguindo todos os anos anteriores, o jornal não apresentou voz de autoridade na maioria das matérias, ou seja, em 64% dos casos, enquanto nos outros restantes, 36%, todos eram *vozes de autoridades criminais*.

Logo, o que ocorre em 2001, é uma queda significativa de notícias referentes à pedofilia, com a volta da predominância da editoria *Mundo*, seguida pela *Cotidiano*. A maioria das notícias segue sendo de tipo *criminal/factual*, com um acréscimo de 8% da *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, em relação a 2000. O tipo de lugar mais reportado volta a ser o *exterior/desenvolvido*, enquanto *Brasil* apresenta uma queda de 38% para 18% em relação ao ano anterior. Ainda sim, a *Internet* somada, ou seja, *exterior* mais *Brasil* mais *Mundo*, representa 46% do total, ou seja, é maior do que os 23% do *exterior/desenvolvido*, o que demonstra o maior interesse e discussões sobre a pedofilia nesse meio. A taxa que mais aumentou, relativa à *Internet*, foi justamente a de *Internet/Mundo*, ou seja, algo mais geral. Como em 2000, a solução mais citada foi a *prisão* e, como todos os outros anos, a maioria não apresentou voz de autoridade. Deve-se esclarecer que o fato de o Brasil ter saído da liderança da pauta da pedofilia, nesse ano, foi

acompanhado pelo retorno da predominância da editoria *Mundo* em detrimento da editoria *Cotidiano*, que caiu de 60% para 32%.

2002	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	5%	0%	31%	0%	50%	44%	17%
2	0%	2%	2%	13%	2%	42%	53%
3	34%	55%	45%	10%	1%	3%	10%
4	45%	8%	2%	18%	1%	0%	20%
5	5%	1%	4%	58%	5%	0%	
6	0%	8%	2%		2%	11%	
7	5%	27%	15%		14%		
8	2%				0%		
9	4%				8%		
10	0%				8%		
11	1%				5%		
12					6%		

O ano de 2002 é um dos mais importantes, uma vez que é responsável por 32% das reportagens totais, ou seja, é o que contribuiu com um maior número de notícias sobre a pedofilia. Nesse ano, a editoria *Cotidiano* volta à liderança, com 45%, deixando o *Mundo* em segundo lugar, com 34%, seguido de 5% de *Brasil*, 5% de *Ilustrada*, 5% de *Primeira Página*, 4% de *Opinião*, 2% de *Informática* e 1% de *Folhateen* (primeira e única aparição). A maior parte das notícias continuou sendo *criminal/factual*, com 55%.

Contudo, um novo tipo de notícia aparece. Como 2002 foi ano dos escândalos sexuais da Igreja, especialmente no concernente à pedofilia, surgiram reportagens, cujo objetivo era a crítica ou a discussão da ideologia cristã e, principalmente, das atitudes referentes às instituições católicas em relação às soluções tomadas. Sendo assim, 27% das notícias referiam-se a questões como essas que se originaram a partir dos escândalos da pedofilia. O tipo de notícia predominante continuou sendo *criminal/factual*, com 55%, seguida pela *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, que caiu de 18% para 8%. As taxas restantes distribuíram-se em 8% para *outros*, 1% para *proibição por apologia* e o reaparecimento da *explicação psicológica: perfil do pedófilo*, com 2%.

A organização estatística dos lugares também se modificou. O *Brasil* passou a liderar as reportagens com 45% das ocorrências, seguido de 31% de *exterior/desenvolvido*, 4% de *Internet/Brasil*, 2% de *Internet/exterior*, 2% de *Internet/Mundo* e 2% de *exterior/subdesenvolvido*. Esse item não se aplicou a 15% dos casos. O tipo de criminoso

predominante foi, exatamente, o de *padres/bispos/religiosos*, com 50% das ocorrências. Depois, com 14%, os *estranhos*, seguido de 8% de *pedófilos indefinidos*, 6% de *médicos*, 5% de *policiais/militares/técnicos de futebol*, 5% de *familiares/vizinhos/conhecidos*, 2% de *celebridades*, 1% de *personalidades* e 1% de *pais*. Esse item *não foi aplicado* a 8% dos casos. O tipo de solução *não foi apresentado* em 44% dos casos, enquanto a *prisão* foi indicada em 42% deles. O *tratamento psicológico* foi mencionado em apenas 3% e outras medidas constituíram 11% dos casos. Como nos anos anteriores, com 53%, a maioria das reportagens não apresentou voz de autoridade, enquanto 20% deram voz a *autoridades religiosas*, 17% a *autoridades criminais* e 10% a *autoridades das ciências humanas*.

Portanto, o ano de 2002, apresentou um tema central que se relacionou com os escândalos de pedofilia na Igreja, dentre outros. As notícias distribuíram-se, basicamente, nas editorias de *Cotidiano*, em sua maioria, e de *Mundo*. As notícias de tipo *criminal/factual* continuaram como maioria, mas acompanhadas também com o surgimento das discussões de reformas da ideologia católica cristã, não mencionadas até então. O tipo de lugar mais citado foi o *Brasil*, com 45% contra os 18% do ano anterior, seguido pelo *exterior/desenvolvido* com 31%. As notícias relativas à pedofilia na Internet tiveram uma queda brusca de 46%, do ano anterior, para apenas 8%. Isso demonstra que as discussões e medidas relacionadas à pedofilia na Internet, tão significativas nos dois anos anteriores, foram ofuscadas pela pedofilia eclesiástica, que assumiu o foco em 2002. Afinal, esses crimes não ocorreram via Internet.

O tipo de criminoso mais recorrente foi o de *padres/religiosos/bispos*, que representou a metade dos casos, tomando a liderança dos pedófilos indefinidos e dos estranhos. Houve uma pequena inversão no tipo de tratamento/solução, uma vez que as reportagens que *não apresentaram* foram mais numerosas do que aquelas que sugeriam a *prisão*. Em relação à apresentação de vozes de autoridade, a maioria continua sem aparecer, havendo, no entanto, um aumento das vozes das autoridades religiosas e das autoridades das ciências humanas e uma queda das vozes das autoridades criminais.

Cabe ressaltar que a volta do *Brasil* na liderança de tipo de lugar voltou a ser acompanhada pela volta da predominância da editoria *Cotidiano* e queda de *Mundo*. O *exterior/desenvolvido*, com 31%, também apresentou muitos casos de pedofilia na Igreja, sendo um caso ocorrido em Boston, Estados Unidos, do padre que abusou de 130 crianças

em três décadas, o estopim do assunto na mídia. Logo, somente após a publicação desse tipo de escândalo em país desenvolvido começou a surgir a divulgação dos casos brasileiros.

2003	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	4%	0%	39%	0%	21%	23%	21%
2	0%	0%	2%	11%	14%	67%	74%
3	33%	60%	25%	18%	16%	0%	2%
4	33%	19%	9%	14%	0%	0%	4%
5	12%	0%	19%	58%	0%	0%	
6	0%	12%	4%		4%	11%	
7	4%	9%	4%		7%		
8	14%				0%		
9	0%				28%		
10	0%				7%		
11	0%				0%		
12					4%		

O ano de 2003, que representa 14% do total, já demonstra um contexto um pouco diferente do ano anterior. Entre as editorias mais recorrentes, há um empate entre *Cotiano e Mundo*, com 33% cada uma. A editoria de *Informática* apresenta um aumento significativo de 2% para 14%, a *Ilustrada* aparece em 12% das ocorrências, a *Primeira Página* em 4% e o *Brasil* em 4%. O tipo de crime que mais aparece continua sendo o *criminal/factual*, com 60%, seguido do *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*, com 19%, *outros*, com 12% e *discussão/crítica à instituição católica ou pronunciamentos da própria Igreja, decorrentes dos escândalos de pedofilia*, com 9%.

O tipo de lugar passou por uma inversão, já que o *exterior/desenvolvido* apareceu na maioria das ocorrências, com 39%, enquanto o *Brasil* obteve uma queda de 45% para 25%. O *exterior/subdesenvolvido* permaneceu com 2%, *Internet/exterior* subiu de 2% para 9%, *Internet/Brasil*, aumentou de 4% para 19% e *Internet/Mundo* foi de 2% para 4%. Outros tipos de notícia representaram 4%.

O tipo de criminoso mais comum voltou a ser o pedófilo *indefinido*, com 28%, seguido de *religiosos/padres/bispos*, com 21%, *personalidades*, com 16%, *celebridades*, com 14%, 7% de *estranhos*, 4% de *professores/diretores/monitores* e 4% de *médicos*. Esse item não se aplicou a 7% dos casos. O tipo de solução mais indicado foi a *prisão*, com 67%, contra os 23% de *não apresentação de tratamentos* e os 11% de *alternativas (outros)*.



Como em todos os outros anos, a maior parte das reportagens não apresentou voz de autoridade, constituindo 74% das ocorrências, enquanto das 27% apresentadas, 21% eram vozes de autoridades criminais, 4% de autoridades religiosas e 2% de autoridades das ciências humanas.

Logo, em 2003, observa-se esse empate entre as editorias de *Cotidiano* e *Mundo*, uma predominância de notícias de tipo *criminal/factual* e um relativo aumento das reportagens de *criminal/projetos de lei ou aplicação da lei*. O lugar mais citado foi o *exterior/desenvolvido*, seguido pelo *Brasil*, que teve uma queda brusca em relação a 2002. No entanto, as discussões concernentes ao campo cibernético voltaram a ter significativa presença, representando 32% do tipo de lugar, contra os 8% anteriores, sendo que a *Internet/Brasil* representou 19% dessa fatia. Isso explica o aumento da taxa da editoria Informática de 2% pra 14%. O tipo de criminoso mais comum voltou a ser o pedófilo *indefinido*. No entanto, os *padres/bispos/religiosos* ainda apresentaram uma taxa significativa, devendo-se ressaltar, ainda, o aumento do número de criminoso dos tipos *celebridades* (de 2% para 14%) e *personalidades* (de 1% para 16%). O tipo de solução mais recorrente foi a *prisão*, havendo uma queda de 44% para 23% das *soluções inexistentes*. Como nos outros anos, a maioria das reportagens não apresentou voz de autoridade, havendo ainda um aumento de 53% para 74%.

Após observar-se essa trajetória, pode-se afirmar que, de fato, a pedofilia passa a fazer parte das pautas do dia a partir do momento em que acontecimentos criminosos de abuso sexual infantil ocorrem no exterior desenvolvido. Isso acontece, porque, geralmente, as pessoas associam crimes desse tipo a países de Terceiro Mundo, repletos de pobreza, violência, redutos do turismo sexual, fornecedor de pessoas (em tráfico), entre outros. Ao acontecer um caso belga, cometido por um pedófilo em liberdade após relaxamento de pena, no qual ele, reincidentemente, seqüestra crianças, trata-as como escravas sexuais, as deixa morrer por inanição e as enterra no jardim de sua casa<sup>6</sup>, o mundo choca-se e as pessoas não acreditam como um caso como esse pôde ocorrer em um país desenvolvido.

Logo, vira assunto preferencial das manchetes. Uma série de reportagens é publicada relativa a esse caso específico e, após, começam a surgir outras matérias de pedofilia que, conclusivamente, fazem analogia ao caso belga. Casos relativos a países

---

<sup>6</sup> Folha de São Paulo, agosto de 1996.

desenvolvidos, passam a dominar o tema nos jornais, em 1996 e 1997, com uma participação de casos nacionais muito pequena.

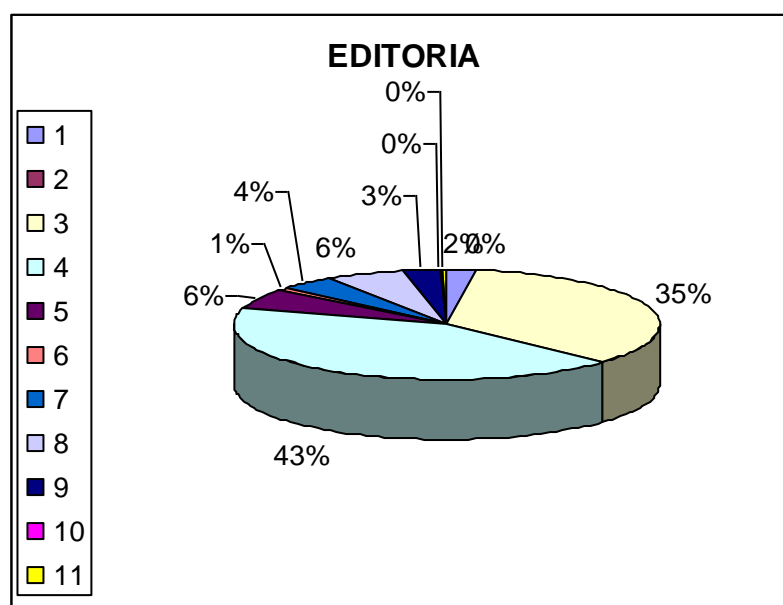
Lançada a discussão da pedofilia, facilmente entra em cena a modalidade que causa maior dificuldade e polêmica nesse tipo de crime: a pedofilia na *Internet*, que penetra timidamente, nos referidos anos, nos assuntos do jornal, engendrando um novo tipo de discussão. Em 1998, os casos internacionais, ocorridos em países desenvolvidos, continuam ocupando a maioria do espaço, com o Brasil já apresentando uma maior inserção, principalmente no campo da *Internet*. Inserção essa, até mesmo no que diz respeito à *Internet*, menor do que a do exterior.

Contudo, em 1999, o quadro se modifica abruptamente. O Brasil passa a liderar o assunto da pedofilia no jornal, não só em casos concretos, como, principalmente, nos relativos à Internet. Nos anos anteriores, o exterior desenvolvido dominava o espaço e também as investigações, principalmente, as concernentes à Internet. Esse movimento logo traz à tona a alta participação do Brasil nos casos de pedofilia cibernética, principalmente, de pornografia infantil, sua produção e sua distribuição. O problema rapidamente é trazido às autoridades nacionais, que enfrentam graves problemas com esse novo tipo de mídia, uma vez que havia Estados, cujos órgãos competentes, na época, sequer estavam conectados à rede. Dessa forma, a *Internet*, a pedofilia e suas implicações passaram a fazer parte da pauta do jornal, sob uma visão nacional, cotidianamente, o que explica o aumento da editoria *Cotidiano* de 17% para 73% e a queda da editoria *Mundo* de 67% para 2%. Em 2000, o quadro apresenta-se relativamente estável. No entanto, a questão da *Internet* no Brasil perde espaço para casos mais concretos. Sendo assim, uma inserção nacional que se intensificou a partir da *Internet*, abriu espaço para a pedofilia em geral.

Em 2001, as notícias dos países desenvolvidos passaram a ser predominantes, mas sem grandes diferenças de números em relação ao Brasil. Os assuntos referentes à pedofilia na *Internet* representaram 46%. Aliás, observa-se, a partir desse ano, um movimento de relativo equilíbrio entre *Cotidiano* e *Mundo* e as notícias nacionais e internacionais. Equilíbrio esse que se evidencia em 2003, no qual o Brasil e o exterior apresentam, aproximadamente, um mesmo número de notícias, diferenciando-se apenas os ocorridos na *Internet* e os não (já que no exterior aparecem menos casos relacionados a essa mídia do que no Brasil). O único rompimento que se apresenta entre esses anos é o ano de 2002, um

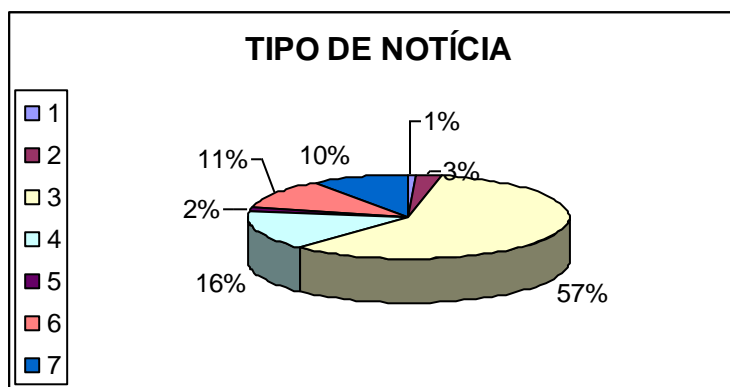
parênteses nessa história, que divulga intensamente o problema da pedofilia na Igreja, apresentando mais casos nacionais do que internacionais e todo um grupo de questões bem específico.

Resta, por último, a apresentação total dos dados, como resultado geral da pesquisa, o que traz algumas perguntas e reflexões. Essa análise geral dos dados mostra um panorama mais palpável, uma vez que as análises por ano ficam muito restritas ao contexto daquele ano, ou seja, àquele número específico de reportagens que podem representar muito ou pouco do total. Por isso, sua utilização tem o intuito maior de gerar uma apreensão mais evidente da trajetória do assunto na década. As estatísticas finais serão apresentadas em ordem de classificação e dispostas em gráficos, a fim de facilitar a visualização das distribuições.



A editoria mais recorrente foi a de *Cotidiano*, com 42%, significando que a pedofilia, de alguma forma, passou a ser um assunto comum, do dia-a-dia, tanto que comportou notícias não só nacionais como também internacionais, relacionadas à *Internet* ou não. Em segundo lugar, ficou a editoria *Mundo*, com uma porcentagem um pouco menor, 35%. A maioria das notícias contidas nessa editoria referia-se a casos internacionais, especialmente, de países desenvolvidos. Logo após, ficaram as editorias

*Ilustrada* com 6% , *Informática*, também com 6%, *Primeira Página*, com 4%, *Opinião*, com 3%, e *Brasil*, com apenas 2%.



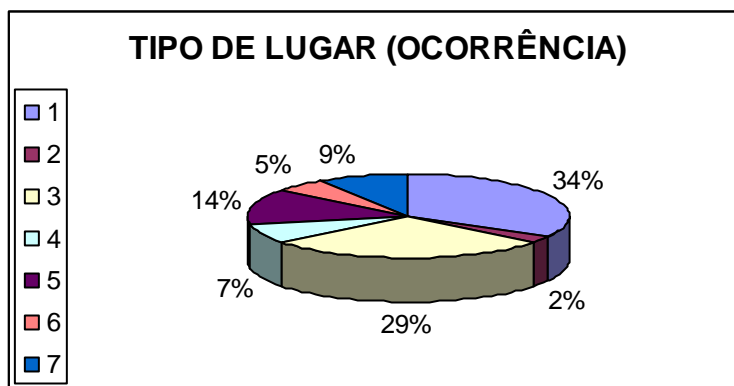
O tipo de notícia traz um dado muito interessante e impressionante. A maioria, ou seja, 58% das reportagens, era do tipo *criminal/factual*, isto é, tratava os casos sob a ótica do crime, da polícia, com quadros completos compostos por vítimas, criminosos, autoridades, testemunhas, entre outros. Reflete, reforça e inspira um repúdio por parte da sociedade à pedofilia que, antes de uma doença, um distúrbio, um desvio, é um crime abominável que atinge criaturas inocentes e sem defesa. Por isso, os pedófilos devem ser punidos de forma imediata. Em segundo lugar, está o tipo *criminal/projetos de lei ou aplicação de leis*, com 16%. Esse item, também relacionado ao crime, refere-se às reportagens que mostraram discussões acerca da legislação, criação de projetos de lei, mudanças na constituição, manifestações em favor da aplicação da lei, entre outros, todos engendrados por casos de pedofilia. A partir daí, tem-se um total de criminal de 74%. A *discussão/crítica à instituição católica ou pronunciamentos da própria Igreja, decorrentes dos escândalos de pedofilia* representou 10% do total, demonstrando o papel incisivo da pedofilia no enfraquecimento dos alicerces da Igreja Católica. Esse item é mais um reflexo dos casos de padres pedófilos que se enquadraram no tipo *criminal/factual*, acima explicitado. Apenas 2% dos casos referiam-se à *proibição ou suspensão por apologia à pedofilia*.

Contudo, o que mais chama a atenção é o fato da explicação *psicológica: perfil do pedófilo e explicação psicológica: danos para a vítima* apresentarem taxas totalmente

inexpressivas, com 3% e 1%, respectivamente. Essas faixas apenas corroboram a pedofilia como pertencente à área criminal. Isso significa que não se deseja que o pedófilo seja estudado ou entendido, mas sim isolado do convívio social, a fim de não corromper mais crianças inocentes. Não há um interesse em combater o problema da pedofilia em nível psicológico e, muito menos, pesquisá-lo em nível acadêmico, mas sim em puni-lo unicamente de forma criminal. No jornal, o pedófilo é um monstro, algo do universo do não-humano, que deve ser extirpado da sociedade.

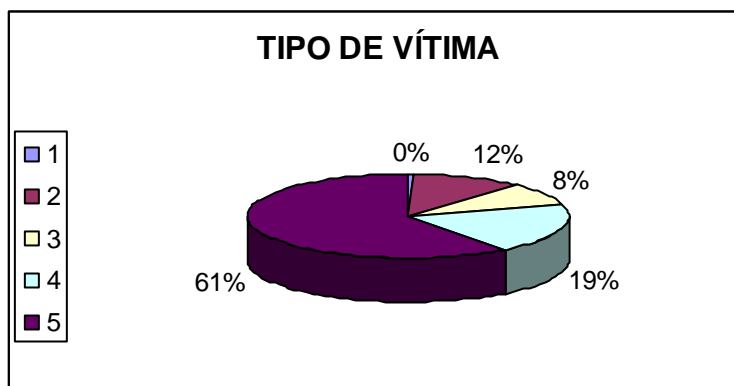
O motivo parece ser o que está subentendido por toda a sociedade contemporânea e por todo ser em sã consciência: as crianças inocentes e puras merecem e devem ser felizes em sua individualidade, sem qualquer tipo de corrupção. Essa noção não é explicada pelo jornal, uma vez que já faz parte do contexto no qual ele se insere, visto que apenas ínfimo 1% representa a explicação dos danos para a vítima. Explicações essas que defendem os direitos da criança de maneira geral e acabam deixando de lado as pesquisas científicas que demonstram as reais conseqüências do abuso. O abuso sexual infantil tem sim conseqüências muito negativas, mas que as pessoas reduzem a simples expressão que parece ser o mote de defesa em favor da criança: traumas emocionais e psicológicos. O temível trauma, que parece estar à espreita vigiando as crianças junto com os pedófilos.

Isso talvez explique a falta de informações nos jornais a esse respeito, pois se as crianças e seus traumas são as preocupações maiores na pedofilia, o que explicaria tão poucas notícias que se aprofundem sobre as conseqüências do ato horrendo? Provavelmente, as relações subjetivas que regem a sociedade atual, nas quais está tão disseminado que os traumas na infância criam um adulto infeliz, geram uma sensação na qual se acredita não haver mais o que discutir ou esmiuçar sobre isso. Sendo assim, basta extinguir os criminosos e proteger ao máximo as crianças dos temíveis traumas. Ocorre que essa solução simplista não resolve o problema e os estudos e pesquisas devem ser feitos sim e divulgados para a sociedade. Ainda há muitas lacunas nesse campo de pesquisa. O jornal é também um importante meio de informar a população e muni-la das ferramentas necessárias para uma reflexão real e aprofundada do assunto.



O tipo de lugar revela um maior número de notícias relacionadas ao *exterior/desenvolvido*, com 33% dos casos. Contudo, isso não significa que as ocorrências situadas nos países desenvolvidos ocuparam de forma abrangente as reportagens do jornal. O *Brasil* ocupa 29% desse total, estando bastante próximo do *exterior/desenvolvido*. Muito abaixo de ambos, encontram-se os países de tipo *exterior/subdesenvolvido* que, com 2%, praticamente não apareceram no jornal. Em terceiro lugar, está a *Internet/Brasil*, com 14% dos casos. Um número significativo se comparado aos 7% referentes à *Internet/exterior* e aos 5% relativos à *Internet/Mundo*. Ainda sim, juntando-se as notícias referentes, unicamente, à Internet, de forma mais geral, elas ocupam 26% do total.

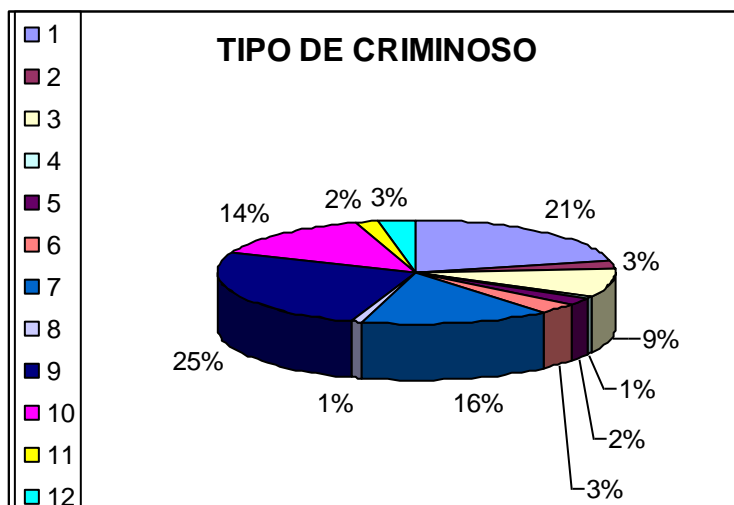
Outro ponto a ser observado é que a soma das notícias referentes ao Brasil (com Internet e sem) equivale a 43%, enquanto o total relativo ao exterior equivale a 42%. Sendo assim, em termos gerais, os dois tipos de notícias apresentam um equilíbrio. Contudo, vale ressaltar que foram as notícias de pedofilia ocorridas em países desenvolvidos as responsáveis pela introdução das reportagens de cunho nacional, como pôde ser observado na análise anterior que explicita a trajetória do assunto no decorrer dos anos pesquisados. Sendo assim, esse equilíbrio relativo que se apresenta no resultado final, percorreu variações na passagem dos anos, como mostrado anteriormente.



O tipo de vítima foi uma categoria criada com o objetivo de identificar a faixa etária mais comum nos crimes de pedofilia. De acordo com o resultado geral da pesquisa, 8% das vítimas enquadraram-se na faixa de *13-17 anos*, mais comumente denominada de adolescência, 11% localizavam-se na faixa etária escolar, ou seja, de *5-12 anos*, enquanto a faixa pré-escolar, *0-4 anos*, praticamente não foi mencionada. Em 19% dos casos, esse item *não se aplicou*, pois a reportagem não falava de vítima.

Contudo, a pesquisa revelou um dado que praticamente inutilizou essa categoria no que condiz à definição etária. Na maior parte dos casos, mais precisamente, 61%, as vítimas não foram definidas, sendo denominadas como “várias crianças e adolescentes”, por exemplo. Alguns até citavam que dentre as inúmeras vítimas encontravam-se até mesmo bebês de seis meses ou crianças de certa idade, entre outros, sem dar uma definição mais geral das reais faixas etárias.

O fato de as reportagens não diferenciarem a idade das vítimas reforça o papel central que a criança assume para a sociedade, pois independente da faixa etária, ela será traumatizada de qualquer forma e o pedófilo será um monstro de qualquer jeito. Essa indefinição corrobora ainda a idéia de que toda e qualquer criança é uma vítima em potencial. Essa categoria, portanto, não permitiu uma análise decisiva da utilização das faixas etárias nas reportagens. Geralmente, as idades, quando eram identificadas, tinham a intenção menos de dar uma noção da faixa etária do que de chocar pela monstruosidade do pedófilo.



A categoria tipo de criminoso mostrou 25% dos pedófilos como *indefinidos*, ou seja, não foram identificados de forma alguma (sem nome, profissão, entre outros dados). O segundo item de maior taxa foi o de *religiosos* (*padres, bispos, entre outros*), com 21%, ressaltando-se que o ano de 2002 foi o de maior incidência, com metade das notícias dessa categoria referindo-se a esse quesito. Com 16% estavam os pedófilos *estranhos* (*em relação à família e à criança*), ou seja, criminosos identificados, mas sem nenhuma relação cotidiana aparente com a família ou com a criança. Com 9% estavam as *personalidades* (*autores, músicos, políticos, juízes, entre outros*). Com 3%, encontraram-se três tipos: *professores/ diretores/ monitores, celebridades e médicos* (*pediatras, psicoterapeutas, entre outros*). *Militares* (*soldados, policiais, etc*)/ *técnico esportivo* e *familiares/ vizinhos/ conhecidos* concentraram 2% dos casos cada um. Por último, com apenas 1%, estavam os *pais* pedófilos. Esse item *não se aplicou* a 14% das ocorrências.

Esse item corrobora a inversão pós-moderna de poder e sexualidade explicitada por Bauman, como visto no item 3.3. Padres, pais, professores, familiares, policiais, médicos e técnicos são figuras de autoridade que exercem papel fundamental no desenvolvimento dessa criança. São pessoas encarregadas de ensiná-las, monitorá-las, protegê-las, a fim de salvaguardar os direitos dessas crianças e garantir a felicidade delas, ou seja, uma infância livre de traumas. São, inclusive, profissões cuja execução demanda contato constante e intensivo com crianças. Celebidades e personalidades também são pessoas que exercem papel de autoridade, pois têm a obrigação, pela posição que ocupam, de zelar pelos direitos



dessas crianças, principalmente, políticos, juízes, entre outros. Além disso, servem de exemplo e, muitas vezes, são objetos de admiração dessas crianças, especialmente, celebridades, como o Michael Jackson, por exemplo.

Figuras assim representam, na pesquisa, 44% dos criminosos. Uma comprovação da idéia pós-moderna de Bauman, pois em vez de a criança desejar aqueles que estão em posição de poder em relação a ela, como mostrava a análise moderna foucaltiana de poder e sexualidade, são essas imbuídas do poder que desejam o seu oposto. Sendo assim, atualmente, são os pais que desejam aos filhos, os professores aos alunos, os pediatras às crianças, os técnicos esportivos aos seus aspirantes a atletas, entre outros.

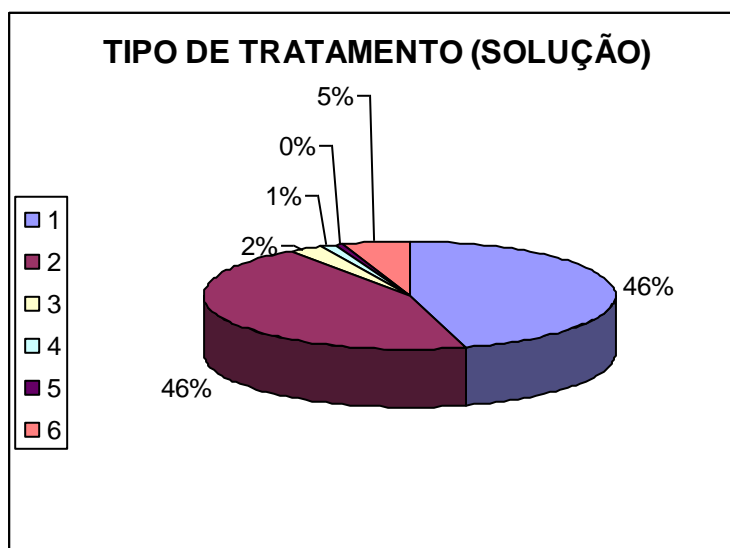
É muito interessante encontrar na atualidade provas concretas que reforçam teorias, como o jornal corroborou a de Bauman. Contudo, ao demonstrar-se um espaço carente de informações concretas, derivadas de pesquisas sérias sobre o assunto, o jornal passa a fazer parte da propagação de uma alarmante sensação na qual a pedofilia parece estar ocorrendo a todo o momento, em todo lugar. É a idéia contemporânea, mostrada por Bauman, na qual todas as crianças são vítimas em potencial, ou seja, passam de crianças-sujeito a crianças-objeto.

Se, por um lado, o jornal corrobora a inversão de Bauman, por outro, traz uma contradição. Segundo a pesquisadora Carla Faiman (2004), a maioria dos abusadores é composta por conhecidos da vítima e não por estranhos. No entanto, dessa faixa de conhecidos, 50% é cometido por familiares da vítima e, principalmente, por pais. Um número bastante alto, dentro do contexto, mas não comprovado pelas informações do jornal, nas quais apenas 3% dos 44% de conhecidos, são compostos por familiares e pais.

Naturalmente, a denúncia de abuso sexual infantil por parte da criança torna-se ainda mais escassa na situação em que os abusadores são os pais. Os motivos são praticamente óbvios, já que a primeira figura a quem a criança costuma recorrer é a do pai ou da mãe, pelo papel que representam na educação, na proteção, na segurança, enfim, no desenvolvimento bio-psico-social da criança. Esse é um dos pontos que traz dificuldade na confirmação estatística dos abusos.

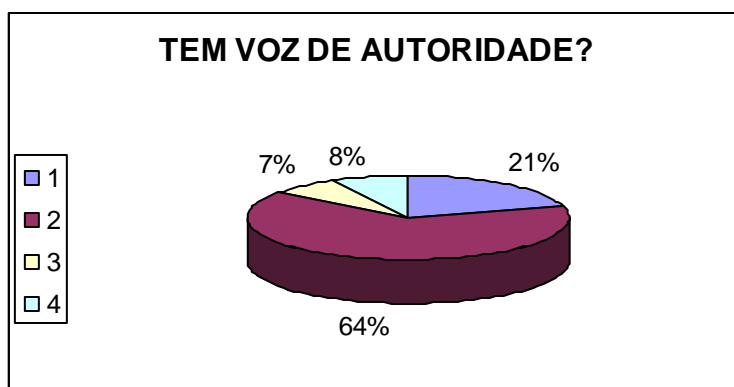
O fato de o jornal não refletir a estimativa dessa pesquisadora, que se baseou em anos de pesquisas sobre o assunto, traz alguns questionamentos. O jornal, especialmente, a *Folha de São Paulo*, é um veículo de comunicação que se destina, especialmente, para um

contexto familiar brasileiro. Um jornal que se volta para a família, principalmente, as de classes média e alta. Talvez haja um cuidado na abordagem de assuntos que demonstrem uma intensa desestruturação familiar decorrente de motivos tão chocantes e sórdidos a fim de não trazer acontecimentos desagradáveis a esse público leitor. Não que o jornal tenha o sublime interesse em “poupar” o caro leitor, mas sim o de não afastá-lo pela violência sugerida ou pela margem de interpretação equivocadamente sensacionalista. Sendo assim, ele tira a desconfiança que surgiria no seio da família para fora dela, para os outros: padres, técnicos esportivos, professores, médicos, entre outros. Que o pedófilo seja conhecido, mas que não seja da família. Enfim, é um dos pontos, dentre inúmeros, que reclamam pesquisas mais aprofundadas e reflexões consecutivas.



O nono item diz respeito ao tipo de tratamento ou solução informada pelos jornais. Houve um empate de 46% entre os que *não apresentavam a solução* escolhida e entre os que determinavam a *prisão*. Os 46% destinados à reclusão são muito superiores aos 2% de *tratamento psiquiátrico / tratamento psicológico*, 1% de *cuidados/ vigilância extra-prisão (como monitoramento eletrônico ou por meio de policiais, entre outros)* e 0% de *medicamentos/ fármacos (como castradores químicos, por exemplo)* que sumiram nas estatísticas aproximadas por quase não terem sido citados. Os *outros* contaram com 5% das estatísticas.

O resultado apenas reflete a predominância da ótica criminal conferida à pedofilia na maioria das reportagens. Se o pedófilo é visto como um monstro criminoso, ele deve ser preso, isolado da sociedade, pois o risco que paira sobre **nossas** crianças deve ser evitado através da reclusão. A baixa taxa de tratamento psicológico/tratamento psiquiátrico reflete, igualmente, a inexpressividade das explicações psicológicas nas notícias e, portanto, uma despreocupação com esse aspecto da pedofilia.



O último item quantitativo diz respeito à voz de autoridade. A maior parte das reportagens pesquisadas, ou seja, 64%, não apresenta voz de autoridade, isto é, não consta com nenhuma fala ou argumentação literal de autoridades. Dos 36% restantes, 21% referiam-se a *vozes de autoridades criminais*, reforçando o viés da pedofilia como crime. Apenas 7% representaram *vozes de autoridades das ciências humanas*, o que comporta os pesquisadores relativos a essa área, indispensáveis à elaboração de questionamentos, execução de pesquisas e discussões e reflexões profundas acerca dessa problemática. As *vozes de autoridades religiosas* são ainda maiores que a das ciências humanas, com 8%. Isso significa que à explicação ou argumentação religiosa foi conferida quase a mesma importância do que à científica. Sendo assim, o jornal reflete que para a maioria das pessoas, pelo menos as ligadas ao seu público-alvo, a religião ainda assume um papel de destaque se comparado à ciência. Contudo, cabe lembrar que acima dessas duas encontra-se o viés criminal.

Essa categoria mostra que, em grande parte, o jornal se coloca como a grande voz de autoridade, assumindo uma postura, até mesmo, de juiz da sociedade e, principalmente, de detentor da verdade. Um dado muito interessante na medida em que evidencia a

pretensão do jornal em se colocar como uma autoridade, ao mesmo tempo em que reflete a aceitação dessa posição por parte do público leitor. O ideal seria que ele informasse e, por isso, desse voz a todos os personagens da história, funcionando apenas como mediador, pois, dessa forma, estaria munindo a população das ferramentas necessárias para a produção de questionamentos e reflexões e para a apreensão real do problema.

## 5.2 – Aspectos Qualitativos

As reportagens sobre a pedofilia não se subordinam apenas a dados quantitativos. A construção do texto jornalístico passa pela escolha de palavras, de maneiras de contar, de descrições angulares que compõem o aspecto qualitativo da matéria e contribuem para a construção da representação social e da significação dos personagens, dos fatos e do contexto no qual se inserem.

A análise qualitativa dessa pesquisa buscou contemplar a descrição feita pelo jornal do pedófilo, através de suas idéias e de seus atos, da vítima, a partir do seu terrível sofrimento e da indignação do público, expressa pela revolta e pelo choque. Para isso, foram utilizados quatro tipos de categorias<sup>7</sup>.

A primeira pedia a *descrição do horror do pedófilo (seu lado "monstruoso")*, caso a reportagem apresentasse. A segunda pedia a *descrição do horror do ato criminoso*, caso a reportagem apresentasse. A terceira pedia a *descrição do sofrimento da vítima*, caso a reportagem apresentasse. A quarta e última categoria pedia a *descrição da indignação do público*, caso a reportagem apresentasse.

A primeira categoria serviu para demonstrar como era sedimentada essa imagem do pedófilo como um (não)-ser da esfera do não-humano, do monstruoso, expressa por suas idéias perversas e cruéis, como se as crianças fossem meros objetos, sem vida e sem realidade. Algumas das descrições do horror do pedófilo optaram por utilizar as idades ou a condição física das vítimas a fim de mostrar o tamanho da monstruosidade. Dessa forma,

---

<sup>7</sup> As descrições colhidas podem ser consultadas integralmente no Anexo III. As descrições escolhidas como exemplo nesse item estão devidamente identificadas na tabela.

citavam bebês ainda ou crianças muito pequenas bem como infantes portadores de deficiências, entre outros, em descrições do tipo:

- “Algumas das 16 crianças envolvidas tinham apenas seis meses quando, supostamente, começaram a sofrer abuso sexual”.
- “Uma fotografia apreendida mostra um bebê de quatro meses sofrendo abusos sexuais”.
- “Incapazes de correr, meninas paralíticas foram estupradas por soldados em Angola”.

Além disso, eram usadas a frieza ou ironia do pedófilo diante de seus atos e a sua monstruosidade em trocar alimentos, brindes, entre outros, por sexo, como podem ser vistos em algumas descrições como:

- “Dutroux disse à polícia que ‘coisas interessantes’(grifo do jornal) seriam encontradas durante as escavações em algumas de suas seis casas”.
- “...o casal teria dito poder sumir com o cadáver de uma criança por adicional equivalente a US\$ 1.580”.
- “Uma das fitas era uma edição dos melhores momentos dele”.
- “Os pedófilos buscam principalmente um relacionamento sexual, mas ainda assim de uma maneira a respeitar a criança, sem forçá-la a nada.”. ”A sociedade pode nos privar, condenar... mas nunca, nunca... poderá nos tirar o DESEJO que sentimos pelos meninos" (destaque dado pelo jornal).
- “Para convencer as mães a deixar as crianças sozinhas no estúdio, o radialista prometia dar brindes, como camisetas e videogames. Ele dizia que, para isso, elas teriam de ir sozinhas ao local...”.
- “Elas contaram à polícia que sofreram abuso sexual em troca de doações de cestas básicas de alimentos e outras ajudas para suas famílias.”

Outra maneira de demonstrar a monstruosidade dos pedófilos foi descrever regras para ingresso em clubes de pedofilia bem como negociação de vídeos de pornografia infantil, além de produção de diários ou cartilhas referentes ao abuso, como por exemplo:

- “...para ser aceito como membro do clube de pedófilos os candidatos tinham que comprovar a posse de um arquivo de, pelo menos, 10 mil imagens ‘indecentes’(grifo do jornal) e não repetidas de crianças.”

- "...uma das condições para ingressar no Wonderland era ceder pelo menos 10 mil fotos de conteúdo pedófilo para o clube. Se não dispusessem do material, os interessados deveriam oferecer seus filhos para serem fotografados sendo submetidos a abusos sexuais".
- "Os preços das fitas de vídeo ou CDs variavam entre US\$ 400 e US\$ 6.000, dependendo do tipo de filme pedido \_quanto mais medonho, mais caro".
- "A principal prova em sua acusação é um diário de mais de 800 páginas em que ele revela ter feito sexo com meninos enquanto era portador de doenças venéreas e ter ensinado alguns até mesmo a injetar drogas".

Algumas reportagens relatam ainda as ameaças feitas por eles às crianças através do uso de seu papel de autoridade e, muitas vezes, do uso do ambiente de trabalho ou seus instrumentos para facilitar a execução do abuso. Exemplos desses casos podem ser vistos nas seguintes descrições:

- "Ele as levava à favela perto dali e mostrava pessoas com armas, dizendo que eram seus conhecidos e que eles matariam seus pais caso contassem o que estava acontecendo"
- "Entre os presos há uma inspetora de escola suspeita de permitir que pedófilos usassem as salas de aula para filmar cenas de sexo com crianças".
- "...encontrou ontem, no lixo do consultório do pediatra Eugenio Chipkevitch, 17 frascos vazios do pré-anestésico Dormonid. A droga faz com que o paciente perca o controle dos movimentos, deixando-o quase em estado letárgico".
- "...e o de um terceiro padre que afirmava ser Cristo para convencer adolescentes que se preparavam para virar freiras a manter relações sexuais com ele".

Como pôde ser observado na transcrição de algumas descrições apresentadas pelo jornal, houve várias maneiras de demonstrar o horror da monstruosidade dos pedófilos. Esses trechos incomodam de forma desagradável e intensa ao leitor. É também um reflexo e um reforço da pedofilia como crime hediondo, afinal, ao ler-se informações desse tipo, a reação instantânea da maioria dos leitores é desejar que monstros como esses sejam banidos da sociedade.

A segunda categoria ainda é muito ligada à primeira, porque a descrição do ato revolta e choca da mesma maneira que a descrição do horror da monstruosidade do pedófilo. Na verdade, ambas as categorias se fundem, de maneira que a fronteira entre elas

é muito tênue. Algumas descrições, inclusive, poderiam fazer parte tanto da primeira categoria quanto da segunda.

Nessa categoria em questão, a descrição de alguns atos são tão cruéis e sofridos, que embasam o desejo de muitos em não só isolar o pedófilo da sociedade como extingui-lo da vida, fato que levou a linchamentos e protestos em países que publicaram listas de pedófilos em jornais, por exemplo. A seguir, algumas descrições desse tipo:

- “As meninas, seqüestradas no ano passado, foram violentadas e morreram de fome”.
- “...os adultos organizavam festas em que assistiam a filmes pornográficos antes de atacar as crianças. A avó usava ‘objetos de todo tipo’(grifo do jornal) para abusar sexualmente das crianças”.
- “...a descoberta revela violações de crianças muito pequenas, que provavelmente foram drogadas anteriormente”. “As fotos mostram crianças amarradas, sendo estupradas e abusadas”, contou Vervloesem.
- “As produções feitas nessa forma estão ocorrendo cada vez mais ao vivo, o que quer dizer que as crianças são estupradas e torturadas a pedido, com transmissão simultânea para os computadores de várias pessoas”.
- “Estupros de crianças transmitidos ao vivo. Fotos de bebês de 1 a 2 anos de idade sofrendo abuso sexual”.
- “...foram interceptadas fotos de crianças aparentando ter no máximo 3 anos. Algumas apareciam algemadas e em cenas de atentado violento ao pudor”.
- “Com eles foram apreendidas cerca de 40 mil fotos de crianças em situações de sexo das mais bizarras, sendo submetidas a práticas de sadismo, zoofilia (sexo com animais) e necrofilia”.
- “Os mais tenebrosos, identificados com o código ‘Necros Pedo’, exibiam crianças sendo estupradas e torturadas até morrer. Numa das imagens, um homem deitado no chão obrigava um menino nu a sentar-se sobre ele”.
- “Segundo ele, os jovens trabalhavam na casa e eram punidos com borrachadas de mangueira, colocados de joelhos ou trancados em quartos escuros”.
- “De acordo com a Delegacia da Mulher de Rio Branco, as meninas eram amordaçadas e amarradas antes de serem estupradas”.

A descrição dos atos passa do mero “crianças sofreram abusos sexuais”, que já revolta ao leitor, para o desenho completo do quadro horrendo, isto é, os detalhes, as cenas passam a povoar de forma específica o conteúdo imagético do leitor, impulsionando-o a um choque muito maior e, por isso, a uma revolta mais consistente e, geralmente, mais violenta. Mais uma vez, sedimenta a pedofilia como crime gravíssimo.

A terceira categoria complementa as anteriores na medida em que traz a descrição dos padecimentos do outro personagem dessa história, ou seja, da criança-vítima. Com as descrições anteriores, todos já imaginam o grande sofrimento da vítima engendrado pelo trauma. Contudo, ao descrever-se esse sofrimento sob o olhar da criança, ele torna-se muito mais real, doloroso e revoltante, pois sugam o leitor, emocionalmente, para mais próximo da criança e dão subsídios para a transposição de situações, nas quais o leitor se referencia pelo sofrimento das crianças de quem gosta como filhos, sobrinhos, entre outros.

A descrição do sofrimento envolve os danos físicos imediatos como os exemplos:

- “A juíza afirmou que a maioria das garotas que participavam de festas contraiu doenças venéreas, como sífilis”.
- “Uma delas, de 11 anos e que depôs anteontem, teve de ser submetida a uma cirurgia depois de um estupro que teria ocorrido no último sábado”.

Algumas descrições também mostram o sofrimento emocional imediato das crianças decorrentes dos atos e das ameaças, como os exemplos:

- “ ‘Costumava ficar em posição fetal chorando histericamente’ “, diz ele.
- “ ‘Nunca fui para o quartinho [no centro desportivo] por causa de dinheiro, mas porque ele ameaçava matar meu pai e minha mãe’ “.
- “ ‘Ele nos mandava tirar a roupa e dizia que ia bater na gente se não fizessemos aquilo (sexo)’ “.
- “Além dos requintes de sadismo no caso \_as meninas foram mantidas por um ano em um quarto e morreram de fome\_...”
- “...quando um dos meninos chegou em casa nervoso, querendo tomar banho. Ao inspecionar a roupa dele, diz a polícia, a mãe encontrou manchas no calção e na cueca do filho que podem ser sêmen”.



Por fim, o jornal também apresentou descrições de sofrimento em longo prazo que reforçam a idéia do trauma, isto é, ele sedimentou de forma absoluta que crianças abusadas tornam-se adultos corrompidos e infelizes, como pode ser visto no exemplo:

- “Ela atribui o suicídio de seu filho de 29 anos, em 1999, a abusos cometidos por um padre quando ele tinha 12 anos”.
- “ ‘Eu bloqueei essa experiência dentro de mim por anos. Tornei-me alcoólatra, deprimido e revoltado com meus pais’ “.
- “O efeito psicológico, segundo os estudiosos ouvidos, é devastador. Crises de depressão acompanhadas de perda da auto-estima. O resultado é que muitas meninas estupradas acabam entrando na prostituição”.

Enfim, as descrições do sofrimento da vítima foram contempladas em algumas reportagens, em seus aspectos físicos, emocionais a curto e longo prazo e psicológicos. O sofrimento ficou bem evidente e alicerçou-se na idéia central de que o abuso sexual infantil traz traumas imediatos e para a vida inteira, gerando, necessariamente, um adulto falido e infeliz.

Ele relata a realidade do sofrimento, que é uma verdade, mas sugere-o igual em todas as crianças vítimas de abusos, o que ainda não foi comprovado cientificamente. Traz estudos fragmentados e apresenta de forma superficial pontos que exigem ainda muita pesquisa e profundas reflexões. De fato, a descrição dos sofrimentos vem a endossar a revolta e a indignação do público em relação à pedofilia e a sua representação como crime.

A quarta e última categoria traz descrições que reforçam a indignação pública e a retira da esfera abstrata para torná-la objeto palpável, como se pôde observar em algumas descrições. É como se as afirmações representassem tudo aquilo que o público deseja falar, ou seja, através de uma pessoa, se expressa a voz de toda a sociedade “consciente”. As frases mais comuns foram as que qualificaram a pedofilia, como pôde ser observado em alguns trechos:

- “Para o governo acreano, a atitude de Rodrigues foi ‘**monstruosa e intolerável**’ (grifo do jornal) “.
- “ ‘Eu raramente vejo **crimes** tão **repugnantes**’ (grifo do jornal), disse Robert C. Bonner, comissário do Serviço Alfandegário”.
- “Acho que é uma **covardia** o que ele fez. Estamos chocados”.

- "...e a sociedade (patriarcal) percebe com maior clareza que deixar impunes **agressores tão monstruosos é absolutamente revoltante.**"
- " ‘ As páginas exibiam as coisas mais **sórdidas** possíveis’(grifo do jornal) “.
- " ‘A pedofilia é um dos **crimes mais abjetos** que podem existir’ (grifo do jornal)”.
- " ‘...o cônsul Arie Scher e o professor Georges Schteinberg causam desonra a ‘toda a comunidade judaica’.’**Estamos chocados, estamos envergonhados, estamos nauseados**’ (grifo do jornal)”.
- " ‘É o **apocalipse. Não sei o que sobra do ser humano depois disso**’ (grifo do jornal)”.
- " ‘Devido ao meu trabalho, recebo materiais das denúncias... Eu tenho uma neta, sabe... Há fotos que eu nunca mais conseguirei esquecer’ (grifo do jornal)”.
- "Os **limites do horror** vão continuar sendo alargados com a assistência, embora não intencional, do progresso tecnológico"
- " ‘Já é tempo de a comunidade internacional reagir **à violência e à perversidade** que têm vitimado nossas crianças’ (grifo do jornal), disse o diretor geral da Unesco, Frederico Mayor.”
- " ‘O conteúdo de algumas dessas fitas reviraria o estômago de qualquer pessoa equilibrada. É um material **nojento**’(grifo do jornal), disse Stewardson”.
- " ‘Tocamos o **fundo do horror**’(grifo do jornal)”, disse um policial encarregado da investigação”.
- " ‘...é mais que a perversão sexual de alguns indivíduos que a uns inspiram horror, a outros, pena. É um negócio lucrativo, crime organizado em escala mundial com redes que sequestram, violam, vendem, matam. O que há de **mais sórdido, um baixo mundo repugnante.**”
- "... exploração sexual de crianças é um **câncer** que se espalha por todos o continentes”.
- "A Justiça da Bélgica está estudando a possibilidade de indicar um defensor público para Dutroux, 40. **Vários advogados negaram a causa até agora**”.

É impressionante como essas afirmações refletem o elo que é feito não só pelo jornal, mas pela sociedade, em geral, entre a pedofilia e o crime. Ressaltando-se que a pedofilia não é retratada como um crime qualquer, mas um crime específico ao qual, inclusive, é destinado uma gama de características que lhe são próprios como repugnante, sórdido, nojento, monstruoso, covarde, canceroso, apocalíptico, horrível, revoltante,

violento, perverso, entre outros. Um ato monstruoso a tal ponto, que chega a ser recusado por vários advogados.

Grande parte dessa indignação decorre não só do caráter repugnante da pedofilia mostrado acima nas descrições observadas, mas também por suas conseqüências diretas na corrupção da infância feliz e na perturbação da ordem. Motivos esses que levaram muitos a se revoltarem de forma tão intensa e alarmante, que passaram a desejar não só a punição e o isolamento do pedófilo do convívio social, como também a execução/morte desses seres não-humanos. Muitos almejavam a fazer justiça com as próprias mãos. Esse contexto pôde ser observado nas seguintes descrições:

- “ Para o tribunal, ‘como foram envolvidas crianças, o silêncio do senhor bispo supõe uma **excepcional perturbação da ordem pública**’ (grifo do jornal) “.
- “O interesse foi tão grande que o site ficou fora do ar por algumas horas ontem por excesso de tráfego. A lista (de pedófilos), que também foi postada no prédio do governo em Seul (capital do país), levou centenas de pessoas ao local”.
- “ ‘Sou a favor da publicação da lista com o nome das pessoas condenadas por pedofilia, pois é o único instrumento que temos para defender nossos filhos de pessoas que o Estado liberta depois de poucos anos de prisão’(grifo do jornal). ’E também para que as crianças possam **ser salvas da atrocidade de pessoas que deveriam estar isoladas do convívio social**’ (grifo do jornal) “.
- “Grupos de direita vêm defendendo **a pena de morte e a castração química** para condenados por crimes sexuais. Também exigem a **divulgação de seus nomes**”.
- “Mães e crianças carregando cartazes com dizeres como ‘**matem os pedófilos**’ e ‘**não os abriguem, enforcuem-nos**’ (grifo do jornal) marcham todas as noites e cercam as casas de pessoas suspeitas. ‘**Quero esses animais nojentos longe dos meus filhos**’(grifo do jornal)“.
- “O psiquiatra holandês Wim Wolters, especializado em violência sexual contra menores, analisou o material e disse: ‘Nunca na minha vida profissional vi cenas tão chocantes. **As crianças foram lesadas irreparavelmente**’(grifo do jornal) “.

A indignação do público verbalizada no jornal literalmente corrobora a pedofilia como objeto essencial e fundamentalmente criminal. Grande parte das descrições apresentadas pelo jornal, nas quatro categorias, contribui para a contextualização e a

compreensão da pedofilia como um ato, acima de tudo, criminoso e da esfera do não-humano, isto é, do monstruoso. As quatro categorias se complementam e se fundem em um processo no qual cada parte, seja sob a ótica do horror do pedófilo, do ato terrível, do sofrimento incontestável ou da indignação inevitável, assume e evidencia a criminalidade da pedofilia, a monstruosidade do pedófilo, a traumatização da vítima e a condenação pública como aspectos privilegiados na abordagem da pedofilia nesses dez anos, na *Folha de São Paulo*.

## 6 – Conclusão

A análise da abordagem da pedofilia na *Folha de São Paulo* trouxe um panorama que permite uma reflexão de como esse assunto está sendo configurado e, até mesmo, confirmado por grande parte da população, apresentando papéis e lugares já bem consolidados para cada um dos personagens dessa história, que habitam, freqüentemente, a cena do crime.

Como se pôde observar, o lugar destinado à pedofilia pelo jornal (e corroborado e aceito pelo público leitor) é o do crime, do ato horrendo que deve ser punido, legalmente, a todo custo. Além disso, viu-se o pedófilo personificado pelo demônio, pelo monstro, pelo não-humano e a criança representada pela vítima-objeto, praticamente sem voz, já que o jornal torna-se o porta-voz direto de seu sofrimento. Os grandes heróis passam a ser as autoridades policiais que conseguem prender os criminosos e o público assume o lugar do espectador e, por isso, da própria testemunha. O jornal dá o atestado da perversidade do ato e o público corrobora.

O jornal, como um mediador dos fatos, deve fazer chegar a população os múltiplos aspectos da pedofilia, buscando apresentar todas as suas facetas. Só assim cumpre sua função de democratizar a informação e munir o público leitor das ferramentas reais e necessárias para a discussão crítica do assunto. Esse veículo de comunicação, pela extensão que atinge, tem grande oportunidade através da sua ação de contribuir para o avanço das reflexões que essa temática exige.

Contudo, corroborar, reforçar e refletir estereótipos, propagando preconceitos, não só impossibilita esse tipo de avanço como retarda e impede a proposição de alternativas e soluções e, portanto, a reconstrução do ser humano e do ambiente no qual ele está inserido. Privilegiar um aspecto em detrimento dos outros, divulgando personagens com lugares pré-determinados e histórias quase sempre com ares de narrativa policial não contribui para a percepção dos debates e das pesquisas reais que envolvem o problema.

Prova disso, é que caso não se apresentasse nenhum respaldo teórico anterior ao estudo de caso, não se saberia, apenas pelas notícias analisadas, quanta discussão e polêmica cercam esse assunto. Uma pessoa que só se balizou nessas reportagens e não buscou nenhuma outra maneira de obter informação sobre essa temática, tem apenas a

certeza da pedofilia como crime, do pedófilo como criminoso não-humano e da criança como vítima-objeto.

Esse leitor não dispõe de material suficiente para desenvolver a idéia de que esse tema envolve aspectos muito mais abrangentes e complexos, que comportam anos de pesquisas, resultados discrepantes, disputas políticas e ideológicas, além de polêmicas infundáveis. O fato de o número de notícias relacionadas às tentativas de explicações psicológicas ser inexpressivo demonstra o quanto o jornal sedimenta as supostas verdades científicas que toda a sociedade pensa saber. Dessa forma, não há muito o que explicar. Toda a população sabe que o dano psicológico para a vítima do abuso, por exemplo, é o trauma e isso basta, tanto para o jornal quanto para o público leitor. Contudo, ao se estudar um pouco mais detalhadamente o trauma foi possível constatar o quanto esse conteúdo é complexo e quão poucas respostas consensuais se têm sobre o seu mecanismo e os seus danos.

Nessa análise fica evidente também a emersão do jornal como atestado de veracidade, voz de autoridade e juiz dos fatos. Ao se construir abordagens essencialmente criminais e assumir a maior parte dessa voz de autoridade, o jornal se coloca na posição de detentor da verdade e, por isso, como alguém em posição mais favorável para a observação dos fatos e para o seu julgamento. Uma atitude que não é imposta, mas sim aceita e reforçada pela atitude do público, que lhe confere esse status.

Sem dúvida, a maior divulgação da pedofilia pela *Folha de São Paulo* provocou uma inserção expressiva desse tema na população brasileira, sendo um dos meios decisivos para a sua difusão. Contanto, o que se desejou analisar também, era se essa maior publicação aumentava a real apreensão do assunto por parte da sociedade ou apenas o consolidava sob uma única ótica, um viés específico.

Todos os questionamentos e reflexões levantados no decorrer da pesquisa passam pela função dos meios de comunicação e, em específico, pelo papel desempenhado por esse jornal no recorte feito das notícias sobre a pedofilia. Sendo assim, a análise buscou contribuir para esse campo de pesquisa com informações, reflexões e, acima de tudo, perguntas, desejosas de engendrar novas idéias de pesquisas, aflorar discussões, enfim, abrir horizontes e vislumbrar futuras possibilidades no campo da comunicação. Foi apenas

um pequenino passo nesse extenso campo de estudos, que espera ter contribuído um pouco para gerar críticas reflexivas e perguntas produtivas.

Sendo assim, é imperioso que se realizem ainda muitas pesquisas e que elas possam ser estendidas não só a outros jornais impressos como também a outros meios de comunicação como telejornais e documentários, que também atingem a um número muito grande de pessoas e participam desse processo dinâmico de produção de subjetividades, construção de sentidos, significados e representações. Há muito que ser analisado, comparado e discutido, a fim de trazer mais informações, essenciais para alimentar discussões produtivas e profícuas que contribuam com os avanços dos estudos sobre a pedofilia e, principalmente, sobre a função a ser desempenhada pelos meios de comunicação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZARRAY, Mayte Raya & KOLLER, Sílvia Helena. *Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual*. Net, Rio Grande do Sul, set-dez 2005. SciELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf> Acesso em: 20 abr. 2006.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editora, 1997.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. *Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX*. Net, São Paulo, set.-dez. 2000. SciELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf> Acesso em: 25 mai. 2006.

BRASIL. Lei 8069 / 90. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

CALLIGARIS, Contardo. *A Fantasia do Pedófilo*. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 abr. 2002. Ilustrada, E8.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. *Abuso Sexual em Família: A Violência do Incesto à Luz da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda., 2004.

FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal, 2005.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

GAUCHET, Marcel. *The Disenchantment of the World: A Political History of Religion*. New Jersey: Princenton University Press, 1999.

HACKING, Ian. *Rewriting the Soul: Multiple Personality and The Sciences of Memory*. New Jersey: Princenton University Press, 1995.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI961292-EI306,00.html> Acesso em: 12 out. 2006.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editora, 2005.



MCNALLY, Richard J. *Remembering Trauma*. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

MIRANDA, Anderson. *Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet*. Net, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.censura.com.br/> Acesso em: 28 mai. 2006.

PÁDUA, Elza. *O Descaminho da Mulher: Uma Visão Jornalística do Discurso Feminino da Mulher na Atualidade*. 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Rio de Janeiro*.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROHDEN, Fabíola. *A Arte de Enganar a Natureza: Contracepção, Aborto e Infanticídio no Início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças de Abusos Sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2005.

SCHULTZ, Duane. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1975.

<b>TOTAL</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	2%	1%	33%	0%	21%	45%	21%
2	0%	3%	2%	11%	3%	45%	64%
3	35%	58%	29%	8%	9%	2%	7%
4	42%	16%	7%	19%	1%	1%	8%
5	6%	2%	14%	60%	2%	0%	
6	1%	11%	5%		3%	5%	
7	4%	10%	9%		16%		
8	6%				1%		
9	3%				26%		
10	0%				14%		
11	0%				2%		
12					3%		

<b>1994</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	25%	25%	75%	0%	0%	100%	25%
2	0%	25%	0%	0%	25%	0%	25%
3	0%	25%	0%	25%	0%	0%	50%
4	50%	0%	0%	25%	0%	0%	0%
5	0%	0%	0%	50%	0%	0%	
6	25%	25%	0%		0%	0%	
7	0%	0%	25%		0%		
8	0%				25%		
9	0%				0%		
10	0%				50%		
11	0%				0%		
12					0%		

<b>1995</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
2	0%	0%	75%	0%	0%	0%	100%
3	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
4	50%	25%	0%	100%	0%	0%	0%
5	25%	75%	25%	0%	0%	0%	
6	0%	0%	0%		0%	0%	
7	0%	0%	0%		0%		
8	0%				0%		
9	0%				0%		
10	0%				100%		
11	0%				0%		
12	0%				0%		

<b>1996</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	0%	3%	73%	0%	3%	43%	13%
2	0%	3%	5%	13%	0%	53%	80%
3	73%	58%	15%	5%	20%	0%	8%
4	13%	30%	8%	13%	0%	5%	0%
5	3%	3%	0%	70%	8%	0%	
6	0%	5%	0%		0%	0%	
7	5%	0%	0%		30%		

8	5%				5%		
9	3%				20%		
10	0%				13%		
11	0%				3%		
12					0%		

<b>1997</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	0%	0%	71%	0%	17%	54%	8%
2	0%	0%	0%	17%	0%	29%	79%
3	67%	63%	4%	0%	0%	8%	4%
4	13%	8%	8%	33%	0%	8%	8%
5	13%	8%	8%	50%	0%	0%	
6	4%	21%	0%		13%	0%	
7	0%	0%	8%		13%		
8	4%				0%		
9	0%				33%		
10	0%				21%		
11	0%				4%		
12					0%		

<b>1998</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	0%	0%	39%	6%	11%	56%	28%
2	0%	0%	6%	6%	0%	33%	67%
3	67%	56%	6%	0%	17%	6%	0%
4	17%	22%	22%	39%	0%	0%	6%
5	17%	0%	11%	50%	0%	6%	
6	0%	22%	6%		0%	0%	
7	0%	0%	11%		22%		
8	0%				0%		
9	0%				17%		
10	0%				33%		
11	0%				0%		
12					0%		

<b>1999</b>	<b>Editoria</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
1	0%	2%	5%	2%	2%	67%	30%
2	0%	5%	0%	12%	0%	28%	62%
3	2%	53%	25%	0%	3%	5%	8%
4	73%	25%	5%	15%	3%	0%	0%
5	0%	0%	38%	72%	0%	0%	
6	3%	15%	17%		8%	0%	
7	5%	0%	10%		12%		
8	13%				0%		
9	3%				57%		
10	0%				15%		
11	0%				0%		
12					0%		

2000	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	13%	0%	0%	42%	23%
2	0%	6%	4%	15%	2%	50%	67%
3	19%	73%	38%	15%	19%	0%	8%
4	60%	10%	15%	23%	0%	2%	2%
5	2%	0%	21%	48%	0%	2%	
6	0%	10%	2%		2%	4%	
7	6%	0%	8%		25%		
8	4%				0%		
9	8%				33%		
10	0%				17%		
11	0%				2%		
12					0%		

2001	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	0%	0%	23%	0%	5%	32%	36%
2	0%	0%	9%	0%	0%	64%	64%
3	45%	68%	18%	5%	14%	0%	0%
4	32%	18%	14%	9%	0%	5%	0%
5	9%	0%	14%	86%	0%	0%	
6	0%	14%	18%		0%	0%	
7	5%	0%	5%		18%		
8	0%				0%		
9	0%				45%		
10	5%				9%		
11	0%				0%		
12					9%		

2002	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	5%	0%	31%	0%	50%	44%	17%
2	0%	2%	2%	13%	2%	42%	53%
3	34%	55%	45%	10%	1%	3%	10%
4	45%	8%	2%	18%	1%	0%	20%
5	5%	1%	4%	58%	5%	0%	
6	0%	8%	2%		2%	11%	
7	5%	27%	15%		14%		
8	2%				0%		
9	4%				8%		
10	0%				8%		
11	1%				5%		
12					6%		

2003	Editoria	5	6	7	8	9	10
1	4%	0%	39%	0%	21%	23%	21%
2	0%	0%	2%	11%	14%	67%	74%
3	33%	60%	25%	18%	16%	0%	2%
4	33%	19%	9%	14%	0%	0%	4%
5	12%	0%	19%	58%	0%	0%	
6	0%	12%	4%		4%	11%	
7	4%	9%	4%		7%		

8	14%				0%		
9	0%				28%		
10	0%				7%		
11	0%				0%		
12					4%		

11- Descrição do horror do pedófilo, caso presente:	12- Descrição do horror do ato, caso presente:	13- Descrição do sofrimento da vítima, caso presente:	14- Descrição da indignação do público, caso presente:
		Melissa e Julie estavam desaparecidas desde 1995 e morreram de inanição 20/8/1996	
	As meninas, sequestradas no ano passado, foram violentadas e morreram de fome. 21/8/1996		
			A Justiça da Bélgica está estudando a possibilidade de indicar um defensor público para Dutroux, 40. Vários advogados negaram a causa até agora. 28/8/1996 A
Algumas das 16 crianças envolvidas tinham apenas seis meses quando, supostamente, começaram a sofrer abuso sexual. 28/8/1996 B			
		Além dos requintes de sadismo no caso _as meninas foram mantidas por um ano em um quarto e morreram de fome	

		28/8/1996 C	
			...a exploração sexual de crianças é um câncer que se espalha por todos os continentes. 29/8/1996
"Incapazes de correr, meninas paralíticas foram estupradas por soldados em Angola" "Em Ruanda, foi registrado que uma criança de apenas cinco anos foi estuprada por um soldado". 30/8/1996	Nas Filipinas, uma menina de 13 anos apanhou e foi estuprada por soldados na frente de suas irmãs e irmãos. 30/8/1996	O efeito psicológico, segundo os estudiosos ouvidos, é devastador. Crises de depressão acompanhadas de perda da auto-estima. O resultado é que muitas meninas estupradas acabam entrando na prostituição. 30/8/1996	
			É inaceitável que crianças sejam tratadas como se fossem produtos. 31/8/1996
Dutroux disse à polícia que "coisas interessantes" seriam encontradas durante as escavações em algumas de suas seis casas. 4/9/1996			
			...é mais que a perversão sexual de alguns indivíduos que a uns inspiram horror, a outros, pena. É um negócio lucrativo, crime organizado em escala mundial com redes que sequestram, violam, vendem, matam. O que há de mais sórdido, um baixo mundo repugnante. 6/9/1996
			Para a ChildLine, entidade que

			cuida de crianças que sofreram abuso sexual, a exposição deveria ser banida."Isso tudo é horrível, degenerado", disse Esther Rantzen. 12/9/1996
	Eles teriam feito festas em que passavam filmes pornográficos antes de atacá-las. 10/11/1996		
	...os adultos organizavam festas em que assistiam a filmes pornográficos antes de atacar as crianças.A avó usava "objetos de todo tipo" para abusar sexualmente das crianças. 11/11/1996		"Tocamos o fundo do horror", disse um policial encarregado da investigação. 11/11/1996
...o casal teria dito poder sumir com o cadáver de uma criança por adicional equivalente a US\$ 1.580. 8/8/1997			
...o fato de mais pessoas estarem sendo expostas como pedófilas ou admitirem sua condição_ fez com que a maioria dos padres hoje residente em Stroud tenha sido admitida por delitos desse tipo, a ponto de frequentemente faltarem vagas. 31/8/1997			
As imagens são tão chocantes que a TV não quis exibi-las. 17/7/1998	...a descoberta revela "violações de crianças muito pequenas, que provavelmente		O psiquiatra holandês Wim Wolters, especializado em violência sexual contra



	foram drogadas anteriormente". "As fotos mostram crianças amarradas, sendo estupradas e abusadas", contou Vervloesem. 17/7/1998		menores, analisou o material e disse: "Nunca na minha vida profissional vi cenas tão chocantes. As crianças foram lesadas irreparavelmente". 17/7/1998
...para ser aceito como membro do clube de pedófilos os candidatos tinham que comprovar a posse de um arquivo de, pelo menos, 10 mil imagens "indecentes" e não repetidas de crianças. 3/9/1998			"O conteúdo de algumas dessas fitas reviraria o estômago de qualquer pessoa equilibrada. É um material nojento", disse Stewardson. 3/9/1998
			"Já é tempo de a comunidade internacional reagir à violência e à perversidade que têm vitimado nossas crianças", disse o diretor geral da Unesco, Frederico Mayor. 4/9/1998
	"As produções feitas nessa forma estão ocorrendo cada vez mais ao vivo, o que quer dizer que as crianças são estupradas e torturadas a pedido, com transmissão simultânea para os computadores de várias pessoas" 20/1/1999		"Os limites do horror vão continuar sendo alargados com a assistência, embora não intencional, do progresso tecnológico" 20/1/1999
"Uma das fitas era uma edição dos melhores momentos dele" 23/1/1999			
	13 fitas de vídeo produzidas		Os pais teriam ficado chocados

	pelo próprio Chaim, que mostram o monitor fazendo carícias sexuais nos meninos adormecidos. 30/1/1999		com as cenas que envolviam seus filhos. 30/1/1999
			"Devido ao meu trabalho, recebo materiais das denúncias... Eu tenho uma neta, sabe... Há fotos que eu nunca mais conseguirei esquecer". 31/1/1999 A
	...a polícia encontrou disquetes e CDs com imagens digitalizadas de crianças em situações de sexo explícito. Algumas das fotos eram de crianças de 3 a 5 anos. 31/1/1999 B		
			"Tenho filhos e não o defenderia se soubesse que ele não possui desvios psiquiátricos. Se durante a sua defesa ficar constatado que ele não possui desvios psicológicos, eu abandono o caso". 31/1/1999 C
"Essa página é uma homenagem aos seres mais perfeitos do universo, os meninos. Sem eles, minha vida não faria sentido. São ternos, puros e carinhosos, verdadeiros			

<p>anjos que cruzam nosso caminho" "Os pedófilos buscam principalmente um relacionamento sexual, mas ainda assim de uma maneira a respeitar a criança, sem forçá-la a nada." "A sociedade pode nos privar, condenar... mas nunca, nunca... poderá nos tirar o DESEJO q sentimos pelos meninos". 31/1/1999 D</p>			
<p>Em depoimento à polícia, segundo a delegada, o vendedor declarou que abordava os adolescentes e crianças "por hobby" e para "realizar suas fantasias. 5/3/1999 A</p>	<p>A PM apreendeu com o vendedor seis fitas de vídeo pornográficas com imagens dele praticando sexo oral e anal com crianças e adolescentes entre 9 anos e 16 anos, além de objetos pornográficos, revistas e fotografias. 5/3/1999 A</p>		
			<p>"Não sabemos se ele tem envolvimento com as acusações, mas não queremos nem acreditar nessa possibilidade" 5/3/1999 B</p>
	<p>... em cenas de sexo entre eles e com o acusado. Algumas fotos mostram cenas de sexo oral e anal... 12/5/1999</p>		
	<p>Estupros de crianças transmitidos ao vivo. Fotos de bebês de 1 a 2 anos de idade</p>		

	sofrendo abuso sexual. 30/6/1999 A		
	...fotos de estupro de bebês com menos de 2 anos. 30/6/1999 B		
..uma das condições para ingressar no Wonderland era ceder pelo menos 10 mil fotos de conteúdo pedófilo para o clube. Se não dispusessem do material, os interessados deveriam oferecer seus filhos para serem fotografados sendo submetidos a abusos sexuais. 23/10/1999 A			
	...cerca de 300 fotos, que mostram cenas de sexo com crianças a partir de 1 ano de idade até adolescentes, entre si ou com adultos _neste caso, com a participação até dos próprios pais. 23/10/1999 B		"É o apocalipse. Não sei o que sobra do ser humano depois disso". 23/10/1999 B
	...foram interceptadas fotos de crianças aparentando ter no máximo 3 anos. Algumas apareciam algemadas e em cenas de atentado violento ao pudor. 12/11/1999		
	Quando não participava do ato sexual, o músico, de acordo com Wendt, também filmava	De acordo com o delegado, eles disseram que eram ameaçados por Ferreira. Também recebiam	O delegado disse que os pais dos menores, de famílias de classe média baixa, ficaram

	os garotos mantendo relações sexuais entre si. 20/11/1999	dinheiro dele ou ainda poderiam jogar videogame de graça. 20/11/1999	"horrorizados" com o fato. 20/11/1999
	Com eles foram apreendidas cerca de 40 mil fotos de crianças em situações de sexo das mais bizarras, sendo submetidas a práticas de sadismo, zoofilia (sexo com animais) e necrofilia. 6/5/2000		
		A adolescente A.A.V., 16, ...estava sendo mantida em cárcere privado havia dois meses. 17/6/2000	
			...o cônsul Arie Scher e o professor Georges Schteinberg causam desonra a "toda a comunidade judaica". "Estamos chocados, estamos envergonhados, estamos nauseados" 6/7/2000
	"Eram fotos de meninas, que não deviam ter mais do que 12 anos, fazendo sexo oral com adultos. As fotos tinham sido feitas dentro de um quarto e a qualidade da imagem demonstrava que era trabalho de um profissional". 14/7/2000		
			Mães e crianças carregando cartazes com dizeres como

			"matem os pedófilos" e "não os abriguem, enforcuem-nos" marcham todas as noites e cercam as casas de pessoas suspeitas. "Quero esses animais nojentos longe dos meus filhos." 12/8/2000
			Grupos de direita vêm defendendo a pena de morte e a castração química para condenados por crimes sexuais. Também exigem a divulgação de seus nomes. 23/8/2000
	Mas ele não chegou a conhecer a capital francesa: dois dias antes da viagem, foi violentado e morto por Luigi Chiatti, 68, um aposentado de Florença condenado várias vezes por pedofilia. 27/8/2000	Hegere foi encontrada somente 12 horas depois, com nove cortes profundos no corpo e sinais de violência sexual. 27/8/2000	"Sou a favor da publicação da lista com o nome das pessoas condenadas por pedofilia, pois é o único instrumento que temos para defender nossos filhos de pessoas que o Estado liberta depois de poucos anos de prisão" "E também para que as crianças possam ser salvas da atrocidade de pessoas que deveriam estar isoladas do convívio social." 27/8/2000
		"Ele nos mandava tirar a roupa e dizia que ia bater na gente se não fizessemos aquilo (sexo)" 26/9/2000	
Os preços das fitas de vídeo ou CDs variavam entre US\$ 400 e	Os mais tenebrosos, identificados com o código	...três pessoas na Rússia mantinham uma operação na	

US\$ 6.000, dependendo do tipo de filme pedido _quanto mais medonho, mais caro. 29/9/2000	"Necros Pede", exibiam crianças sendo estupradas e torturadas até morrer. Numa das imagens, um homem deitado no chão obrigava um menino nu a sentar-se sobre ele. 29/9/2000	qual crianças eram sequestradas de orfanatos, circos e parques públicos e depois filmadas enquanto eram forçadas a participar de atos sexuais. 29/9/2000	
	Os sites geralmente contêm fotos de crianças nuas em poses eróticas ou praticando sexo, entre elas ou com adultos. 27/11/2000		
	, o gerente mostrou algumas bolinhas chinesas que tocam música e disse que, para cada peça de roupa que D.S.R. tirasse, ele lhe daria uma delas. De acordo com D.S.R., o gerente o levou até o quarto, o deitou na cama, se jogou em cima dele e queria beijá-lo. 12/12/2000		
			"A pedofilia é um dos crimes mais abjetos que podem existir" 23/2/2001
...nas quais eram exibidas fotos de crianças de 3 anos à adolescência em cenas de sexo com adultos. 11/3/2001			"As páginas exibiam as coisas mais sórdidas possíveis" 11/3/2001
Entre os presos há uma inspetora de escola suspeita de			

<p>permitir que pedófilos usassem as salas de aula para filmar cenas de sexo com crianças.</p> <p>22/5/2001</p>			
			<p>O interesse foi tão grande que o site ficou fora do ar por algumas horas ontem por excesso de tráfego. A lista, que também foi postada no prédio do governo em Seul (capital do país), levou centenas de pessoas ao local. 31/8/2001</p>
			<p>Para o tribunal, "como foram envolvidas crianças, o silêncio do senhor bispo supõe uma excepcional perturbação da ordem pública". 5/9/2001</p>
			<p>"Não há fronteira entre a prostituição de crianças e de adultos, tudo está interligado. Não posso imaginar o desenvolvimento do turismo, veículo de valores universais como tolerância, paz e intercâmbio de culturas, com o desenvolvimento em paralelo do turismo sexual". 17/9/2001</p>
		<p>"Essas jovens vítimas precisam ser identificadas e protegidas o mais rápido possível."</p> <p>29/11/2001</p>	



			Roberto Delmanto Júnior...não quis assumir a causa. "Não foi nada de mais. Apenas uma questão de foro íntimo", disse. 23/3/2002 A
...encontrou ontem, no lixo do consultório do pediatra Eugenio Chipkevitch, 17 frascos vazios do pré-anestésico Dormonid. A droga faz com que o paciente perca o controle dos movimentos, deixando-o quase em estado letárgico. 23/3/2002 B	Para aplicar um sedativo nos adolescentes, o pediatra usava como justificativa a necessidade de uma vacina ou um relaxante. 23/3/2002 B	"O paciente perde a memória e não sente quase nada depois." 23/3/2002 B	
			O cardeal Egan negou e chamou a pedofilia entre os padres de "uma abominação que, quando comprovada, deve ser investigada pela polícia". É o que pensa também o governo do Estado, que pressiona os políticos por uma lei que obrigue membros do clero a reportar às autoridades toda denúncia de pedofilia. 29/3/2002
	...que seria pedófilo e usaria do expediente de sedar suas vítimas antes de praticar com elas atos libidinosos, inclusive a relação sexual anal...		e a sociedade (patriarcal) percebe com maior clareza que deixar impunes agressores tão monstruosos é absolutamente revoltante. 5/4/2002

	5/4/2002		
Para convencer as mães a deixar as crianças sozinhas no estúdio, o radialista prometia dar brindes, como camisetas e videogames. Ele dizia que, para isso, elas teriam de ir sozinhas ao local... 12/4/2002 A	Na polícia, as crianças disseram que eram obrigadas a ver fotos e vídeos pornográficos e depois eram submetidas aos abusos, também sob promessas de presentes em troca dos favores sexuais. 12/4/2002 A		
Segundo a denúncia...o padre foi à casa do garoto..., e pediu à mãe da criança, Maria Lúcia Olário, para levar A. para pescar. 12/4/2002 B	"Chegando à beira do rio, ambos ficaram nus, e ele praticou sexo oral no menino por tempo prolongado. Depois, pediu para que ele fizesse o mesmo, mas a criança não aceitou," 12/4/2002 B		
"Jamais poderia pensar que, um dia, eu pudesse estar neste lugar de sofrimento e dor, apontado como o pior dos criminosos. Estou experimentando a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, em que me acusam, de maneira impiedosa, e desejam que eu seja crucificado." 20/4/2002			
			...é deixar correr por baixo uma energia que, se não for bem canalizada, acaba estourando em vítimas inocentes do mais hediondo crime sexual. 21/4/2002 A

Elas contaram à polícia que sofreram abuso sexual em troca de doações de cestas básicas de alimentos e outras ajudas para suas famílias. 21/4/2002 B			
		Para o advogado, os acordos de confidencialidade são uma maneira de "revitimizar" a vítima, "impedindo-a de se expressar e fazendo com que ela se sinta ainda mais culpada pelo silêncio." 25/4/2002	
Na casa de Lelo, as meninas eram esperadas com o que classificaram de "banquete": pizza, refrigerantes, hambúrgueres e doces. Relataram ainda que eram levadas para tomar banho de banheira. Depois disso, seriam obrigadas a praticar sexo oral com o funcionário público acusado. 27/4/2002 A			
Ele mandava dar tapinha no negócio dele. Dei uma vez e corri com medo. Ele disse que não era pra gente ter medo, que a gente era como irmãzinha. 27/4/2002 B		"Quando a gente chega na casa, vai tomar banho com ele, depois vai para o quarto e para a cama para chupar. Fui a última vez há uns seis ou sete dias. Mas já vou lá há uns três meses. Tenho vontade de deixar de ir, mas tenho medo."	

		27/4/2002 B	
"Ele as levava à favela perto dali e mostrava pessoas com armas, dizendo que eram seus conhecidos e que eles matariam seus pais caso contassem o que estava acontecendo" 28/4/2002	...quando um dos meninos chegou em casa nervoso, querendo tomar banho. Ao inspecionar a roupa dele, diz a polícia, a mãe encontrou manchas no calção e na cueca do filho que podem ser sêmen. 28/4/2002	"Nunca fui para o quartinho [no centro desportivo] por causa de dinheiro, mas porque ele ameaçava matar meu pai e minha mãe" 28/4/2002	
"Quando eu ficava sozinho com um dos moleques, me dava um branco na cabeça. Nem pensava no que estava fazendo", disse o treinador. 30/4/2002			
A principal prova em sua acusação é um diário de mais de 800 páginas em que ele revela ter feito sexo com meninos enquanto era portador de doenças venéreas e ter ensinado alguns até mesmo a injetar drogas. 3/5/2002			
	Na hora do flagrante, segundo a polícia, o padre estava com a braguilha aberta e teria acabado de fazer sexo oral com o menino. 5/5/2002		
			"Acho que é uma covardia o que ele fez. Estamos chocados" 6/5/2002
	...um grupo que transmitia pela		

	internet cenas ao vivo de sexo, inclusive de menores. As cenas podiam ser assistidas por internautas em dois sites americanos ao preço de US\$ 9 o minuto. 11/5/2002		
		...o adolescente disse em depoimento que foi obrigado a fazer sexo sob a mira de revólver... 14/6/2002 A	
		"Eu bloqueei essa experiência dentro de mim por anos. Tornei-me alcoólatra, deprimido e revoltado com meus pais" 14/6/2002 B	
			"Isso é o mesmo que chegar para um assassino urbano e dizer: 'Agora, você vai ser obrigado a viver no campo'", afirmou Mark Serrano, um dos diretores da Snap e ele próprio vítima de pedofilia. 15/6/2002
	Segundo ele, os jovens trabalhavam na casa e eram punidos com borrachadas de mangueira, colocados de joelhos ou trancados em quartos escuros. 3/7/2002	"Por mais que fossem violentados, esses garotos tinham medo de denunciá-lo e voltar à condição de exclusão que tinham antes." 3/7/2002	
Em pelo menos nove das fitas, ainda em análise, o homem apareceria em cenas de relações			

sexuais com crianças, que seriam atraídas à locadora em troca de doces e da promessa de assistirem desenhos animados. 26/7/2002			
		Ela atribui o suicídio de seu filho de 29 anos, em 1999, a abusos cometidos por um padre quando ele tinha 12 anos. "Gostaria de ver mais atenção dada a vítimas que estão sofrendo" 29/7/2002	
...um casal dinamarquês foi preso após colocar numa sala de bate-papo uma foto de sua filha de nove anos sendo torturada. 10/8/2002			"Eu raramente vejo crimes tão repugnantes", disse Robert C. Bonner, comissário do Serviço Alfandegário. 10/8/2002
	...o advogado teria abusado sexualmente de uma adolescente de 12 anos, em troca de R\$ 30 e um biquíni. Em depoimento informal à polícia, a adolescente contou que recebeu para praticar sexo oral no acusado. 17/10/2002		
	Ela disse que ele praticava sexo oral nas meninas e tocava seus genitais enquanto elas dormiam. 23/10/2002		
Ele teria assediado os meninos dizendo que permitiria que eles			

frequentassem as aulas de futebol sem pagar, caso se submetessem ao abuso. 1/11/2002			
	De acordo com a Delegacia da Mulher de Rio Branco, as meninas eram amordaçadas e amarradas antes de serem estupradas. 22/11/2002	Uma delas, de 11 anos e que depôs anteontem, teve de ser submetida a uma cirurgia depois de um estupro que teria ocorrido no último sábado. 22/11/2002	Para o governo acreano, a atitude de Rodrigues foi "monstruosa e intolerável". 22/11/2002
A polícia afirmou acreditar que o grupo dopava as crianças para depois fotografá-las... 24/11/2002			
Entre os piores casos documentados nos arquivos...e o de um terceiro padre que afirmava ser Cristo para convencer adolescentes que se preparavam para virar freiras a manter relações sexuais com ele. 14/12/2002			
		"Costumava ficar em posição fetal chorando histericamente", diz ele. 15/12/2002	
Mais tarde, Lima teria empregado a menor na casa de seus pais, onde ela teria sofrido abusos. 11/4/2003	Ele a teria convidado a entrar sozinha em sua sala e induzido a menina a masturbá-lo. 11/4/2003		
Houve relato de outro padre que seduziu jovens que se	A série de escândalos trouxe a público detalhes de casos como		

preparavam para ser freiras e ainda de um que dopou uma mulher para ficar à vontade com seus filhos. 10/9/2003	o de um padre que estuprava garotos dentro do confessionário. 10/9/2003		
Um dos vereadores presos é acusado de ter engravidado uma menina de 13 anos, pago o aborto e oferecido um "calaboca" mensal à família de R\$ 350. 17/9/2003			
Uma fotografia apreendida mostra um bebê de quatro meses sofrendo abusos sexuais. 27/9/2003			
		A juíza afirmou que a maioria das garotas que participavam de festas contraiu doenças venéreas, como sífilis. 8/10/2003	
	O crime em questão é a acusação de que Arnold e seu filho mais novo, Jesse, na época com 18 anos, teriam cometido estupro e sodomia com alguns garotos que tinham aulas de computação no porão da casa dos Friedmans. 26/10/2003		
	Ontem, a rede NBC noticiou que, num dos abusos, Jackson teria jogado vinho sobre o		



	corpo da criança. 20/11/2003		
...ele ficou preso por cerca de um mês, acusado de atentado violento ao pudor contra cerca de dez menores, com idades entre 9 e 17 anos, que eram atendidos por ele em suas obras assistenciais. 1/12/2003			